

# DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO E PLANO DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA



ZONA ESPECIAL DE INTERESSE  
SOCIAL LAGAMAR



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ – UECE**

**DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO E PLANO DE GERAÇÃO DE TRABALHO E  
RENDA**

**ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL DO LAGAMAR**

**FORTALEZA – CEARÁ**

**2020**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ**

**REITOR**

José Jackson Coelho Sampaio

**VICE-REITOR**

Hidelbrando dos Santos Soares

**COORDENADOR-GERAL DO PROJETO**

Hidelbrando dos Santos Soares

**COORDENADOR DO CADERNO**

Hermano José Batista de Carvalho

**Material elaborado através do TDCO nº 001/2019/CIDADES/ FUNECE em parceria com o  
IPLANFOR**

## **EQUIPE TÉCNICA VINCULADA AO PROJETO**

Hidelbrando dos Santos Soares – Coordenador-Geral  
Augusto Reinaldo Pimentel Guimarães – Coordenador-Geral (agosto de 2019 a novembro de 2019)  
Ana Augusta Ferreira de Freitas – Coordenadora de Caderno  
Daniel Gonçalves Rodrigues – Coordenador de Caderno  
Davis Pereira de Paula – Coordenador de Caderno  
Frederico de Holanda Bastos – Coordenador de Caderno  
Hermano José Batista de Carvalho – Coordenador de Caderno  
Maria do Socorro Ferreira Osterne – Coordenadora de Caderno  
Roberta Nunes – Pesquisadora Plena e Responsável pelo Caderno de Normatização  
Abner Monteiro Nunes Cordeiro – Pesquisador Sênior  
Eduardo Lacerda Barros – Pesquisador Sênior  
Francisco José Maciel de Moura - Pesquisador Sênior  
João Sérgio Queiroz de Lima – Pesquisador Sênior  
Lise Mary Soares Souza – Pesquisadora Sênior  
Maria Zelma de Araújo Madeira – Pesquisadora Sênior  
Nilo Alves Júnior – Pesquisador Sênior  
Rodrigo Guimarães de Carvalho – Pesquisador Sênior  
Samuel Façanha Câmara – Pesquisador Sênior  
Teresa Cristina Esmeraldo Bezerra – Pesquisadora Sênior  
Alyne Bezerra Tabosa de Holanda – Pesquisadora Plena  
Aryberg de Souza Duarte – Pesquisador Pleno  
Daiane Daine de Oliveira Gomes – Pesquisadora Plena  
Edmundo Rodrigues de Brito – Pesquisador Pleno  
Elane Mendonça Conde Carneiro – Pesquisadora Plena  
Fátima Regina Lopes Brandão – Pesquisadora Plena  
Felipe Gerhard Paula Sousa – Pesquisador Pleno  
Fernanda de Figueiredo Marques Mattos – Pesquisadora Plena  
Fernando Antônio Alves dos Santos – Pesquisador Pleno  
João Capistrano de Abreu Neto – Pesquisador Pleno  
Lucas Lopes Ferreira de Souza – Pesquisador Pleno  
Luiz Carlos Prata Regadas – Pesquisador Pleno  
Mariana Maia Bezerra – Pesquisadora Plena  
Michelle do Carmo Sobreira Domingues – Pesquisadora Plena  
Pedro Almi da Costa Freire – Pesquisador Pleno  
Rui Jorge de Carvalho – Pesquisador Pleno  
Thais Oliveira Ponte – Pesquisadora Plena  
Thiago Ayres Barreira de Campos Barros – Pesquisador Pleno  
Tiago Amorim Nogueira – Pesquisador Pleno  
Andrea César da Silveira – Pesquisadora Júnior  
Brena Kelle Carneiro Vasconcelos – Pesquisadora Júnior  
Daniel dos Reis Cavalcante – Pesquisador Júnior

David Hélio Miranda de Medeiros – Pesquisador Júnior  
Denis Barbosa de Lima – Pesquisador Júnior  
Domingos Albano Matos Menezes – Pesquisador Júnior  
Dyego Moraes Silva – Pesquisador Júnior  
Elizangela da Cruz Barros – Pesquisadora Júnior  
Emilio Tiago Vasconcelos dos Santos – Pesquisador Júnior  
Eurides Melo Almeida – Pesquisadora Júnior  
Francisco George Urbano Melo – Pesquisador Júnior  
Francisco Oricélio da Silva Brindeiro – Pesquisador Júnior  
Georgia Alencar de Andrade – Pesquisadora Júnior  
Giovanna Luiza Pinheiro Brito – Pesquisadora Júnior  
Gisele Vasconcelos Cordeiro – Pesquisadora Júnior  
Jéssica Chaves Ribeiro – Pesquisadora Júnior  
Leonardo David Ribeiro – Pesquisador Júnior  
Lúcia de Fátima Bezerra Wirtzbiki – Pesquisadora Júnior  
Luciana Sousa Mendes – Pesquisadora Júnior  
Margarida Kézia de Sousa Pinto – Pesquisadora Júnior  
Mayara Rocha Coelho – Pesquisadora Júnior  
Michaela Farias Alves – Pesquisadora Júnior  
Patricia de Melo Rodrigues – Pesquisadora Júnior  
Patrícia Maria Apolônio de Oliveira – Pesquisadora Júnior  
Pedro Vitor Monte Rabelo – Pesquisador Júnior  
Rafael Nogueira Rocha – Pesquisador Júnior  
Rafaela Cajado Magalhães – Pesquisadora Júnior  
Raul da Franca Alencar – Pesquisador Júnior  
Rômulo Martins de Medeiros – Pesquisador Júnior  
Thiago Martins de Moraes – Pesquisador Júnior  
Thiago Matheus de Paula Sousa – Pesquisador Júnior  
Ticiane Rodrigues Nunes – Pesquisadora Júnior  
Vita Caroline Mota Saraiva Quinderé – Pesquisadora Júnior  
Wanessa Nhayara Maria Pereira Brandão – Pesquisadora Júnior  
Willia Maria Lima Peixoto – Pesquisadora Júnior  
Alisson Freitas da Silva – Bolsista de Iniciação Científica  
Francisca Fabrícia de Sousa Oliveira – Bolsista de Iniciação Científica  
Francisco Mario Carneiro da Silva – Bolsista de Iniciação Científica  
Hermerson Gustavo dos Santos Soares – Bolsista de Iniciação Científica  
Iara Pereira dos Reis – Bolsista de Iniciação Científica  
Icleane Pinheiro de Carvalho – Bolsista de Iniciação Científica  
Isadora Moura Rodrigues Freitas – Bolsista de Iniciação Científica  
Jéssica Clara da Silveira – Bolsista de Iniciação Científica  
João Oscar de Oliveira Filho – Bolsista de Iniciação Científica  
Laissa Vitória da Silva Limeira – Bolsista de Iniciação Científica  
Lara Lima Lourenço – Bolsista de Iniciação Científica  
Lucas Honório Magalhães – Bolsista de Iniciação Científica

Marina Lima da Silva – Bolsista de Iniciação Científica

Mateus Cavalcante de Sousa Lima – Bolsista de Iniciação Científica

Matheus Dayson de Sousa Vasconcelos – Bolsista de Iniciação Científica

Pablo de Moura Rodrigues – Bolsista de Iniciação Científica

Paula Carolina de Freitas Souza – Bolsista de Iniciação Científica

Rachel Maria Félix Monteiro – Bolsista de Iniciação Científica

Samira Almeida de Souza – Bolsista de Iniciação Científica

Antônia Eliene Brito de Paula – Articuladora de Campo

Emanuel Costa Maranhão – Articulador de Campo

José Maria Tabosa – Articulador de Campo

Sarah Diva da Silva Ipiranga- Responsável pela revisão textual



**GOVERNO DO  
ESTADO DO CEARÁ**  
*Secretaria das Cidades*

**EQUIPE TÉCNICA - Secretaria das Cidades**

**Secretário das Cidades:**

José Jácome Carneiro Albuquerque

**Secretário Executivo de Habitação e Desenvolvimento Urbano:**

Marcos César Cals de Oliveira

**Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna:**

Carlos Edilson Araújo

**Coordenadoria de Desenvolvimento Urbano - CODUR:**

**Coordenador:** Bruno César Nobre

**Assistente Técnica:** Andrezza de Freitas Guimarães

**Coordenadoria de Regularização Fundiária – COREF**

**Coordenador:** Ricardo Durval Eduardo de Lima



## **EQUIPE TÉCNICA - Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR)**

### **Superintendente:**

Eudoro Walter de Santana

### **Superintendente Adjunto:**

Mário Fracalossi Júnior

### **Diretoria de Articulação e Integração de Políticas (DIART):**

Diretora: Juliana Mara de Freitas Sena Mota

### **Gerência de Integração de Políticas Públicas:**

Gerente: Joana e Silva Bezerra Kesselring

### **Gerência de Políticas para Zonas Especiais:**

Gerente: Natália Nunes Saraiva

### **Analistas de Planejamento e Gestão:**

Armando Elísio Gonçalves da Silveira

Gérsica Vasconcelos Goes

Haroldo Lopes Soares Filho



## **CONSELHO GESTOR DA ZEIS LAGAMAR**

### **Segmento Sociedade Civil**

Adriana Gerônimo Vieira Silva – Titular  
Regina Jaqueline da Silva – Titular  
Maria Paula Rodrigues da Costa – Titular  
Maria Lucélia Alves Pires – Titular  
Francisco Allef Fragoso Bezerra – Titular  
Maria de Fátima Alfredo Alves – Titular  
Neliana Pinto Alencar – Titular  
Rodrigo Paulino do Nascimento – Suplente  
Iara Andrade Guedes – Suplente  
Francisca Coelho de Freitas – Suplente  
José Marvem Queiroz Silvino – Suplente  
Francisco Paulo de Almeida – Suplente

Fundação Marcos de Bruin – Org. Civil

### **Segmento Poder Público**

Coordenadoria Especial de Participação Social - CEPES  
Gabinete do Prefeito - GABPREF  
Instituto de Planejamento de Fortaleza - IPLANFOR  
Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente - SEUMA  
Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza - HABITAFOR  
Secretaria Regional VI – SR VI

Câmara Municipal de Fortaleza - CMFOR

## APRESENTAÇÃO

O presente relatório é parte integrante do Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF) da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) do Lagamar. O PIRF, instrumento previsto no Plano Diretor Participativo de Fortaleza, consiste em um plano de regularização fundiária elaborado a partir de uma abordagem sistêmica, envolvendo análises do processo de ocupação do território e integração de políticas econômicas, fundiárias, ambientais e urbanísticas. O plano foi desenvolvido de forma democrática e interativa e contou com a colaboração dos moradores da ZEIS Lagamar.

O trabalho é resultado de uma parceria interinstitucional entre a Prefeitura Municipal de Fortaleza, via Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR), o Governo do Estado do Ceará, via Secretaria das Cidades, e a Universidade Estadual do Ceará (UECE), representada por sua equipe técnica instituída pelo então Reitor José Jackson Coelho Sampaio, em 2019.

Em um breve relato, as tratativas desse projeto na UECE iniciaram-se ainda em 2018, sob a coordenação do Prof<sup>o</sup> Dr. Hermano José Batista de Carvalho, pessoa responsável pela articulação inicial entre as instituições envolvidas, bem como pela redação da proposta da UECE em atenção à demanda feita pelo IPLANFOR. Entre 2018 e os primeiros seis meses do ano de 2019, diversas reuniões de aperfeiçoamento da proposta foram conduzidas pelo Prof. Hermano Batista e a equipe técnica do IPLANFOR, nomeada pelo seu superintendente, o Ilmo. Sr. Eudoro Walter de Santana. Em agosto de 2019, após quase um ano de construção da proposta, teve início o período de execução por meio do trabalho da equipe técnica da UECE. Nesse período deu-se início aos trabalhos das equipes juntamente com a comunidade no território da ZEIS Lagamar.

No dia 22 de agosto de 2019, o Magnífico Reitor da UECE, Prof. Jackson Coelho Sampaio, recebeu as lideranças da ZEIS Lagamar para uma acolhida institucional, reforçando os laços e compromissos da instituição com o desenvolvimento pleno do PIRF. Também estavam presentes os parceiros interinstitucionais - Hidelbrando Soares (UECE), Eudoro Walter de Santana (IPLANFOR), Paulo Henrique Lustosa (Secretaria das Cidades), os membros da equipe técnica da UECE, pró-reitores, diretores de Centro e o Chefe de Gabinete.

Por ocasião desse primeiro contato oficial entre os interessados no PIRF, o Prof. Augusto Reinaldo Pimentel Guimarães, então coordenador-geral pela UECE, deu por iniciadas as atividades oficiais da UECE no desenvolvimento do PIRF da ZEIS Lagamar. Ainda no transcorrer dos meses do segundo semestre de 2019, os Planos de Trabalho foram aprovados pelo Conselho Gestor, tendo início a etapa de confecção dos cadernos temáticos, agora sob a coordenação-geral do Prof. Hidelbrando Soares, que orientou as fases seguintes até a aprovação final de todos os cadernos pelo Conselho Gestor.

Ciente da importância desse projeto na tentativa de contribuir com o planejamento de uma cidade sustentável e com maior equidade social, o grupo da UECE estabeleceu prioridade total para a sua execução com a efetiva participação das comunidades e amparo científico necessário na mediação de interesses antagônicos, visando a garantir, da maneira mais viável possível, o

estabelecimento de estratégias objetivas de regularização fundiária para as comunidades envolvidas.

No momento em que a Universidade Estadual do Ceará (UECE) finaliza o projeto com a entrega do produto final, registramos a honra de ter participado dessa iniciativa de profundo interesse comum para a consolidação da cidadania no município de Fortaleza. Nas palavras do Prof<sup>o</sup> Hidelbrando dos Santos Soares:

A UECE tem muito orgulho de participar desse trabalho que, com certeza, será fundamental para o desenvolvimento socioeconômico sustentável de Fortaleza, com impactos diretos na qualidade de vida da população. O trabalho realizado pelos pesquisadores envolvidos com esse projeto se diferencia por ajudar o poder público a pensar fora do senso comum, mas sem ignorar as demandas das comunidades e dos grupos que habitam esses locais.

## SUMÁRIO

	<b>VOLUME I – DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO</b>	
	<b>APRESENTAÇÃO DIAGNÓSTICO .....</b>	<b>14</b>
<b>I</b>	<b>METODOLOGIA DO DIAGNÓSTICO.....</b>	<b>15</b>
<b>1.</b>	<b>PROPRIEDADES GERAIS E PROCESSO DE PESQUISA .....</b>	<b>15</b>
1.1	METODOLOGIA DE GESTÃO POR COMPETÊNCIA NO CONTEXTO DAS ZEIS .....	16
<b>2.</b>	<b>DADOS SECUNDÁRIOS – COLETA E ANÁLISE DE DADOS .....</b>	<b>18</b>
2.1	BASES DE DADOS E DIMENSÕES DE ANÁLISE QUANTITATIVA .....	18
2.2	INVESTIGAÇÃO CARTOGRÁFICA VIRTUAL .....	19
2.3	MAPEAMENTO DO ENSINO SUPERIOR, TÉCNICO E PROFISSIONAL.....	19
2.4	ESTUDOS E DIAGNÓSTICOS EXISTENTES .....	21
<b>3.</b>	<b>DADOS PRIMÁRIOS – COLETA DE DADOS, <i>CORPUS</i> DE PESQUISA, AMOSTRA E EXAME DOS DADOS.....</b>	<b>25</b>
3.1	CAMINHADA DE INSPIRAÇÃO ETNOGRÁFICA .....	25
3.2	CARTOGRAFIA COMUNITÁRIA.....	27
3.3	GRUPO FOCAL .....	28
3.4	OFICINAS DE IDENTIFICAÇÃO DE OPORTUNIDADES: DESIGN THINKING E WORKSHOP .....	30
3.5	SURVEY.....	37
3.5.1	Instrumento de pesquisa .....	38
3.5.2	Amostra de pesquisa.....	40
3.5.3	Técnicas de análise de dados .....	41
3.5.3.1	Análise de variância .....	41
3.5.3.2	Regressão linear .....	42
<b>II</b>	<b>ANÁLISE DE RESULTADOS DO DIAGNÓSTICO.....</b>	<b>44</b>
<b>4</b>	<b>MAPEAMENTO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS.....</b>	<b>44</b>
4.1	DESCRIÇÃO DOS VÍNCULOS E ATIVIDADES ECONÔMICAS.....	44
4.2	NEGÓCIOS LOCAIS .....	47
4.2.1	Negócios coletivos e economia solidária .....	50
4.2.2	Projeção de empresas e vínculos .....	52
4.2.3	Empreendimentos e financiamentos.....	54
4.3	DESCRIÇÃO DOS DADOS INDUSTRIAIS DA ZEIS.....	56

4.4	CONCENTRAÇÃO DOS PRINCIPAIS NEGÓCIOS LOCAIS .....	59
<b>5.</b>	<b>INFRAESTRUTURA GERAL .....</b>	<b>68</b>
5.1	COBERTURA GERAL – ÁGUA, ESGOTO, DRENAGEM, COLETA DE RESÍDUOS, REDE ELÉTRICA, TRANSPORTE COLETIVO .....	68
5.2	EQUIPAMENTOS URBANOS: ESCOLAS, UPAS, HOSPITAIS, CRAS E DELEGACIAS .....	69
5.3	VAZIO ECONÔMICO .....	75
<b>6.</b>	<b>PERFIL SOCIOECONÔMICO DA ZEIS.....</b>	<b>75</b>
6.1	POPULAÇÃO, RENDA, FAMÍLIAS, IMÓVEIS E DESOCUPAÇÃO .....	75
6.1.1	Perfil de trabalho .....	80
6.1.2	Capacidades e habilidades.....	84
6.2	ÍNDICES DE COMPETITIVIDADE, IDH E ESCOLARIDADE.....	85
6.3	VIOLÊNCIA - HOMICÍDIOS, FURTOS, ROUBOS DE AUTOMÓVEIS –SSPDS 88	
6.4	PERFIL POPULACIONAL EM TERMOS DE OCUPAÇÃO E RENDA.....	90
6.4.1	Orientação ao empreendedorismo .....	94
6.4.2	Bens domésticos e acesso à informação .....	98
6.4.3	Endividamento individual .....	100
<b>7.</b>	<b>FORMAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO.....</b>	<b>102</b>
7.1	MAPEAMENTO DO ENSINO SUPERIOR E TÉCNICO.....	102
7.1.1	Ensino superior.....	103
7.1.1.1	Centro Universitário Christus (Unichristus) – Dionísio Torres .....	104
7.1.1.2	Centro Universitário Christus (Unichristus) – Parque Ecológico .....	104
7.1.1.3	Faculdade Paulo Picanço (FACPP).....	104
7.1.1.4	Faculdade Plus (PLUS) .....	104
7.1.1.5	Faculdade Uninassau Fortaleza .....	105
7.1.1.6	Universidade de Fortaleza (UNIFOR) .....	105
7.1.1.7	Universidade Estadual do Ceará (UECE) – CH.....	106
7.1.2	Ensino técnico e profissionalizante .....	106
7.2	MERCADO DE TRABALHO LOCAL .....	107
7.3	FORMAÇÃO PROFISSIONAL DOS JOVENS.....	109
<b>8.</b>	<b>IDENTIFICAÇÃO DE OPORTUNIDADES .....</b>	<b>112</b>
<b>9.</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>115</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>117</b>

	<b>APÊNDICE A - Questionário.....</b>	<b>121</b>
	<b>VOLUME II – PLANO DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA</b>	
	<b>APRESENTAÇÃO PROPOSTAS.....</b>	<b>127</b>
<b>1</b>	<b>PLANO DE TRABALHO: PROPOSIÇÕES E AÇÕES.....</b>	<b>129</b>
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>135</b>
<b>2.1</b>	<b>Dimensões norteadoras.....</b>	<b>135</b>
<b>2.2</b>	<b>Detalhamento das dimensões.....</b>	<b>135</b>
2.2.1	Dimensão 1 - Diagnóstico da ZEIS.....	135
2.2.2	Dimensão 2 - Análise de tendência.....	136
2.2.3	Dimensão 3 - Análise de oportunidade.....	136
<b>2.3</b>	<b>Políticas públicas e mecanismos de implantação das propostas.....</b>	<b>136</b>
<b>3</b>	<b>PROPOSTAS.....</b>	<b>138</b>
<b>3.1</b>	<b>Setores tradicionais na dimensão social.....</b>	<b>140</b>
<b>3.2</b>	<b>Setores tradicionais na dimensão mercado.....</b>	<b>143</b>
<b>3.3</b>	<b>Setores inovadores na dimensão social.....</b>	<b>145</b>
<b>3.4</b>	<b>Setores inovadores na dimensão mercado.....</b>	<b>151</b>
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>157</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>159</b>
	<b>GLOSSÁRIO.....</b>	<b>162</b>
	<b>APÊNDICE A - METODOLOGIA DE CAPACITAÇÃO EMPREENDEDORA.....</b>	<b>164</b>
	<b>APÊNDICE B - PLATAFORMA DE PROJETOS COMPARTILHADOS: “VOZ DA ZEIS”.....</b>	<b>174</b>
	<b>APÊNDICE C - MODELOS DE APROVEITAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS.....</b>	<b>180</b>

**VOLUME I**  
**DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO**

## **APRESENTAÇÃO DIAGNÓSTICO**

O Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF) das Zonas de Especiais de Interesse Social (ZEIS), encomendado pelo Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR) à Universidade Estadual do Ceará (UECE), previa como primeira parte do trabalho a realização de um diagnóstico da situação socioeconômica das respectivas áreas, objetivando fundamentar as propostas e sugestões que seriam oferecidas no Plano de Geração de Trabalho e Renda.

Cumprindo com essa recomendação, o que se apresenta a seguir é o Diagnóstico Socioeconômico das ZEIS, realizado entre os meses de setembro e dezembro de 2019, que, partindo da idealização do modelo de Gestão de Pessoas por Competências (GPPC) - o qual tem como enfoque principal a alocação mais adequada do capital humano em ambientes estudados (MALAFAIA, 2017; DUTRA; 2016; ROCHA-PINTO, 2015), permitiu oferecer o quadro delineado durante todo este trabalho.

Foi nesse contexto que se realizaram levantamentos de dados primários e secundários, utilizando-se de métodos científicos consagrados em pesquisas da espécie, para formular resultados consonantes com as especificidades da localidade estudada.

Os resultados demonstraram um quadro que exige a adoção de medidas corretivas para a melhoria da situação socioeconômica dos moradores daquela comunidade, o qual será a base do Plano de Geração de Trabalho e Renda que será formulado na segunda parte do trabalho do PIRF.



## I METODOLOGIA DO DIAGNÓSTICO

### 1. PROPRIEDADES GERAIS E PROCESSO DE PESQUISA

As propriedades metodológicas desta pesquisa se dividem em duas etapas. Com o intuito de retratar o contexto socioeconômico da ZEIS Lagamar, foi realizada, inicialmente, uma pesquisa de levantamento e análise de dados secundários, a partir da base de dados de instituições públicas e privadas, com o intuito de apresentar o contexto socioeconômico da ZEIS. Ressaltam-se as três dimensões de análise do diagnóstico, a saber: a) nível ZEIS (território delimitado pela poligonal); b) nível bairros (bairros que compõem o território da ZEIS); c) nível zona de influência econômica (bairros adjacentes à ZEIS, integrando uma zona ao redor do território).

Dessa forma, o levantamento de dados secundários teve como principal intuito elaborar uma fotografia descritiva não apenas da estrutura econômica compreendida pela poligonal da ZEIS, mas de toda a zona de influência econômica da qual ela faz parte. Para tanto, os dados foram examinados com o auxílio de softwares estatísticos e de geolocalização e com a aplicação de técnicas de análise multivariada. Com levantamentos simultâneos, os pesquisadores coletaram informações de plataformas e bases de dados provenientes de instituições governamentais, como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Governo do Estado do Ceará, Ministério da Educação e Ministério da Economia, e privadas, como a Federação das Indústrias do Estado do Ceará e Google.

Posteriormente, foi realizada uma pesquisa de caráter exploratório, de natureza tanto qualitativa, quanto quantitativa. Assim, a segunda etapa do estudo teve como objetivo levantar e analisar dados primários (isto é, as informações obtidas diretamente do campo de pesquisa), comparando-se com aqueles coletados na primeira etapa da pesquisa. Nesta fase, foram realizados quatro estudos independentes, mas plenamente interconectados, quais sejam: a) caminhada de inspiração etnográfica; b) cartografia comunitária; c) entrevista e grupo focal; d) *survey*.<sup>1</sup>

A técnica qualitativa de caminhada pelas comunidades teve como objetivo não apenas a apreensão do contexto econômico presente na ZEIS Lagamar, mas, de modo mais amplo, o contato com as particularidades e nuances que compõem as realidades sociais locais.

---

<sup>1</sup> Também chamado de pesquisa de opinião, o *survey* é um levantamento estatístico de uma amostra particular da opinião pública.

Do mesmo modo, as técnicas de entrevistas individuais e grupos focais, bem como da cartografia comunitária, foram realizadas com membros da comunidade e do Conselho Gestor para levantamento de informações dos contextos locais da ZEIS. Por fim, providenciou-se um estudo de corte transversal único com a aplicação de um *survey* (HAIR et al., 2005), com instrumento de pesquisa desenvolvido no processo do trabalho. Os dados levantados foram analisados por meio das técnicas Análise de Variância, Regressão Linear e Módulos de Estatística Descritiva (HAIR et al., 2005).

A ZEIS em estudo neste relatório é a ZEIS Lagamar, situada em uma região central de Fortaleza, nas áreas de abrangência, respectivamente das SER<sup>2</sup> II e IV. A ZEIS é composta por porções dos bairros São João do Tauape e Alto da Balança e a sua zona de influência econômica corresponde aos respectivos bairros. O detalhamento das etapas de pesquisa, bem como das técnicas utilizadas em cada uma delas, é apresentado nas seções a seguir.

### 1.1 METODOLOGIA DE GESTÃO POR COMPETÊNCIA NO CONTEXTO DAS ZEIS

Esta seção estabelece a metodologia de um modelo de gestão por competências, como uma possível metodologia para visualização de competências presentes nas áreas de execução deste projeto. Este trabalho toma por base textos na área de gestão de pessoas, que utilizam a Gestão de Pessoas por Competências (GPPC) para alocar mais adequadamente o capital humano nos ambientes estudados (MALAFAIA, 2017; DUTRA; 2016; ROCHA-PINTO, 2015).

Esse modelo apresenta subdivisões clássicas que visam a maior compreensão das competências de cada agente do sistema estudado (AMARAL, 2006; FISHER, 2005; LAHEY, 2003), o chamado “CHA”. Com base neste modelo há o estímulo para a eficiência e a eficácia na execução de cada tarefa desempenhada pelos indivíduos em funções em que tenham sido alocados (DUTRA; 2016). O mapeamento da GPPC parte das três seções do “CHA”. O primeiro e o segundo aspecto se referem diretamente à noção de como planejar e realizar determinada atividade (AMARAL, 2006; FISHER, 2005). O conhecimento pode possuir caráter formal ou informal. O primeiro advém de cursos com titulação ou certificados e tem base científica, enquanto o saber de caráter informal é aquele oriundo das experiências, da cultura e da história de determinada comunidade e da sua relação com o ambiente que a cerca

---

<sup>2</sup> Secretaria Executiva Regional.

(MALAFAIA, 2017; DUTRA; 2016; AMARAL, 2006). Esse aspecto está relacionado ao conhecer e conceituar determinadas atividades (DUTRA; 2016; AMARAL, 2006).

Com referência ao “H” desse modelo, pode-se comentar que as habilidades estão muito ligadas a procedimentos, ao como fazer determinada atividade. Não basta somente ter conhecimentos sobre determinado tema, mas é preciso, ainda, saber como executá-lo, dispondo de aptidões específicas de como proceder da melhor forma (FISHER, 2005). A literatura (RIBEIRO, 2017) apresenta três tipos de aptidões:

- a) Mentais: saber quais as ferramentas de execução e como usá-las;
- b) Cinéticas: envolve os movimentos precisos para a execução;
- c) Interpessoais: saber relacionar-se com as pessoas em processos de construção conjunta.

As atitudes (o A da sigla) complementam os outros dois aspectos do sistema, já que muitas vezes os envolvidos, apesar de deterem o conhecimento e saberem como executar, não apresentam interesse na atividade. Logo, o conjunto do mapeamento não é utilizado (ROCHA-PINTO, 2015). No caso do projeto, esse componente do CHA poderá ser interpretado como a vontade de empregar seus conhecimentos e habilidades em áreas de interesse na comunidade, seja em empregos de caráter formal, em construções coletivas, seja em iniciativas de empreendedorismo dentro da ZEIS ou na Zona de Influência Econômica. Vale salientar que “competência ou incompetência” não é um estado definitivo como é colocado dentro do “senso comum” (MALAFAIA, 2017; DUTRA; 2016; AMARAL, 2006; FISHER, 2005). A GPPC evidencia conhecimentos, aptidões técnicas e comportamentais do indivíduo; todavia, dentro de um cenário de fragilidade socioeconômica, com a ausência de conhecimento formal em muitos casos, é possível que se desenvolvam competências que as pessoas, naquele ambiente, ainda não detenham.

Partindo para a implementação do modelo de GPPC, um dos primeiros passos é fazer o mapeamento das competências, tomando por base o CHA do ambiente em estudo. A Gestão de Competências fornece subsídios ao mapeamento de perfis encontrados no cenário estudado, permitindo a formulação dos planos de ação a serem seguidos, tanto para aproveitamento das competências instaladas como para o desenvolvimento de novas competências (MALAFAIA, 2017; DUTRA; 2016; ROCHA-PINTO, 2015; AMARAL, 2006; FISHER, 2005). Dentro de uma proposta de observação-participante, a caminhada será uma metodologia proposta discutida na próxima seção.

Com o uso dessa ferramenta, a obtenção de informações das competências se tornou mais transparente aos residentes. Outro fator foi a validação do projeto por meio de uma gestão

participativa e individualizada para cada panorama (SILVA, 2003; RUZZARIN; AMARAL; SIMIONOVSKI, 2002). No caso da ZEIS Lagamar, essas ferramentas puderam ser usadas em reuniões entre as equipes de coleta de dados e o Conselho Gestor, representantes de instituições educacionais encontradas no bairro, além de pequenos comerciantes da região que já atuam como empreendedores no local.

Realizadas as atividades acima citadas, ocorre a construção de uma de “Base de referência”, um repositório de competências referenciais de conhecimentos, habilidades e atitudes dentro da ZEIS, dando base a “manchas econômicas” que podem ser utilizadas de modo a fomentá-las. Assim, em vez de considerar demandas advindas de outras camadas sociais, pode-se agora estimular e compreender a visão daqueles que compõem o cenário, transformando-os na “força motriz” da sua própria mudança social. Isso pode ser executado por meio de uma GPPC bem delineada, possibilitando à população das ZEIS visualizar e aproveitar melhor suas potencialidades econômicas.

## **2. DADOS SECUNDÁRIOS – COLETA E ANÁLISE DE DADOS**

A fase de análise de dados secundários foi composta por quatro etapas interconectadas, referentes ao: exame de bases de dados públicas e privadas; investigação cartográfica virtual de empreendimentos econômicos; mapeamento referente ao ensino superior, técnico e profissional; e busca por estudos e diagnósticos realizados pela própria ZEIS. As informações de coleta e análise dos dados levantados em cada etapa são apresentadas a seguir.

### **2.1 BASES DE DADOS E DIMENSÕES DE ANÁLISE QUANTITATIVA**

A etapa de exame de bases de dados teve como principais fontes de informação as plataformas e repositórios institucionais de organizações públicas e privadas. O levantamento de dados secundários buscou contemplar o objetivo de pesquisa a partir de uma análise das três dimensões especificadas nas propriedades gerais: nível ZEIS, nível bairros e nível zonas de influência econômica. Esse critério de análise teve como objetivo fortalecer a ausência de dados específicos sobre a ZEIS nas bases de dados agregados, bem como investigar a complexidade presente na relação socioeconômica dos habitantes com o ecossistema econômico local. O levantamento e exame das bases de dados de cada uma das dimensões socioeconômicas analisadas ocorreram entre os meses de agosto a novembro de 2019.

As principais bases de dados utilizadas foram: a) censo do IBGE (Sistema IBGE De Recuperação Automática – SIDRA), realizado em 2010; b) bases estatísticas RAIS/CAGED (Relação Anual de Informações Sociais / Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), entre os anos de 2006 a 2017; c) dados da Prefeitura Municipal de Fortaleza, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) e Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR); d) dados do Governo do Estado do Ceará, em especial da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS); e) dados de ocupação e emprego do Sistema Nacional de Emprego (Instituto de Desenvolvimento do Trabalho – IDT-SINE); f) dados do Mapa Estratégico da Indústria e do Guia Industrial da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC).

Como técnicas de análise de dados, foram utilizados módulos de estatística descritiva e técnicas de regressão simples (interpolação), quais sejam: polinomial, linear e logarítmica.

## 2.2 INVESTIGAÇÃO CARTOGRÁFICA VIRTUAL

A investigação cartográfica virtual foi realizada em três fases. A primeira fase consistiu no levantamento de dados através da plataforma de mapas digitais Google Maps, cujas informações obtidas através das imagens de satélites foram extraídas e posteriormente plotadas na ferramenta de mapas Google Earth. Iniciando-se a segunda fase, foi possível a criação de camadas, organizadas por setor de atuação no mercado. Todas as informações dos pontos comerciais, igrejas, escolas, postos de saúde, dentre outros, foram plotados na plataforma Google Earth, com ícones e cores personalizados para uma melhor análise visual. Tal etapa teve como objetivo a busca de informações como concentrações comerciais e vazios. Na terceira fase da metodologia, foi executada a importação dos seccionados por setor para a plataforma de mapeamento geográfico Arcgis, em que um mapa personalizado, com os limites da poligonal da ZEIS Lagamar, recebeu todos os pontos previamente obtidos e analisados. Esses mapas foram utilizados, posteriormente, em oficinas realizadas na própria comunidade para a inserção e modificação de estabelecimentos formais ou informais que não constavam na plataforma digital Google Maps ou informações que estariam desatualizadas.

## 2.3 MAPEAMENTO DO ENSINO SUPERIOR, TÉCNICO E PROFISSIONAL

O mapeamento dos equipamentos e instituições de formação de educação foi realizado em dois aspectos: a) superior; b) técnico e profissional. Para coletar informações do âmbito do ensino superior, utilizou-se de dados do Ministério da Educação (MEC), através do portal e-MEC (2019), e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2019), através do portal InepData, que dispõe de informações do Censo da educação superior de 2017. O levantamento e o mapeamento foram realizados no mês de outubro de 2019.

Ao consultar o portal e-MEC, foi possível encontrar 49 Instituições de Ensino Superior (IES), já no InepData foram encontradas 37, conforme observam-se nas Figuras 1 e 2 dispostas abaixo. Dessa forma, optou-se por integralizar os dados de ambas as fontes para uma melhor acurácia das informações.

**Figura 1 – IES Fortaleza Inep**

Ano Censo	Região	UF	Número de Instituições de Educação Superior
2017	NORDESTE	CEARÁ	37
	<b>Total</b>		<b>37</b>
		<b>Total</b>	<b>37</b>

Fonte: InepData (2019). Filtros aplicados: Nordeste; Ceará; Fortaleza.

**Figura 2 – IES Fortaleza MEC**

The screenshot shows the e-MEC search interface. At the top, filters are set to UF: CE, CURSO: SELECIONE UM CURSO, and MUNICÍPIO: FORTALEZA. There are options for 'Presencia' (checked) and 'Distância', and a 'Fechar' button. Below the filters, there are two columns of lists: 'Cursos (211)' and 'Municípios (45)'. The 'Instituições (49)' section is circled in red and lists the following institutions: CENTRO UNIVERSITÁRIO CHRISTUS - UNICHRISTUS, CENTRO UNIVERSITÁRIO DA GRANDE FORTALEZA - UNIGRANDE, CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DO CEARÁ - ESTÁCIO FIC, CENTRO UNIVERSITÁRIO FAMETRO - UNIFAMETRO, CENTRO UNIVERSITÁRIO FANOR WYDEN - UNIFANOR WYDEN, and CENTRO UNIVERSITÁRIO FARIAS BRITO.

Fonte: e-MEC (2019). Filtros aplicados: Nordeste; Ceará; Fortaleza; Presencial.

Através de uma triagem de informações identificou-se um total de 38 IES cadastradas na capital. Utilizou-se a plataforma Google Maps para calcular as distâncias e os trajetos a partir de um ponto central fornecido pela plataforma, no caso da ZEIS Lagamar.

Já para as informações da educação técnica e profissional, utilizaram-se dados do Conselho Estadual da Educação do Ceará (2019), que apresenta as escolas credenciadas da educação profissional do estado e dados do Ministério da Educação através de consulta pública ao portal do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (Sistec) (2019), que dispõe de informações e dados dos cursos ofertados pelas instituições cadastradas. Assim, como no mapeamento das IES, optou-se por integralizar os dados de ambas as fontes para uma melhor acurácia dos dados.

O relatório do Conselho Estadual apresenta uma lista de 214 instituições no estado e 63 cadastradas na capital. Já o portal do Sistec (2019) revela um total de 124 instituições em Fortaleza, apresentando divergência entre as fontes. Após triagem de informações e verificação de dados, identificou-se um total de 48 instituições, retiradas aquelas pertencentes ao sistema S<sup>3</sup>, que contou com um mapeamento à parte mais detalhado.

#### 2.4 ESTUDOS E DIAGNÓSTICOS EXISTENTES

A busca por estudos e diagnósticos socioeconômicos realizados pela própria comunidade teve início imediatamente no contato dos pesquisadores com o campo. Durante visitas e conversas informais, foi questionado se as pessoas tinham conhecimento de algum estudo do tipo. No entanto, a resposta obtida foi negativa.

Com o intuito de registrar o questionamento, no dia 21 de fevereiro de 2020 a seguinte pergunta foi dirigida, finalmente, à Presidente do Conselho Gestor através da mídia WhatsApp: “Você tem conhecimento de algum diagnóstico socioeconômico da ZEIS que tenha sido feito anteriormente pela comunidade ou por alguma organização comunitária?”. Entretanto, não houve retorno de resposta.

Diante disso, não se obtiveram resultados positivos durante essa investigação. Por isso, algumas pesquisas acadêmicas foram mapeadas durante busca on-line. Os termos “Lagamar” e “Fortaleza” foram aplicados como palavras-chave no site de busca Google

---

<sup>3</sup> Termo pelo qual se chama o conjunto de nove instituições de interesse de categorias profissionais, estabelecidas pela Constituição brasileira. Fazem parte do sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac). Existem ainda os seguintes: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar); Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop); e Serviço Social de Transporte (Sest).

Acadêmico<sup>4</sup>, e um quadro com os principais resultados da pesquisa foi elaborado (Quadro 1). As informações destacadas foram: título do trabalho, autor, ano, tipo de documento e link de acesso.

---

<sup>4</sup> <https://scholar.google.com.br/scholar>



### Quadro 1 – Trabalhos acadêmicos sobre o Lagamar

<b>Título</b>	<b>Autor(es)</b>	<b>Ano</b>	<b>Documento</b>	<b>Disponível em</b>
O direito à cidade em disputa: o caso da Zeis do Lagamar (Fortaleza-CE)	Linda Maria de Pontes Gondim, Marília Passos Apoliano Gomes	2012	Artigo	<a href="http://ken.pucsp.br/metropole/article/view/14820">http://ken.pucsp.br/metropole/article/view/14820</a>
Geração de trabalho e renda no Lagamar: pensando a apropriação pelos moradores da comunidade de uma estratégia de atuação a partir da psicologia comunitária	Natália Isis Leite Soares	2012	Trabalho de Conclusão de Curso	<a href="files.nucomufcsite.webnode.com.br">files.nucomufcsite.webnode.com.br</a>
Travessias "no Social": política, cidadania e disputas no Universo Jovem do Lagamar	Juliana Nogueira Avelar	2012	Dissertação de Mestrado	<a href="http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/6396">http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/6396</a>
O Lagamar e a cidade: novos e velhos desafios dos movimentos sociais urbanos	Marília Passos Apoliano Gomes	2012	Artigo publicado em evento	<a href="http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/41285">http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/41285</a>
Do percurso legal à prática social: o adolescente como sujeito de direito e o caso da associação comunitária do Lagamar	Juliana Nogueira Avelar	2013	Trabalho de Conclusão de Curso	<a href="http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/28016">http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/28016</a>

O papel formativo do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNMMR) na comunidade do Lagamar através da perspectiva dos participantes: uma experiência de construção da resiliência e empoderamento	Tiago Bruno Areal Barra	2015	Dissertação de Mestrado	<a href="http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/11777">http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/11777</a>
Megaeventos e informalidade urbana: o caso do Lagamar em Fortaleza	Clarissa F. Sampaio Freitas	2015	Artigo publicado em evento	<a href="http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/2102/2081">http://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/2102/2081</a>
Undoing the right to the city: World Cup investments and informal settlements in Fortaleza, Brazil	Clarissa F. Sampaio Freitas	2017	Artigo	<a href="https://doi.org/10.1080/07352166.2017.1328974">https://doi.org/10.1080/07352166.2017.1328974</a>
Ativismo Poc: as estratégias de visibilidade do Coletivo LGBTI+ Flor no Asfalto	Francisco Rafael Mesquita Jerônimo	2019	Capítulo de livro	<a href="http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/48995">http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/48995</a>

Fonte: Google acadêmico (2019). Autoria própria.

Os trabalhos encontrados abordam diferentes temas. Observa-se uma tendência, todavia, para as discussões sobre jovens, elementos sociais e de direito à cidade. Além disso, é possível constatar uma concentração de estudos e pesquisas da UFC. É importante identificar e apresentar tais pesquisas, uma vez que o conhecimento sobre uma região, espaço ou fenômeno deve ser aprofundado a partir de saberes já existentes. Mesmo não havendo estudos realizados especificamente pela comunidade, foi possível mapear alguns trabalhos acadêmicos que colocam o Lagamar como objeto de estudo.

### **3. DADOS PRIMÁRIOS – COLETA DE DADOS, *CORPUS DE PESQUISA*, AMOSTRA E EXAME DOS DADOS**

A fase de coleta e análise de dados primários foi composta por quatro etapas que, embora interconectadas, foram desenvolvidas de forma independente. Primeiramente, houve uma caminhada de inspiração etnográfica, isto é, de imersão dos pesquisadores em campo, realizada na ZEIS Lagamar. Para tal, membros do Conselho Gestor acompanharam os pesquisadores ao longo das ruas do território para uma visita guiada. Concomitantemente, entrevistas e grupos focais foram realizados com membros do mesmo conselho e da comunidade em geral para levantamento de informações específicas ligadas ao objeto de estudo. O mesmo procedimento foi realizado para a cartografia comunitária. Por fim, e utilizando-se como base as informações coletadas nas etapas supracitadas, um questionário quantitativo foi aplicado com os habitantes domiciliados na ZEIS. Os tópicos a seguir apresentam em detalhe as três etapas que compõem a fase de levantamento e análise de dados primários.

#### **3.1 CAMINHADA DE INSPIRAÇÃO ETNOGRÁFICA**

Como forma de se aproximar e entender as nuances presentes no contexto da ZEIS, a caminhada foi proposta como metodologia de pesquisa. Contando com o suporte da comunidade local para o acesso ao campo, os pesquisadores realizaram visitas guiadas com os moradores da ZEIS para conhecer um pouco mais de suas vivências e impressões cotidianas. Assim, a caminhada supera a simples noção de ação de passagem para alcançar a categoria de discurso (CERTEAU, 1994). Como tal, a caminhada organiza, em um traçado irregular, as práticas espaciais e históricas vividas no contexto dos bairros. São essas práticas as responsáveis por estabelecer os espaços dos bairros e criar suas memórias. Além da assimilação do presente,

a apreensão de tais práticas por meio da caminhada, portanto, transforma-se em uma viagem de caráter histórico, acrescentando, igualmente, elementos de futuros possíveis nesse processo.

É por meio dos passos de uma caminhada que os espaços sociais podem não apenas ser apreendidos, mas igualmente tecidos. Em um processo baseado em sinestésias, isto é, em ricas experiências sensoriais, todos os sentidos ajudam a tomar consciência da materialidade e dos ritmos locais. Assim, esta pesquisa buscou incorporar os múltiplos discursos presentes na ZEIS Lagamar para, a partir de sua compreensão, produzir um relato compartilhado do seu cotidiano. Nesse percurso, as pessoas e suas relações com a ZEIS foram ouvidas e seguidas, uma vez que foram elas as encarregadas por guiar os pesquisadores. São as pessoas, portanto, as principais responsáveis por dar voz às trajetórias concebidas ao longo das caminhadas pelo território.

Tendo por base a caminhada como recurso de pesquisa em campo, este estudo se caracterizou como de inspiração etnográfica. O *corpus* de pesquisa compreendeu elementos da observação sistemática, elaboração de notas de campo e entrevistas formais e informais. Reconhecendo a importância central não apenas das entrevistas formais, mas das conversas informais no levantamento de informações, articulações de sentidos e interpretações, a pesquisa buscou compreender o cotidiano do sujeito comum por meio da sua linguagem. Assim como descreve Certeau (1994, p. 50), “a conversa é um efeito provisório e coletivo de competências na arte de manipular ‘lugares comuns’ e jogar com o inevitável dos acontecimentos para torná-los ‘habitáveis’”.

Do mesmo modo, as notas de campo foram tomadas diariamente como um exercício não apenas de registro das informações coletadas em campo, mas também para a organização do conhecimento e interpretação dos eventos cotidianos. As entradas em campo, bem como a compilação das informações levantadas, foram realizadas durante os meses de setembro a dezembro de 2019. A Figura 3, a seguir, mostra um desses momentos de caminhada no território da ZEIS Lagamar.

**Figura 3 – Caminhada na ZEIS Lagamar**



Fonte: Autoria própria (2019).

### 3.2 CARTOGRAFIA COMUNITÁRIA

A cartografia comunitária é uma importante ferramenta para o desenvolvimento de análises territoriais, uma vez que conta com a participação da comunidade local na construção de mapas (SILVA; VERBICARO, 2016). Os mapas permitem uma maior apropriação do território, sendo um meio de comunicação e sistematização de informações de natureza espacial. A utilização dessa metodologia baseia-se no cotidiano e nas experiências daqueles que habitam a poligonal da ZEIS.

Diante dessa perspectiva, foram conduzidas oficinas de cartografia obedecendo a alguns critérios pré-estabelecidos para execução, como local, participantes e temas (SILVA; VERBICARO, 2016). O local no qual foram realizadas as oficinas estava situado dentro da ZEIS Lagamar e contava com uma estrutura física mínima para que os mapas pudessem ser desenvolvidos, como luz, mesa e espaço amplo. Os participantes eram moradores da ZEIS que no seu cotidiano tinham como hábito caminhar pelo território, uma vez que era necessário ter conhecimento da região e situar no mapa os locais sobre os quais fossem questionados, conforme se observa na interação apresentada na Figura 4 abaixo.

**Figura 4 – Construção de mapa comunitário**



Fonte: Autoria própria (2019).

Assim, foi realizada uma série de perguntas para os participantes sobre os empreendimentos e equipamentos da ZEIS Lagamar, como os locais onde as pessoas em geral ou jovens se divertem, há a concentração do comércio, serviços, residências, feiras livres (se existissem), espaços de oportunidade de renda e ocupação dentro do território. Ao final, foram indagados se quisessem montar um negócio, onde ele teria lugar.

À medida que os participantes iam respondendo e participando, uma pessoa da equipe fazia as anotações, sinalizando no mapa os pontos correspondentes. Em função disso, foram criadas legendas para cada espécie de negócios, visando à digitalização das informações posteriormente.

### 3.3 GRUPO FOCAL

O grupo focal é uma metodologia de pesquisa que tem uma orientação integralmente qualitativa, desde a coleta dos dados até a análise e interpretação, preocupando-se em aproximar e estudar o mundo empírico da ZEIS Lagamar o mais próximo possível do

ambiente em que vivem seus moradores (GODOY, 1995). Tem como característica principal a realização de uma entrevista em grupo com temáticas definidas, número de participantes limitados e método de condução padrão. Nessa tipologia qualitativa, a interação do grupo é essencial para a análise do objeto (OLIVEIRA; FREITAS, 1998).

Assim, com o objetivo de coletar dados qualitativos, foram realizados grupos focais com moradores da ZEIS. Procurou-se obter os dados através da interação entre os sujeitos participantes do grupo, que expuseram, na sua fala, as percepções sobre um tema previamente determinado pelo pesquisador (MORGAN, 1996).

Para aplicar o grupo focal, há a figura do moderador que deve conduzir as discussões, fazendo com que os participantes deem sua contribuição às respostas de forma espontânea, sem influenciar, mas estimulando sempre que houver algo na fala do entrevistado que possa ser mais aprofundado, visando a uma melhor geração de dados para a pesquisa (MUNARETTO; CORRÊA; CUNHA, 2013).

Foram definidos três grupos focais na ZEIS Lagamar, abordando os seguintes temas: economia solidária; empreendimentos e financiamentos; formação profissional e empreendedorismo. Os moradores que participaram dos grupos atendiam a um perfil delimitado de acordo com cada assunto específico. A Figura 5 mostra a dinâmica e funcionamento de um dos grupos.

**Figura 5 – Grupo focal na ZEIS Lagamar**



Fonte: Autoria própria (2019).

No grupo de Economia Solidária, os sujeitos convidados foram: costureiras, comerciantes, pescadores, feirantes, prestadores de serviços, membros do Conselho Gestor e

jovens. Já na temática Empreendimentos e Financiamentos, os participantes eram proprietários de pequenos negócios, pescadores e costureiras e bordadeiras. Por fim, o grupo de Formação Profissional e Empreendedorismo teve os jovens como sujeitos convidados, com faixa etária entre 15 a 28 anos. Vale ressaltar que o número de participantes dos grupos variou entre 6 e 12, estando assim dentro do intervalo aceitável para a execução da metodologia (OLIVEIRA; LEITE-FILHO; RODRIGUES, 2007).

As respostas foram gravadas com a permissão dos presentes, guardando o anonimato de todos, uma vez que não houve identificação em suas respostas. Os áudios foram transcritos e posteriormente analisados e seus resultados estão descritos neste relatório em tópicos posteriores. Através dos grupos focais, foi possível lidar com a compreensão das experiências, opiniões, motivos e aspirações pessoais daqueles a quem se prestou uma escuta ativa e interessada (MINAYO, 2012), o que revela a importância da utilização de tal metodologia, pois tais subjetividades não seriam captadas pelo uso de questionário.

Foi utilizado, para análise das informações coletadas nos grupos focais, o software Iramuteq, usando a Classificação Hierárquica Descendente (CHD), que permite, de modo estatístico, analisar discursos, questionários de pesquisas e ajudar na interpretação textual a partir da identificação do contexto, vocabulário, separação e especificidade de palavras, diferença entre autores, entre outras possibilidades, como a análise de gráficos, grafos, dendrograma<sup>5</sup> e a nuvem de palavras.

### 3.4 OFICINAS DE IDENTIFICAÇÃO DE OPORTUNIDADES: DESIGN THINKING E WORKSHOP

A oficina de identificação de oportunidades é uma importante ferramenta para o desenvolvimento de produtos e serviços voltados à comunidade a partir do fomento de projetos baseados em uma dinâmica aberta e colaborativa (BRENNER; UEERNICKEL, 2016). Dentro desse escopo, o Design Thinking, enquanto abordagem participativa de construção de inovações e de conhecimento, revela-se como um método inovador para consolidar ideias e solucionar os problemas do mundo empírico (BRENNER; UEERNICKEL; ABREL, 2016). Nesse sentido, possui como característica uma orientação interdisciplinar, a qual posiciona os participantes no centro do processo como forma de compreender a fundo as necessidades das

---

<sup>5</sup> Diagrama em forma de árvore, ele resulta de uma análise estatística que leva a agrupamentos de dados em forma hierárquica.



peessoas, os moradores da ZEIS Lagamar, buscando implementar tecnologias adequadas e processos de inovação para solução das demandas da comunidade.

Para tanto, seu método de aplicação utiliza-se de grupos de conversas entre os facilitadores, especialistas na área, e os participantes do projeto, os moradores da ZEIS. A viabilidade do seu uso consiste em sua efetividade em revelar necessidades ocultas das realidades subjetivas pertinentes ao cotidiano dos moradores, o que contribui para o fornecimento de conhecimento e o desenvolvimento de soluções inovadoras (KELLEY; KELLEY, 2013). Nessa perspectiva, ambientes específicos foram selecionados para acomodar os participantes, de modo a criar um espaço de interação social para incentivar a discussão de ideias para soluções dos problemas levantados pelos moradores (BRENNER; UEBERNICKEL; ABREL, 2016).

Destarte, com o objetivo de coletar as ideias levantadas pelos moradores, foi realizado um ciclo de oficinas com os moradores das ZEIS. A primeira oficina consistiu em um workshop de Elaboração de Propostas do Caderno de Geração de Trabalho e Renda (GTR), realizado no dia 21 de novembro de 2019 na UECE (Figura 6), tendo como intuito abranger quatro áreas temáticas de grande importância para geração de trabalho e renda na ZEIS. Desse modo, Capacitação da Força de Trabalho, Oportunidades de Negócios, Ofertas de Empregos e Economia Solidária foram os temas trabalhados nas atividades do workshop.

**Figura 6 – Abertura do workshop de Elaboração de Propostas do Caderno GTR**



Fonte: Autoria própria (2019).

A dinâmica de trabalho do workshop consistiu em convidar palestrantes que atuassem profissionalmente nas áreas mencionadas acima, com o intuito de promover a integração entre agentes do mercado de trabalho e o Conselho Gestor das ZEIS representadas. Foram definidos dois grupos de trabalhos: 1. Ofertas de Emprego e Capacitação da Força de Trabalho; 2. Oportunidades de Negócios e Economia Solidária. Os grupos de trabalhos foram introduzidos por palestras de convidados peritos nas temáticas citadas, com duração de 20 minutos cada (Figura 7). Os palestrantes eram representantes das seguintes instituições: SENAI, SINE-IDT, CUT, BNB, INEC e CriarCE.

**Figura 7 – Palestra com representante do SINE IDT**



Fonte: Autoria própria (2019).

O grupo de trabalho sobre Ofertas de Emprego e Capacitação da Força de Trabalho tinha como participantes os representantes do SINE IDT, SENAI e CUT (Figura 8), além de duas moradoras da ZEIS Moura Brasil, uma pessoa membro do Conselho Gestor da ZEIS Pirambu e uma da ZEIS Lagamar (Figura 8). Já o grupo de trabalho sobre Oportunidades de Negócios e Economia Solidária contava com a participação de representantes do BNB, Crediamigo, CriarCE e INEC, além de dois membros do Conselho Gestor da ZEIS Moura

Brasil, uma bolsista articuladora da ZEIS Lagamar e um bolsista articulador da ZEIS Pirambu (Figura 9). Ressalte-se que os grupos de trabalho foram articulados e mediados por membros da equipe técnica integrante do Caderno.

**Figura 8 – Grupo do workshop sobre Ofertas de Emprego e Capacitação da Força de Trabalho**



Fonte: Autoria própria (2019).

Em um segundo momento, iniciaram-se as discussões acerca dos temas, onde os representantes dos conselhos gestores compartilharam a realidade vivenciada nas ZEIS, assim como as maiores necessidades e os entraves existentes para o desenvolvimento social e econômico nas comunidades (Figuras 8 e 9). A terceira fase do workshop reuniu as proposições de soluções para os entraves identificados nos grupos de trabalhos, através da idealização de projetos e propostas que promovessem a capacitação da força de trabalho local, a criação de novas oportunidades de negócios nas ZEIS, o crescimento no índice de ofertas de empregos nas regiões e a formação de empreendimentos com foco na economia solidária. A Figura 10

apresenta momento de conclusão do workshop e a Figura 11 mostra o momento de encerramento com os participantes reunidos.

**Figura 9 – Grupo do workshop sobre Oportunidades de Negócios e Economia Solidária**



Fonte: Autoria própria (2019).

**Figura 10 – Apresentação dos resultados do workshop**



Fonte: Autoria própria (2019).

**Figura 11 – Encerramento do workshop**



Fonte: Autoria própria (2019).

O segundo ciclo de oficinas foi realizado durante o mês de dezembro de 2019 e consistiu na criação de espaços voltados à educação empreendedora dos moradores da ZEIS Lagamar, cujo método se baseou no processo de ideação do Design Thinking<sup>6</sup> (Figura 12). Dessa forma, durante as oficinas foram apresentados casos de empresas que nasceram com baixo nível de investimento inicial com intuito de evidenciar possibilidades de empreendimentos orientados ao atendimento das necessidades do mercado local. Com foco em resolução de problemas, os facilitadores apresentaram aos participantes do projeto algumas armadilhas existentes para quem está começando um negócio.

**Figura 12 – Oficina de Oportunidade de Negócio**



Fonte: Autoria própria (2019).

Em seguida, foram iniciadas atividades práticas divididas em três etapas: a) problematização, a qual consiste em identificar oportunidades de negócios a partir a aplicação de tecnologias e serviços que poderiam ser utilizados na resolução de problemas da comunidade; b) idealização, cujo método baseia-se no desenvolvimento de soluções viáveis, como negócios e serviços, para atender as necessidades dos moradores a partir do uso de

---

<sup>6</sup> Conjunto de ideias e práticas para abordar problemas, relacionados a propostas de soluções.

tecnologias gratuitas; c) apresentação, a qual consiste na apresentação de ideias e soluções geradas pela interação entre os participantes e os facilitadores.

Nessa última etapa, ressalta-se o papel desempenhado pelos facilitadores, cujos objetivos consistem em apresentar oportunidades de negócios viáveis e incentivar a capacitação profissional dos participantes, assim como encorajá-los ao desenvolvimento de negócios através de editais de fomento.

### 3.5 SURVEY

Para a coleta de dados quantitativos, foi aplicado um *survey* com os habitantes domiciliados na ZEIS Lagamar. Ao todo, foram aplicados 195 questionários nos bairros São João do Tauape e Alto da Balança que compreendem a ZEIS Lagamar. A amostra de pesquisa buscou contemplar os perfis da comunidade estudada por meio da análise dos dados secundários. Foi definida a amostra para a pesquisa utilizando-se a técnica de amostragem não probabilística por conveniência (HAIR et al., 2005).

Para a coleta de dados *in loco*, foram elaborados questionários cuja aplicação fora administrada pelos pesquisadores do Caderno de Geração de Trabalho e Renda. A aplicação do instrumento de pesquisa ocorreu entre os meses de outubro a dezembro de 2019. A maior parte da aplicação dos questionários foi realizada de forma presencial, através de visitas e caminhadas no território da ZEIS, guiadas e acompanhadas por membros do Conselho Gestor. A Figura 13 apresenta um compilado de imagens que exemplifica um desses momentos.

**Figura 13 – Aplicação de questionários na ZEIS Lagamar**



Fonte: Autoria própria (2019).

Foram observados 11 *missing values*<sup>7</sup> na amostra de pesquisa, todos de moradores que não eram domiciliados na ZEIS. Retirados esses respondentes, o quadro final da amostra foi composto de 184 questionários válidos. Nos tópicos a seguir são apresentados mais detalhes sobre o instrumento de pesquisa e os procedimentos estatísticos realizados para análise dos dados coletados em campo. O software utilizado para a realização das técnicas estatísticas utilizadas na pesquisa foi o *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) 24.0.

### 3.5.1 Instrumento de pesquisa

As variáveis que compõem o instrumento de pesquisa foram elaboradas a partir da confluência de aspectos teórico-empíricos, provenientes da revisão da literatura e do levantamento dos dados secundários, com os resultados obtidos mediante a análise das informações emersas do campo de pesquisa. Dessa forma, os indicadores do instrumento de pesquisa foram construídos relevando-se os atributos relacionados ao contexto empírico dos ambientes de estudo.

<sup>7</sup> Conceito estatístico associado a toda e qualquer falha na obtenção de respostas (observações) sobre os elementos selecionados e designados para pertencerem à amostra.



O questionário é constituído por cinco seções (APÊNDICE A). A primeira seção teve por objetivo levantar informações que possibilitassem o delineamento do perfil socioeconômico da amostra. A segunda seção buscou identificar aspectos relacionados ao trabalho e renda dos entrevistados, bem como a sua relação com o contexto econômico da comunidade. Em seguida, a Escala da Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP), utilizada como critério de classificação econômica, foi adaptada para os contextos desta pesquisa. Na quarta seção, as perguntas sobre atitude ao empreendedorismo, violência, endividamento individual, avaliação dos equipamentos públicos, competências, habilidade e atitudes e engajamento em negócios coletivos foram apresentadas aos respondentes em escala de Likert<sup>8</sup> de 3 pontos. Por fim, uma escala de Sustentabilidade de 12 itens, adaptada do *Global Survey on Sustainability and the SDGs*<sup>9</sup>, foi operacionalizada por meio de uma escala de urgência de 3 pontos.

Antes da aplicação *in loco*, o instrumento de coleta de dados foi discutido e revisado pelos integrantes da equipe de pesquisa. Para a finalização do questionário, foi realizado um pré-teste, aplicado a 10 respondentes, alguns destes bolsistas articuladores presentes na imagem abaixo (Figura 14). Embora os respondentes não tenham tido dúvidas muito expressivas, procedeu-se a algumas melhorias de ordem e de linguagem para a versão final do questionário. Devido às alterações implementadas, tais casos foram descartados.

---

<sup>8</sup> Tipo de escala de resposta psicométrica usada habitualmente em questionários. Ao responderem a um questionário baseado nesta escala, os perguntados especificam seu nível de concordância com uma afirmação.

<sup>9</sup> *Survey* internacional para coleta de expectativas e opiniões em questões de sustentabilidade, realizado no maior número possível de países (<https://www.globalsurvey-sdgs.com/#about>).

**Figura 14 – Apresentação e pré-teste do questionário**



Fonte: Autoria própria (2019).

### 3.5.2 Amostra de pesquisa

A amostra de pesquisa foi constituída apenas por moradores da ZEIS Lagamar. Não foi realizada distinção de tempo de permanência na ZEIS entre os sujeitos da amostra. Por outro lado, buscou-se manter proporções similares àquelas apresentadas pelo Censo do IBGE de 2010 quanto às características sociodemográficas. Uma vez que não se buscava realizar um novo censo da ZEIS, cumpre ressaltar que a amostra teve caráter não probabilístico com um erro amostral de cerca de 6%.

Embora se tenha utilizado como base a subdivisão da população em grupos de características socioeconômicas específicas, de acordo com sexo, idade e escolaridade, um levantamento de caráter incidental foi realizado em cada estrato da amostra. A Tabela 1, a seguir, apresenta o perfil sociodemográfico da amostra.

**Tabela 1 – Perfil sociodemográfico da amostra**

Variável	N	%	Média	Desvio Padrão
<b>Sexo</b>	184	100		
Feminino	114	62,0		
Masculino	70	38,0		
<b>Orientação sexual</b>	184	100		
Heterossexual	151	82,10		
Homossexual	16	8,70		
Outro	17	9,20		
<b>Cor autodeclarada</b>	184	100		
Negra	30	16,3		
Parda	128	69,6		
Branca	26	14,1		
<b>Estado civil</b>	184	100		
Solteiro(a)	99	53,8		
Casado(a)	58	31,5		
Separado(a)	20	10,9		
Viúvo(a)	7	3,8		
<b>Escolaridade</b>	184	100		
Nunca estudou	9	4,9		
Ensino fundamental incompleto	35	19,0		
Ensino fundamental completo	30	16,3		
Ensino médio incompleto	19	10,3		
Ensino médio completo	55	29,9		
Ensino técnico	5	2,7		
Ensino superior incompleto	17	9,2		
Ensino superior completo	8	4,3		
Pós-graduação	6	3,3		
<b>Idade</b>	184	100	38,9	18,3
<b>Renda familiar mensal</b>	184	100	1639,3	1040,1

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

### 3.5.3 Técnicas de análise de dados

#### 3.5.3.1 Análise de variância

A análise de variância (Anova) é uma técnica estatística usada para determinar se as amostras de dois ou mais grupos surgem de populações com médias iguais. Ela emprega uma

medida dependente, ao passo que análise multivariada de variância compara amostras com base em duas ou mais variáveis dependentes (HAIR et al., 2005).

A análise de variância é utilizada para o estudo das diferenças nos valores da média da variável dependente associados ao efeito das variáveis independentes controladas, após levar em conta a influência das variáveis dependentes não controladas (MALHOTRA, 2004). Em essência, aplica-se a análise de variância como um teste de médias para duas ou mais amostras. A hipótese nula, tipicamente, indica que todas as médias são iguais.

Em sua forma mais simples, a análise de variância deve ter uma única variável independente (*One-way* Anova), medida em escala de intervalo ou de razão. Contudo, pode apresentar mais de uma variável independente (e.g., *Two-way* Anova). As variáveis dependentes devem ser todas categóricas (não métricas). Os procedimentos univariados incluem o Teste t para situações de dois grupos ou amostras reduzidas, e Anova para situações com três ou mais grupos definidos por duas ou mais variáveis independentes ou com maiores tamanhos amostrais. Os índices comumente analisados na aplicação da técnica Anova são apresentados na Tabela 2, a seguir.

**Tabela 2 – Testes estatísticos para análise de variância**

Índice	Valor Ideal	Descrição
Teste F*	$p < 0,05$	Mede se pelo menos uma das médias é diferente das demais: $H_0 = \mu_1 = \mu_2 = \mu_3$
Teste Levene	$p > 0,05$	Testa a hipótese nula de homogeneidade de variância. Por ser mais difícil de se obterem resultados positivos, geralmente não é revelado nos trabalhos.

Fonte: Elaboração própria.

\* Forma como o teste deve ser apresentado:  $(F(2^1, 180^2)=0,777^3; p=0,46^4)$ .

<sup>1</sup> Graus de liberdade *between groups* – sempre o menor.

<sup>2</sup> Graus de liberdade *within groups* – sempre o maior.

<sup>3</sup> Resultado do Teste F.

<sup>4</sup> Teste de significância.

### 3.5.3.2 Regressão linear

A regressão linear é utilizada, em geral, com o propósito de previsão e associação entre variáveis. Consiste em determinar uma função matemática que descreva o comportamento de determinada variável dependente com base nos valores de uma ou mais variáveis independentes. No caso de mais de uma variável independente na equação, tem-se uma regressão múltipla. Caso contrário, tem-se uma regressão linear simples. Como pressupostos da análise de regressão, elencam-se os seguintes:

- a) Normalidade dos Resíduos: Teste *Kolmogorov-Smirnov*.
- b) Homocedasticidade: Teste *Passarán-Passarán*.
- c) Ausência de Autocorrelação Serial: *Durbin-Watson*.
- d) Multicolinearidade: Testes *Farrar- Glauber* e FIV.

A análise das regressões lineares centra-se nos indicadores apresentados na Tabela

3:

**Tabela 3 – Indicadores para análise de regressões lineares**

Índice	Valor Ideal	Descrição
R – Coeficiente de correlação	> 0,30 (Ciências Sociais)	Representa o grau de associação entre as variáveis dependente e independente. É mais utilizado para comparar regressões diferentes.
R <sup>2</sup> - Coeficiente de determinação	> 0,30 (Ciências Sociais)	Poder explicativo da regressão: indica o quanto da variação da variável dependente é explicado pelas variáveis independentes.
$\beta$ – Beta	$p < 0,05$	Indica o grau de influência de uma variável independente sobre a variável dependente (obs.: valores negativos significam uma relação inversa).

Fonte: Elaboração própria.

## II ANÁLISE DE RESULTADOS DO DIAGNÓSTICO

### 4 MAPEAMENTO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS

#### 4.1 DESCRIÇÃO DOS VÍNCULOS E ATIVIDADES ECONÔMICAS

As atividades econômicas na Zona de Influência Econômica da ZEIS Lagamar, formada pelos bairros Alto da Balança e São João do Tauape, têm sido historicamente compreendidas pelo setor de serviços, mais especificamente pelo comércio. As atividades ligadas ao comércio e à reparação de veículos automotores apresentam tanto o maior número de empresas quanto o maior número de vínculos empregatícios em ambos os bairros. Apenas mais recentemente, a partir do ano de 2013, outras atividades econômicas, como indústrias de transformação, informação e comunicação e construção, têm se desenvolvido mais fortemente nos bairros, caracterizando-se como as principais responsáveis pelos vínculos empregatícios nos bairros.

Na Tabela 4, são apresentadas as quantidades de empresas e vínculos formais dos bairros Alto da Balança e São João do Tauape, tendo como recorte o ano de 2017.

**Tabela 4 – Atividades econômicas e vínculos ativos Zona de Influência Econômica Lagamar – 2017**

Classe	Título Classe	Zona de Influência Econômica						
		Total:	Alto da Balança			São João do Tauape		
			E	V	%	E	V	%
		263	2577	100	435	3735	100	
A	Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	1	7	0,27	1	1	0,03	
B	Indústrias extrativas	0	0	0,00	0	0	0,00	
C	Indústrias de transformação	34	517	20,0	47	512	13,71	
D	Eletricidade e gás	0	0	0,00	0	0	0,00	
E	Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	0	0	0,00	0	0	0,00	
F	Construção	16	48	1,86	26	381	10,20	
G	Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	131	795	30,8	150	1068	28,59	
H	Transporte, armazenagem e correio	20	767	29,7	11	101	2,70	
I	Alojamento e alimentação	20	142	5,51	38	239	6,40	
J	Informação e comunicação	1	2	0,08	10	642	17,19	
K	Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	2	9	0,35	6	59	1,58	
L	Atividades imobiliárias	0	0	0,00	3	3	0,08	
M	Atividades profissionais, científicas e técnicas	6	12	0,47	17	52	1,39	

N	Atividades administrativas e serviços complementares	11	54	2,10	40	154	4,12
O	Administração pública, defesa e seguridade social	0	0	0,00	0	0	0,00
P	Educação	7	160	6,21	15	109	2,92
Q	Saúde humana e serviços sociais	1	1	0,04	35	126	3,37
R	Artes, cultura, esporte e recreação	3	9	0,35	8	30	0,80
S	Outras atividades de serviços	10	54	2,10	28	258	6,91
T	Serviços domésticos	0	0	0,00	0	0	0,00
U	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	0	0	0,00	0	0	0,00

Fonte: Sistema RAIS/CAGED, Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de Fortaleza.

Legendas:

E: Empresas; V: Vínculos; %: Percentual Vínculos;

Verde: Percentual entre 0,01 e 5; Vermelho: Percentual maior do que 5.

Aliadas à análise da evolução das atividades econômicas do bairro, algumas características podem ser ressaltadas. Ao todo, a Zona de Influência Econômica comportava 698 empresas formais no ano de 2017, acumulando 6.312 vínculos ativos. No bairro Alto da Balança, três setores foram responsáveis por empregar 80,67% dos vínculos ativos. Primeiramente, a atividade de comércio ligada à reparação de veículos automotores, com um somatório de 131 empresas, foi a mais representativa, empregando 795 pessoas (30,85%). Em seguida, os setores de transporte, armazenagem e correios (20 empresas) e indústria de transformação (34 empresas) foram responsáveis por empregar 767 (29,67%) e 517 (20,06%) pessoas, respectivamente.

Em relação ao bairro São João do Tauape, a Tabela 4 demonstra uma maior diversificação no quadro de empresas existentes na região no ano de 2017; porém, os vínculos empregatícios ficaram concentrados em apenas quatro setores. Assim como no Alto da Balança, o ramo de comércio ligado à reparação de veículos automotores foi a atividade mais representativa do bairro, com um total de 150 empresas que empregaram juntas 1.068 pessoas (30,85%). Em segundo lugar, o setor de informação e comunicação (10 empresas) foi responsável por 17,19% dos vínculos ativos, seguido de setores de indústria e transformação (13,71% dos vínculos ativos) e de construção (10,20% dos vínculos ativos).

Buscando-se detalhar o perfil empresarial, a Tabela 5 apresenta as principais atividades econômicas presentes na Zona de Influência Econômica da ZEIS Lagamar.

**Tabela 5 – Subclasses de atividades econômicas Zona de Influência Econômica ZEIS  
Lagamar - 2017**

Título Subclasse		E	V	%
<b>Classe</b>	<b>Total:</b>	201	3465	63,96
G	Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores	28	129	2,12
G	Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano	3	118	1,94
G	Comércio por atacado de caminhões novos e usados	1	106	1,74
G	Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores	5	57	0,94
G	Comércio varejista de materiais de construção em geral	13	48	0,79
G	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	16	250	4,11
P	Educação Profissional de nível tecnológico	1	77	1,26
P	Ensino fundamental	6	58	0,95
C	Fabricação de móveis com predominância de madeira	7	64	1,05
H	Terminais rodoviários e ferroviários	2	660	10,84
H	Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal, intermunicipal, interestadual e internacional	10	82	1,35
G	Padaria e confeitaria com predominância de revenda e fabricação de produtos de panificação industrial	9	312	5,13
G	Serviços de manutenção e reparação mecânica, elétrica e funilaria de veículos automotores	26	202	3,32
S	Atividades de associações de defesa de direitos sociais	10	105	1,72
K	Bancos múltiplos, com carteira comercial	3	52	0,85
C	Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida	8	322	5,29
F	Construção de edifícios	13	124	2,04
I	Fornecimento de alimentos preparados preponderantemente para consumo domiciliar	4	54	0,89
F	Incorporação de empreendimentos imobiliários	5	176	2,89
Q	Laboratórios clínicos	4	52	0,85
I	Lanchonetes, casas de chá, de sucos e similares	22	84	1,38
S	Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico	3	110	1,81
I	Restaurantes e similares	17	79	1,30
J	Suporte técnico, manutenção e outros serviços em Tecnologia da Informação	3	572	9,40

Fonte: Sistema RAIS/CAGED, Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de Fortaleza.

Legendas:

E: Empresas; V: Vínculos; %: Percentual Vínculos;

Vermelho: Acima ou igual a 5%.

A subclasse de empresas ligadas a terminais rodoviários e ferroviários apresentou uma representatividade de 10,84% dos vínculos, com duas empresas ativas em 2017 e 660 empregados. Do mesmo modo, a atividade suporte técnico, manutenção e outros serviços em tecnologia da informação apresentou um alto número de vínculos empregatícios (9,40%), com três empresas ao todo contratando 572 pessoas. Em seguida, setores de padaria e confeitaria e confecção de peças de vestuário tiveram uma representatividade de cerca de 5% no ano de 2017, empregando 313 e 322 pessoas, respectivamente.



## 4.2 NEGÓCIOS LOCAIS

Ao se comparar os dados de vínculos empregatícios formais com os levantados no *survey* com os habitantes do Lagamar, observa-se que grande parte das vagas de trabalho criadas na ZEIS não são ocupadas pelos moradores locais entre os seus dois bairros componentes: São João do Tauape e Alto da Balança. De acordo com os dados de campo, dos 42% de empregados com carteira assinada apenas cerca de 20% dos respondentes trabalham no próprio bairro, em atividades técnicas ligadas aos setores de gastronomia, limpeza e serviços gerais. Como alternativa à reduzida absorção de mão-de-obra local, os habitantes recorrem a negócios informais, geralmente dentro da própria ZEIS.

A quantidade de moradores com negócio próprio é considerável, chegando a cerca de 14%. Desse total, 76,91% localizam-se nos bairros Alto da Balança e São João do Tauape, revelando uma característica empreendedora voltada ao contexto econômico interno. A informalidade está presente nos negócios localizados em ambos os bairros, representando 76,47% daqueles situados nos bairros da Zona de Influência Econômica. A Tabela 6 detalha os dados dos negócios atuais na ZEIS Lagamar, bem como informações sobre a intenção de empreender nos próximos cinco anos.

**Tabela 6 – Detalhes dos negócios atuais e futuros - 2019**

Variável	N	%	Mín	Máx	Média	Desvio Padrão
<b>Negócio</b>	184	100				
<b>Tem negócio atualmente</b>	<b>26</b>	<b>14,13</b>				
Tempo de negócio	26	100,0	0	50	8,02	10,99
Nº de funcionários	26	100,0	0	7	1,00	1,811
Possui financiamento	9	34,61				
Precisa de financiamento	14	53,84				
<b>Pretende abrir em 5 anos</b>	<b>76</b>	<b>41,30</b>				
Possui recursos para abrir	55	72,36				
Possui experiência na área	21	27,36				
<b>Não pensa em abrir</b>	<b>93</b>	<b>50,54</b>				

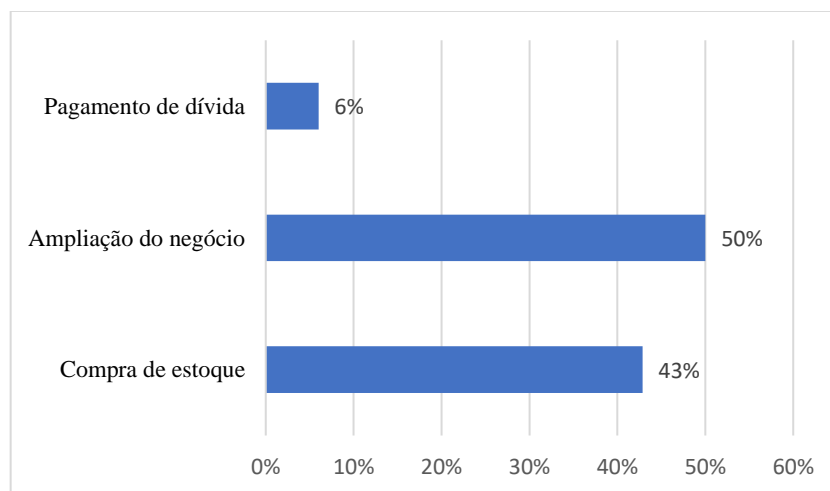
Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Em média, os empreendimentos dos moradores na ZEIS têm 8 anos de existência, com um negócio que alcançou 50 anos. Apesar da longevidade, os negócios possuem uma média de apenas 1 funcionário. Em geral, os negócios se confundem com a figura do próprio

dono, uma vez que geralmente se caracterizam como os responsáveis por todas as operações do microempreendimento. Essa indissociabilidade prejudica a manutenção de um princípio da entidade nesses pequenos negócios, formados em grande parte por empreendimentos familiares ou trabalhadores autônomos, como vendedores ambulantes, ou donos de pequenos pontos de comércio na própria região. Essas informações, em conjunto, ressaltam o caráter de subsistência dos negócios locais.

Ainda de acordo com a tabela, 34% dos donos de negócios indicaram possuir algum tipo de financiamento. Deste percentual, 66% revelaram ter realizado operações provenientes de microcrédito e outros 22% relataram ter contraído empréstimos junto a bancos. Essa porcentagem, entretanto, é bem menor do que a quantidade de negócios que indicaram a necessidade de algum financiamento (53%). Em geral, a necessidade de financiamento está associada, principalmente, à ampliação do negócio e à compra de estoque (Gráfico 1).

**Gráfico 1– Necessidade de financiamento - 2019**



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

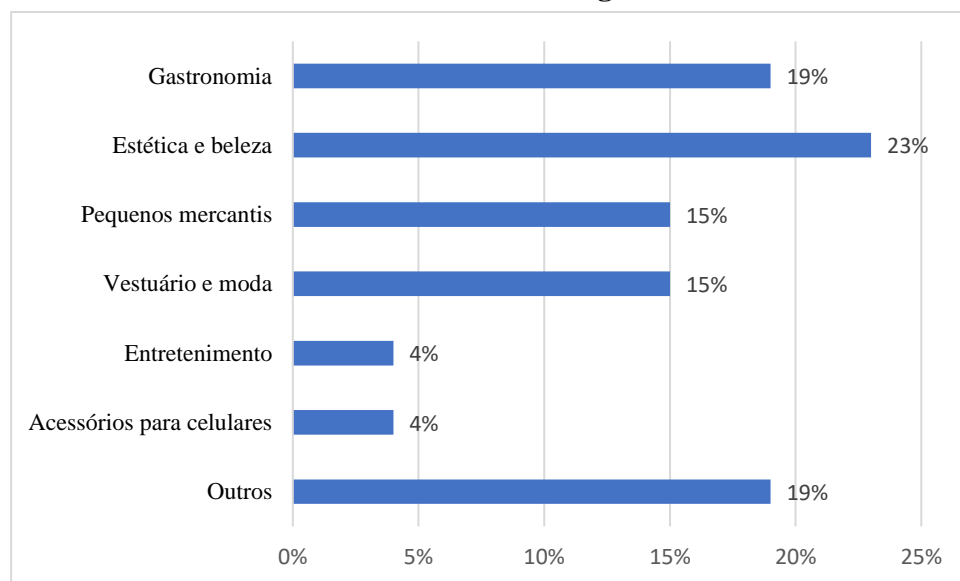
Em vista da alta necessidade de financiamento, a alternativa encontrada pelos empreendedores volta-se à contratação de empréstimo mediante agências de fomento ao crédito. Todavia, o relacionamento com essas agências pode não gerar melhorias substantivas nos negócios, uma vez que, de acordo com entrevistas coletadas com os moradores, o tempo de carência é muito curto.

De acordo com Banerjee e Duflo (2012), o sistema de financiamento empregado em agências de microcrédito, apesar de aliviar condições de vulnerabilidade econômica, pode criar uma armadilha de pobreza aos seus contratantes. De acordo com os autores, o baixo período de carência para o pagamento limita o horizonte temporal dos investimentos,

inviabilizando inversões de médio e longo prazo. Nesse sentido, os pequenos negócios são impelidos a realizarem aplicações com retornos imediatos ou de curto prazo e, por consequência, venderem produtos com baixo valor agregado, visando apenas ao pagamento dos empréstimos.

Quanto ao ramo de empreendimentos dos respondentes, uma grande variedade de atividades foi levantada na amostra. O Gráfico 2 apresenta um resumo do quadro dos empreendimentos encontrados na pesquisa de campo.

**Gráfico 2 – Ramo de atividade dos negócios locais - 2019**



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

As atividades econômicas levantadas estão, em sua maioria, relacionadas ao setor de serviços. Particularmente, os negócios locais associam-se à categoria de subsistência, representados pelas atividades de comércio, venda de itens básicos e negócios gastronômicos. Por outro lado, atividades ligadas a vestuário e estética também foram mencionadas recorrentemente (38%). Um dos empecilhos encontrados em campo para o desenvolvimento de outros empreendimentos locais, entretanto, foi a violência, que leva a um “isolamento da comunidade”. De acordo com os moradores, tal isolamento afasta potenciais consumidores de fora da ZEIS (informações coletadas na caminhada de inspiração etnográfica). Esse fator dificulta o desenvolvimento de negócios ligados ao empreendedorismo de oportunidade, dando às atividades econômicas locais um caráter endógeno, voltadas ao atendimento das necessidades da própria ZEIS.

Da mesma forma, outro fator relatado pelos moradores que dificultava a abertura e a manutenção dos negócios locais refere-se ao período da estação de chuvas. Na análise dos

dados do grupo focal, os pequenos empresários relataram a alta volatilidade das receitas dos negócios ao longo do ano, sendo o primeiro semestre o período de menor vendas em virtude da quadra chuvosa. As enchentes recorrentes na região impedem a abertura dos negócios, afastam os consumidores e acarretam perda de estoques e bens de capital necessários à manutenção dos empreendimentos.

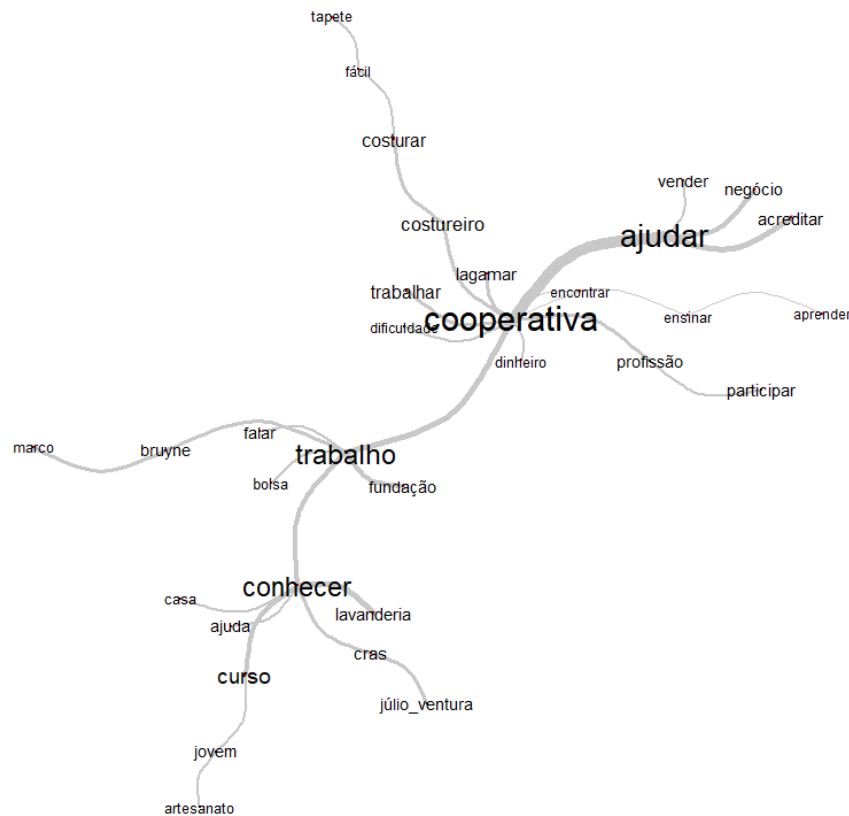
Nesse sentido, a presença de uma infraestrutura inadequada à região, assim como a presença da violência no cotidiano da comunidade, impossibilitam o desenvolvimento de arranjos econômicos locais. A privação de liberdades sociais, com ausência de condições adequadas de vida, gera privações de ordem econômica, reforçando, portanto, a existência de desigualdades socioeconômicas e a promoção de mercados fragilizados (SEN, 2010).

Em termos gerais, o trabalho informal dentro da própria ZEIS, seja como proprietário ou empregado, constitui-se em uma das principais alternativas de renda para parte da população local. Cerca de 14,13% dos entrevistados indicaram possuir algum negócio; dentre estes 65% são proprietários de negócios informais. Ao todo, a informalidade é responsável pela renda de 43% da amostra. As atividades desempenhadas pelos respondentes que trabalham de modo informal são variadas, abrangendo desde confecção e comércio a marcenaria e mecânica. Entretanto, atividades com baixa qualificação profissional são as que mais se destacam, em especial a de vendedor ambulante.

#### 4.2.1 Negócios coletivos e economia solidária

Na aplicação do grupo focal que teve a economia solidária como temática abordada na ZEIS Lagamar, pôde-se observar, através da fala dos participantes, o surgimento de palavras principais relacionadas ao contexto de economia solidária na comunidade. Desta forma, como demonstrado na Figura 15 abaixo, as palavras “trabalho”, “cooperativa”, “ajudar”, “conhecer” e “curso” sinalizam o entendimento da comunidade sobre o que consiste e como eles poderiam desenvolver atividades relacionadas ao tema de economia solidária.

**Figura 15 – Análise de similitude do grupo focal de economia solidária**



Fonte: Elaboração própria.

No mapeamento de empreendimentos que se encaixam no perfil em destaque, surge a palavra “conhecer” relacionada ao conhecimento de empreendimentos locais de economia solidária já existentes. Os participantes do grupo focal relataram a existência de uma Lavanderia coletiva e da Fundação Marcos de Bruin que apoia projetos como o “Favelafro”. A Lavanderia coletiva é sediada no CRAS do Lagamar e atua como uma estrutura física proporcionada para geração de renda de pessoas que trabalham com o serviço de lavanderia. O projeto “Favelafro” é formado por mulheres da ZEIS Lagamar que recebem apoio e instrução para desenvolver atividades de costura e artesanato, como confecção de bolsas, mochilas e demais adereços com a finalidade de comercialização dentro e fora da comunidade, gerando profissionalização e renda para essas mulheres.

A respeito do que a comunidade espera com o surgimento de empreendimentos locais baseados no conceito de economia solidária, surgem os termos “cooperativas”, “trabalho”, “ajudar” e “cursos” relacionados às características e aos benefícios relatados pelos moradores, quando falam de empreendimentos de economia solidária. Nesse contexto, os participantes destacaram a importância da criação de cooperativas que apoiassem o desenvolvimento de pequenos negócios na comunidade, dando destaque para fabricação e

comercialização de roupas, calçados e tapetes, atividades bastante desenvolvidas por moradores locais que já trabalham de forma isolada e sem a instrução necessária para o crescimento de seus negócios.

A partir do termo trabalho, eles destacam que as cooperativas e associações poderiam atuar em diversos âmbitos de apoio aos moradores da comunidade, diminuindo as dificuldades relacionadas à administração de pequenos negócios e abrindo novas oportunidades de trabalho e renda, além de ampliar a comercialização de produtos e alimentos por comércios locais já existentes na comunidade, porém com carência de instruções e matéria-prima de menor valor de custo para manter o preço de venda acessível aos moradores locais. A partir do exposto, os participantes enfatizam a importância da criação de cursos profissionalizantes por cooperativas locais. Eles entendem que os cursos relacionados a artesanato, costura e culinária seriam de grande importância para profissionalização e comercialização de produtos e serviços no Lagamar.

Por fim, analisa-se a relevância da ligação dos termos mencionados acima, quando aplicados no contexto vivenciado na ZEIS Lagamar. Conclui-se, então, a presença de apenas dois empreendimentos locais de economia solidária, porém com importante influência social e econômica para os moradores locais. Além disso, verifica-se uma ampla receptividade da população local relacionada à criação e ao desenvolvimento de cooperativas e associações que atuem no apoio ao desenvolvimento do comércio local, fortalecendo as atividades econômicas mais presentes na comunidade, como também à criação de novas oportunidades de negócios com foco na profissionalização e geração de renda para os jovens da comunidade.

#### 4.2.2 Projeção de empresas e vínculos

Com o intuito de levantar cenários econômicos para os próximos anos, projeções do número de empresas e vínculos ativos na Zona de Influência Econômica Lagamar foram realizados. A Tabela 7 apresenta os cenários criados por meio das regressões simples (interpolações) polinomial, linear e logarítmica:

**Tabela 7 - Projeção do nº de empresas e vínculos ativos Zona de Influência Econômica Lagamar\***

Técnica	Categoria	2017	2018	2019	2020	2021	2022	R <sup>2</sup>	Situação
<b>Polinomial 2ª Ordem</b>	Empresa	670	640	591	536	473	403	0,8631	Diminuição
	Vínculos	6087	4351	2924	1300	**	**	0,6040	Diminuição
<b>Linear</b>	Empresa	670	745	745	744	744	743	0,0018	Crescimento
	Vínculos	6087	6529	6289	6050	5811	5572	0,2881	Diminuição
<b>Logarítmica</b>	Empresa	670	758	759	759	760	761	0,0379	Crescimento
	Vínculos	6087	7310	7258	7210	7165	7124	0,1069	Crescimento

\* Os últimos dados disponibilizados pelo Sistema RAIS/CAGED, referentes aos bairros Alto da Balança e São João do Tauape, são de 2017. A opção por projetar cenários até o ano de 2022 teve como critério o limite de cinco períodos de projeção.

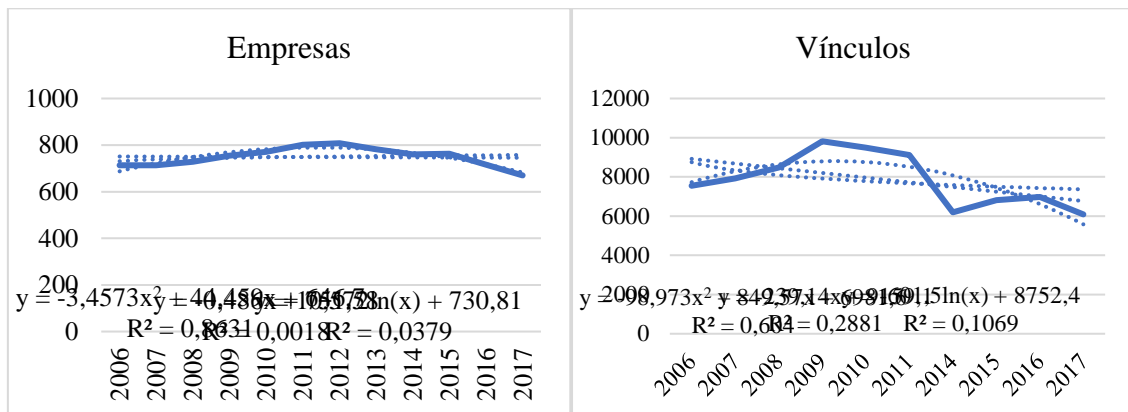
\*\* Valores inferiores a zero.

\*\*\* Previsão desconsiderada na análise.

Fonte: Elaboração própria.

O número de empresas, ao longo dos anos de projeção, diminui apenas no primeiro cenário (regressão polinomial), passando de 670 empresas para 403 em 2022. Todavia, ressalte-se que os resultados dos outros dois cenários que indicam um crescimento nos números de empresas foram desconsiderados, pois o poder de explicação dos modelos alcançou valores de confiabilidade muito baixo, menor que 4%. Seguindo a análise, as projeções dos vínculos ativos para os próximos anos não apresentaram unanimidade. Enquanto no cenário 2 há uma diminuição de 4,5%, o cenário 3 apresenta um crescimento de 17,03% no número de vínculos. Entretanto, de modo similar às projeções anteriores, o poder de explicação das regressões apresentou valores relativamente baixos, inferiores a 29%. A razão para os baixos coeficientes de explicação encontrados deve-se à constância dos dados no número de empresas e à alta variação da amostra do número de vínculos (Gráfico 3).

**Gráfico 3 – Evolução n° de empresas e vínculos Zona de Influência Econômica Lagamar - 2006 a 2017\***



\* Os vínculos dos anos 2012 e 2013 foram retirados da análise por se caracterizarem como *outliers* (valores superiores a três desvios padrões na base amostral).

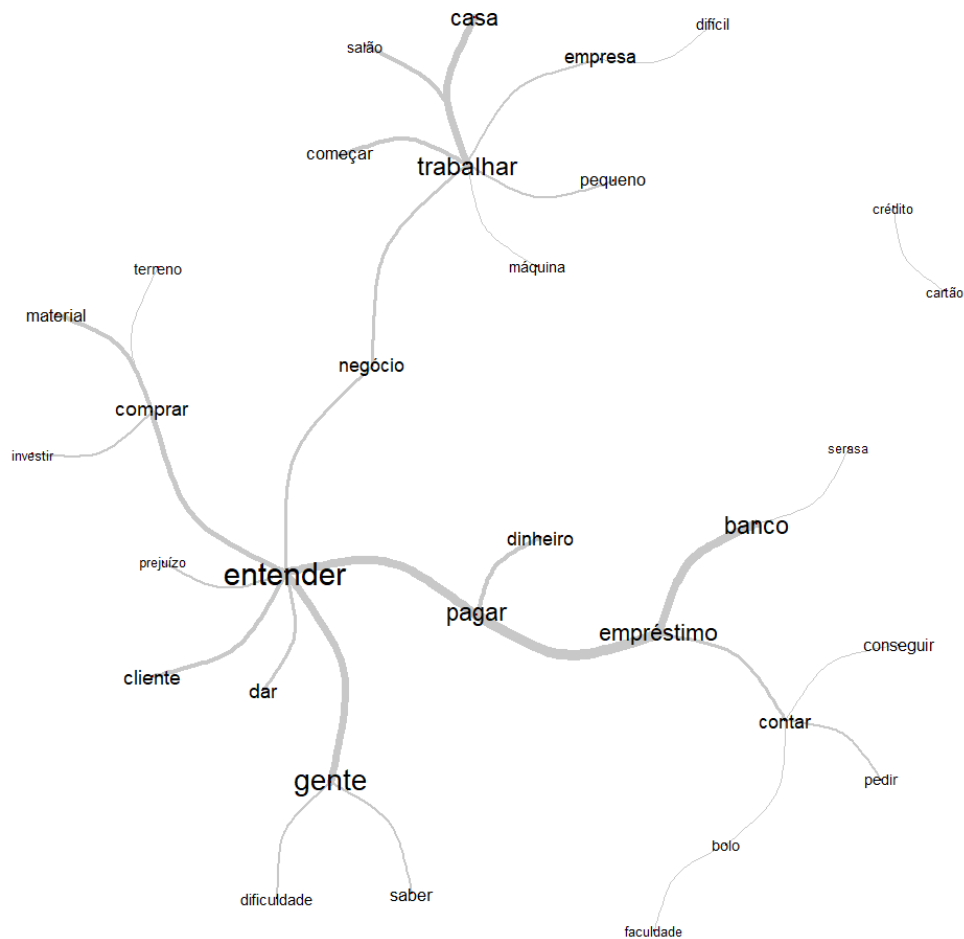
Fonte: Elaboração própria.

#### 4.2.3 Empreendimentos e financiamentos

Na aplicação do grupo focal que teve empreendimentos e financiamentos como temáticas abordadas na ZEIS Lagamar, pôde-se observar, através da fala dos participantes, o surgimento de palavras principais relacionadas ao contexto dos empreendimentos na comunidade. Desta forma, como demonstrado na Figura 16 abaixo, as palavras “entender”, “gente”, “empréstimo”, “banco”, “pagar”, “comprar”, “dinheiro”, “trabalhar”, “negócio” e “empresa” sinalizam o entendimento da comunidade a respeito da relação entre o financiamento dos empreendimentos locais e os empreendedores locais.



**Figura 16 - Análise de similitude do grupo focal de empreendimentos e financiamentos**



Fonte: Elaboração própria.

A respeito do levantamento de empreendedores participantes do grupo focal que possuíam empréstimos com bancos ou familiares e amigos, percebeu-se uma forte relação entre os termos “gente”, “entender”, “pagar”, “empréstimo” e “banco”. Os participantes, em sua maioria, destacaram a ausência de empréstimos para os seus negócios locais, sejam esses com banco ou com amigos e familiares. A ausência desses empréstimos teve como justificativa o receio em não conseguir pagar os mesmos. A maioria relata estar impossibilitada de realizar empréstimos com bancos por ter seus nomes no SPC ou SERASA. No entanto, alguns participantes afirmaram realizar empréstimos com bancos e/ou amigos e familiares. Sobre a relação de financiamento com os bancos, destaca-se a dificuldade de prazos para pagamentos das parcelas dos empréstimos, por isso, para atender ao tempo de produção e comercialização do produto ou serviço até a venda do cliente final, o prazo para início de quitação desses empréstimos deveria ser ampliado.

A comunidade local relatou a presença de muitos empreendimentos e pequenos negócios que se iniciam nas casas dos moradores locais. Entre eles, o crescimento e a ampliação estão bastante ligados ao fator do investimento financeiro, que, em sua maioria, acontece por meio do microcrédito com o Banco do Nordeste. No entanto, a relação de financiamento de pequenos negócios locais ainda está restrita por conta da ausência de legalização das empresas. Os moradores relatam que a criação de CNPJ gera a tributação de muitos impostos e dificulta o lucro de seus pequenos comércios. Este fato leva à realização de empréstimos coletivos vinculados ao CPF de pessoas que integram os grupos do Crediamigo, com o objetivo de obter um pequeno capital de investimento para os seus negócios.

No que diz respeito às dificuldades de crescimento dos empreendimentos, os participantes relataram a falta de infraestrutura local como um dos problemas que contribui para dificuldade do acesso de clientes, não moradores da comunidade, aos seus negócios. Este fato influencia de forma negativa a divulgação dos empreendimentos, o que retarda o crescimento e a possível ascensão financeira que viabilizaria a liberação de mais créditos pelos bancos para as empresas locais, formando um ciclo de dificuldades na relação com esses bancos.

No que consiste a uma possível melhora de relacionamento entre os empreendimentos locais e os bancos de investimento, os participantes destacaram como condição o aumento dos prazos para o início do pagamento das parcelas e a diminuição dos juros, tendo em vista um estudo a respeito da realidade econômica dos negócios locais. Desse modo, tais medidas atuariam como pontos positivos na relação entre bancos e empreendedores locais, aumentando a busca por financiamento dos negócios e a possibilidade de quitação total, reduzindo, assim, a negatização dos empreendedores com os bancos.

Por fim, analisa-se a relevância da ligação dos termos mencionados acima, quando aplicados no contexto vivenciado na ZEIS Lagamar. Conclui-se, a partir do exposto, que há uma importante relação entre o financiamento de empreendimentos locais e a sua ampliação e crescimento, porém com grandes entraves e dificuldades relacionados à formalização dos negócios e à adequação de suas realidades econômicas ao relacionamento com o banco.

#### 4.3 DESCRIÇÃO DOS DADOS INDUSTRIAIS DA ZEIS

Por meio dos dados disponibilizados pelo Guia Industrial da Federação das Indústrias do Estado do Ceará, 40 empresas pertencentes ao setor industrial estão presentes na Zona de Influência Econômica da ZEIS Lagamar. A Tabela 8 revela as informações das empresas encontradas.

**Tabela 8 – Descrição das indústrias - Zona de Influência Econômica Lagamar - 2017**

<b>CNAE</b>	<b>Faixa de faturamento</b>	<b>Porte</b>	<b>Produtos</b>	<b>Bairro</b>
Fabricação de móveis com predominância de madeira	60001 a 360000	Microempresa	- móveis de madeira em geral	Alto da Balança
Fabricação de estruturas metálicas	60001 a 360000	Microempresa	- estruturas metálicas	Alto da Balança
Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores	60001 a 360000	Microempresa	- reparação de veículos automotores - peças e acessórios novos para veículos automotores	Alto da Balança
Construção de edifícios	3600001 a 16000000	Média empresa 01	- construção civil	Alto da Balança
Fabricação de peças e acessórios para o sistema motor de veículos automotores	60001 a 360000	Microempresa	- embreagens	Alto da Balança
Fabricação de produtos cerâmicos refratários	0 a 60000	Microempreendedor individual	- janelas – portões	Alto da Balança
Comércio varejista de materiais de construção em geral	60001 a 360000	Microempresa	- material de construção em geral	Alto da Balança
Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores	3600001 a 16000000	Média empresa 01	- usinagem de peças	Alto da Balança
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	0 a 60000	Microempreendedor individual	- peças	Alto da Balança
Fabricação de produtos diversos	0 a 60000	Microempreendedor individual	- fabricação de portões - metais comuns	Alto da Balança
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	0 a 60000	Microempreendedor individual	- fabricação de artigos de serralheria	Alto da Balança
Recondicionamento e recuperação de motores para veículos automotores	360001 a 3600000	Pequena empresa	- serviços de retífica - recuperação de motores para veículos automotores	Alto da Balança
Aparelhamento de placas e execução de trabalhos em mármore, granito, ardósia e outras pedras	360001 a 3600000	Pequena empresa	- balcões, mesa e outras peças em mármore e granito	São João do Tauape
Construção de edifícios	0 a 60000	Microempreendedor individual	- obras residenciais	São João do Tauape
Fabricação de gelo comum	360001 a 3600000	Pequena empresa	- fabricação de gelo	São João do Tauape
Construção de edifícios	3600001 a 16000000	Média empresa 01	- construções de edifícios	São João do Tauape
Comércio a varejo de motocicletas e motonetas novas	60001 a 360000	Microempresa	- peças e acessórios para motocicletas	São João do Tauape
Impressão e reprodução de gravações	60001 a 360000	Microempresa	- impressões em geral	São João do Tauape
Obras de terraplenagem	360001 a 3600000	Pequena empresa	- terraplanagens	São João do Tauape
Confecção de artigos de vestuário e acessórios	360001 a 3600000	Pequena empresa	- modeladores de torso inteiro (cintas, sutiãs), corpetes,	São João do Tauape

			calcinhas, penhoares etc. de algodão	
Fabricação de produtos alimentícios	60001 a 360000	Microempresa	- bolachas, bolos, pães, salgados, tortas - biscoitos amanteigados, pães carioquinha, pães de forma, pães de hamburger	São João do Tauape
Construção de edifícios	16000001 a 90000000	Média empresa 02	- construção de edifícios	São João do Tauape
Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores	360001 a 3600000	Pequena empresa	- serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores	São João do Tauape
Fabricação de esquadrias de metal	3600001 a 16000000	Média empresa 01	- artefatos em inox - corrimão de aço e inox	São João do Tauape
Confecção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida	90000000 a 90000000	Grande empresa	- confecção moda praia	São João do Tauape
Fabricação de produtos diversos	0 a 60000	Microempreendedor individual	- Letreiros metálicos tipo caixa	São João do Tauape
Obras de infraestrutura	0 a 60000	Microempreendedor individual	- obras públicas e privadas em geral	São João do Tauape
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	0 a 60000	Microempreendedor individual	- caixas de papel ou cartão, ondulados (canelados) - blocos de papel	São João do Tauape
Confecção de artigos de vestuário e acessórios	3600001 a 16000000	Média empresa 01	- confecções de uniformes em geral	São João do Tauape
Fabricação de produtos alimentícios	0 a 60000	Microempreendedor individual	- pão	São João do Tauape
Confecção de roupas íntimas	60001 a 360000	Microempresa	- uniformes e roupas profissionais	São João do Tauape
Confecção de artigos de vestuário e acessórios	0 a 60000	Microempreendedor individual	- fabricação de moda praia	São João do Tauape
Construção de edifícios	3600001 a 16000000	Média empresa 01	- construção de edifícios	São João do Tauape
Impressão de material para uso publicitário	60001 a 360000	Microempresa	- impressões em geral	São João do Tauape
Confecção de artigos de vestuário e acessórios	360001 a 3600000	Pequena empresa	- roupas e acessórios femininos	São João do Tauape
Impressão e reprodução de gravações	60001 a 360000	Microempresa	- impressões em geral	São João do Tauape
Atividade de impressão	360001 a 3600000	Pequena empresa	- impressões em geral	São João do Tauape
Fabricação de artefatos têxteis para uso doméstico	360001 a 3600000	Pequena empresa	- confecção de flanelas e panos de chão	São João do Tauape
Fabricação de produtos alimentícios	60001 a 360000	Microempresa	- pães, bolos, salgados, tortas	São João do Tauape
Confecção de peças de vestuário, exceto roupas íntimas e as confeccionadas sob medida	60001 a 360000	Microempresa	- confecção de moda feminina	São João do Tauape

As indústrias na Zona de Influência Econômica encontram-se situadas, em grande medida, no bairro São João do Tauape (70%). Para ambos os bairros citados na pesquisa (São João do Tauape e Alto da Balança), sobressai a maciça representatividade das micro e pequenas empresas nas atividades industriais da região: 80%. Em geral, não existe uma concentração específica na área das empresas. Percebe-se que há uma pulverização das atividades industriais, entretanto, três áreas se destacam nos bairros: o setor de construção, o setor automotivo e o setor de confecção de roupas.

#### 4.4 CONCENTRAÇÃO DOS PRINCIPAIS NEGÓCIOS LOCAIS

Na análise dos dados obtidos na investigação cartográfica e nas oficinas com a comunidade, foram localizados 68 estabelecimentos com atividades econômicas variadas, bem como 6 equipamentos públicos e 4 igrejas (Tabela 9). Analisando os estabelecimentos, segundo as atividades econômicas, destaca-se o setor de alimentação, com 47,5% dos estabelecimentos. Em seguida, o setor de lojas representa 18% da atividade comercial local, seguido pelo segmento de beleza com 15%. Logo depois temos os setores automotivo, serviços e construção, que representam 9%, 6% e 4,5%, respectivamente. Os 6 (seis) equipamentos públicos estão divididos em cinco escolas, um posto de saúde e uma praça, que representam respectivamente 83,3%, 16,7% e 16,7% dos equipamentos disponíveis na área da ZEIS Lagamar.

**Tabela 9 – Estabelecimentos comerciais e equipamentos públicos ZEIS Lagamar**

Classe	Categoria	Subcategoria	Quantidade	Total
<b>Iniciativa Privada</b>	<b>Alimentação</b>	Restaurantes	03	32
		Lanchonetes	09	
		Padarias	02	
		Bares	02	
		Mercados	10	
		Sorveteria/Açaí	06	
	<b>Automotivo</b>	Oficinas	05	06
		Borracharia	01	
	<b>Lojas</b>	Moda e afins	05	25
		Eletrônica	05	

		Salão de beleza	09	
		Academia	01	
		Petshop	01	
		Depósito construção	03	
		Variados	01	
		Carro-pipa	01	
		Farmácias	01	
	<b>Serviços</b>	Estacionamento	01	05
		Empresa de limpeza	01	
		Coleta de lixo	01	
<b>Associações sem fins lucrativos</b>	<b>Religioso Comunitário</b>	Igrejas	04	06
		Instituto e ONG	02	
		Escolas municipais	05	
<b>Iniciativa Pública</b>	<b>Educação Saúde Lazer</b>	Postos de Saúde	01	08
		CRAS	01	
		Praças	01	

Fonte: Elaboração própria, com base no Google Maps (2019).

O setor de alimentação apresentou o maior número de estabelecimentos, totalizando 32, distribuídos nas categorias: bares, restaurantes, lanchonetes, mercados, sorveterias e padarias. As lojas comerciais somaram 12 unidades produtivas nas categorias moda, eletrônicos, petshop e variedades. O setor de beleza possui 10 estabelecimentos, como salões de beleza, barbearias e academias. O segmento automotivo apresenta seis comércios nas categorias: oficinas e borracharia. O setor de serviço conta com uma empresa de coleta de lixo, uma empresa de carros-pipa e um estacionamento particular. Ainda fazem parte da economia local da ZEIS Lagamar três depósitos e lojas de construções. Dentro dos limites da poligonal, apenas uma farmácia pode ser encontrada.

Ademais, foram criados mapas específicos para tais categorias, de forma a apresentar visualmente o mapeamento de concentração de atividades econômicas existentes na área da ZEIS Lagamar poligonal, demarcada em linha vermelha.

Os estabelecimentos foram destacados por meio de pequenos pontos inseridos na imagem, assim foi possível identificar a concentração de cada categoria. A Figura 17 mostra,

por exemplo, o mapeamento dos estabelecimentos ligados ao segmento alimentação, como bares, restaurantes, lanchonetes, padarias, sorveterias, dentre outros.

Mesmo o território sendo relativamente proporcional, é possível perceber uma distribuição não homogênea quando se observa a diferença entre os lados sul e norte, divididos pela faixa branca no centro da poligonal que representa o Rio Cocó.

**Figura 17 – Mapeamento dos estabelecimentos do segmento alimentação**



Fonte: Elaborado pelos autores através do software Arcgis (2020).

A Figura 18, a seguir, apresenta o mapeamento dos estabelecimentos religiosos: as igrejas. Percebe-se que esses estabelecimentos estão situados de forma não tão igualitária como os de alimentação, já que é possível identificar áreas que se encontram vazias no mapa. No entanto, não se observa uma concentração dessa atividade dentro do território, uma vez que as igrejas se encontram situadas em áreas distintas.

**Figura 18 – Mapeamento dos estabelecimentos do segmento religioso**

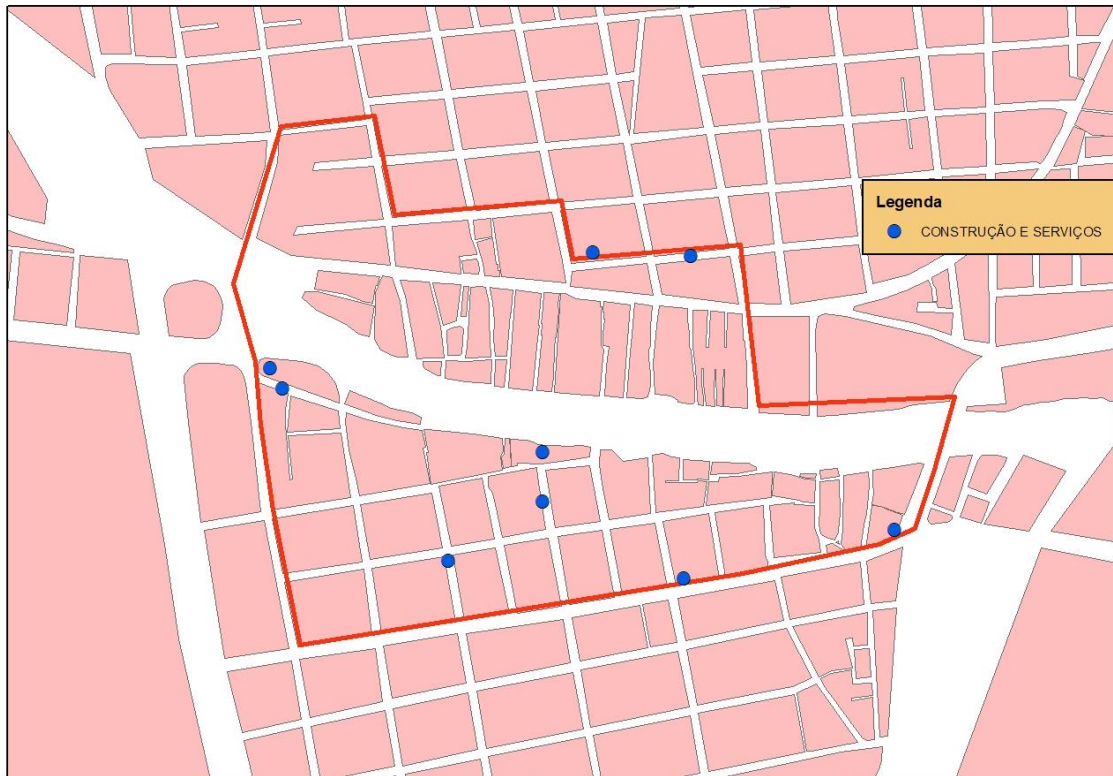


Fonte: Elaborado pelos autores através do software Arcgis (2020).

Já a Figura 19 mostra o mapeamento das concentrações econômicas relacionadas ao segmento de serviços e construção. Encontram-se, nesta categoria, os seguintes negócios: farmácias, estacionamentos, empresa de limpeza, carro-pipa, coleta de lixo e depósitos e lojas de construção. Essas atividades econômicas, assim como verificado no último mapa, possuem uma distribuição no território, de acordo com os dados coletados, que não causam concentração dos empreendimentos, isto é, não se agrupam em *clusters*.



**Figura 19 – Mapeamento dos estabelecimentos do segmento serviços**



Fonte: Elaborado pelos autores através do software Arcgis (2020).

O mapeamento dos estabelecimentos categorizados dentro do segmento automotivo está apresentado na Figura 20. Dentro desse segmento, encontram-se subcategorias como oficinas e borracharias. Nota-se uma distribuição desigual desses negócios dentro da área da ZEIS, o que representa a criação de uma pequena concentração econômica, isto é, pequenos *clusters* dentro do território, especificamente no eixo sul da região.

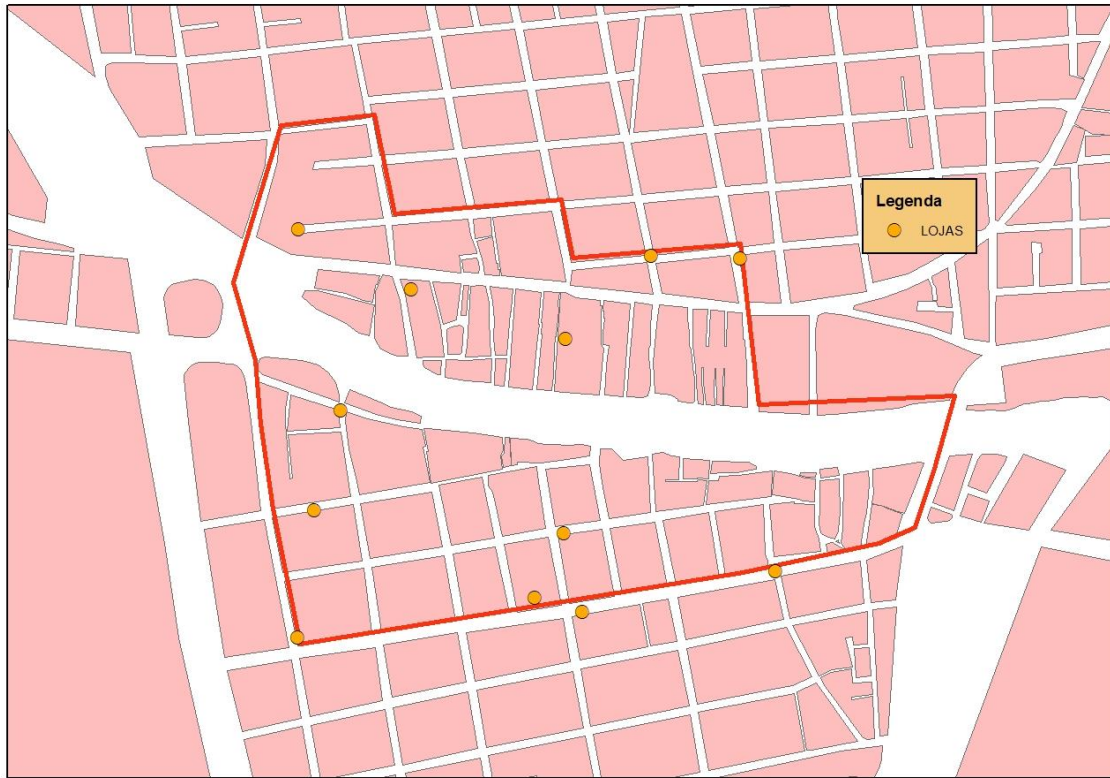
**Figura 20 – Mapeamento dos estabelecimentos do segmento automotivo**



Fonte: Elaborado pelos autores através do software Arcgis (2020).

A Figura 21 apresenta o mapeamento dos estabelecimentos identificados na categoria lojas, como salões de beleza, academia, petshops, moda e afins, eletrônicas, dentre outros. Percebe-se, diferentemente da maioria dos mapas apresentados até o momento, que esses estabelecimentos estão situados de forma mais homogênea, isto é, há distribuição dos pontos no mapa tanto no eixo norte como no eixo sul.

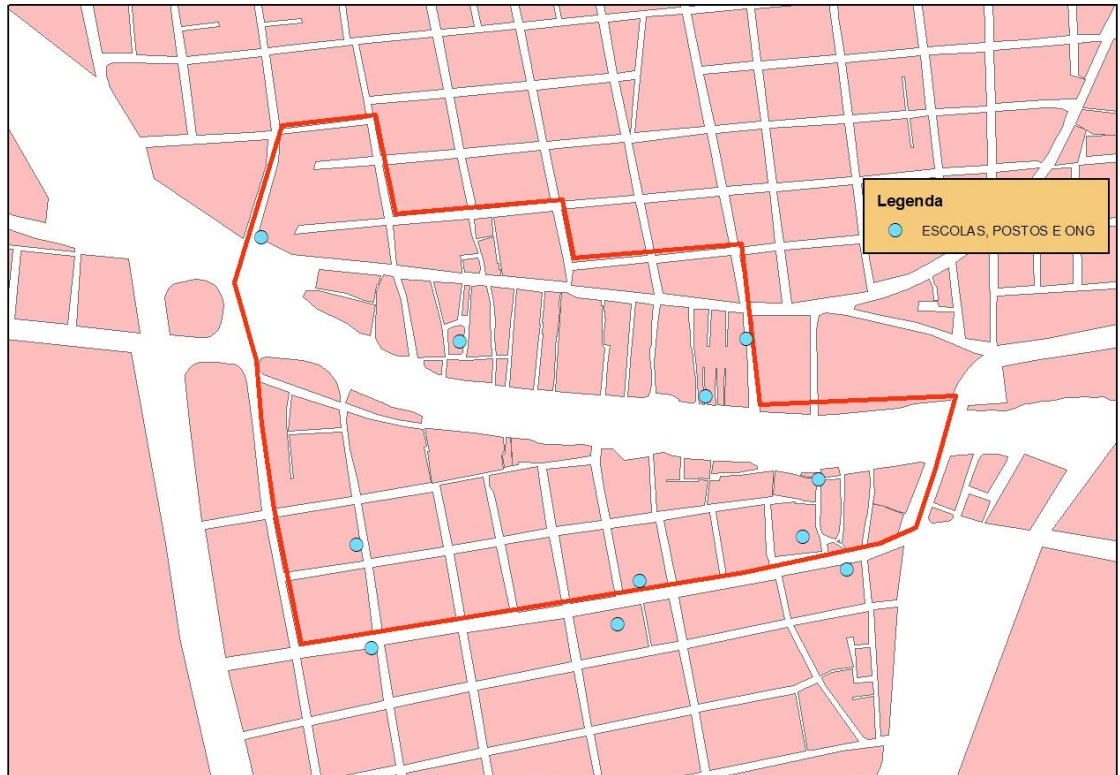
**Figura 21 – Mapeamento dos estabelecimentos do segmento lojas**



Fonte: Elaborado pelos autores através do software Arcgis (2020).

A classe iniciativa pública foi mapeada em uma só figura (Figura 22), na qual foram identificados os seguintes equipamentos: escolas municipais, postos de saúde, CRAS e praças. Percebe-se uma quantidade considerável de equipamentos identificados através dos dados, o que revela uma distribuição adequada dos pontos pelo território da ZEIS quando comparado a outros segmentos de atividades. No entanto, ressalte-se que a comunidade não se encontra assistida no que tange à oferta de equipamentos públicos dentro da poligonal.

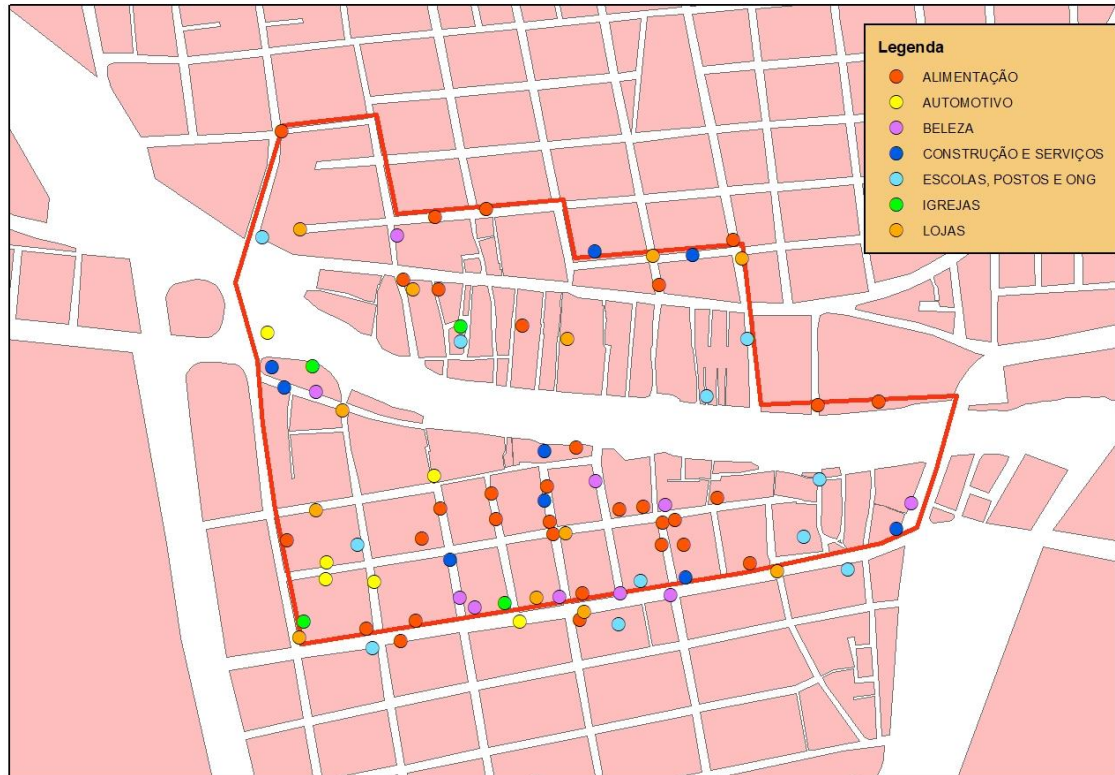
**Figura 22 – Mapeamento dos equipamentos públicos**



Fonte: Elaborado pelos autores através do software Arcgis (2020).

Por fim, verifica-se, na Figura 23, o mapeamento completo das atividades econômicas, apresentando, através dos pontos coloridos e da legenda, os estabelecimentos dos segmentos econômicos, além de equipamentos públicos, nos segmentos de lazer, educação e saúde. Através do mapa é possível visualizar um resumo da Tabela 9 e a distribuição dessas atividades no território da ZEIS Lagamar, demarcado pela poligonal destacada em vermelho.

**Figura 23 – Mapeamento econômico da ZEIS Lagamar**



Fonte: Elaborado pelos autores através do software Arcgis (2020).

A ZEIS Lagamar conta com uma divisa natural, definida pelo Rio Cocó, que corta a poligonal, dividindo-a em duas áreas, Norte e Sul. Essa divisa ressalta uma economia bastante diferente nos dois polos. Com os pontos plotados no mapa (Figura 5), pode-se observar que, no lado sul, existem bem mais estabelecimentos comerciais, em relação ao lado norte, o que pode ser explicado pelo tamanho das áreas. Foi observado, em caminhadas feitas no território da ZEIS, que há uma grande discrepância na quantidade e na qualidade dos estabelecimentos nas duas áreas.

Outros fatores agravam as problemáticas locais, atingindo principalmente os moradores do lado norte da poligonal, os quais, além de não contarem com muita diversidade nos setores comerciais, são impossibilitados pelas facções criminosas de atravessarem a fronteira para chegar aos estabelecimentos no outro lado do rio ou não se sentem seguros para ir.

Esse mapeamento permite que a comunidade compreenda mais sobre como os espaços se organizam na própria ZEIS e quais as necessidades mais relevantes dentro de uma área ou de outra. É necessário ressaltar que os mapas foram construídos através das informações coletadas por meio da cartografia virtual, realizada através das plataformas Google Maps e Google Earth, e da cartografia comunitária, realizada através de encontros de discussões na

própria ZEIS. Assim, o mapeamento das atividades econômicas representa uma fotografia momentânea dos empreendimentos e negócios no espaço da ZEIS. A cada inserção de um negócio nas plataformas mencionadas acima, surgem novos mapas e novas fotografias desse espaço dinâmico.

## **5. INFRAESTRUTURA GERAL**

### **5.1 COBERTURA GERAL – ÁGUA, ESGOTO, DRENAGEM, COLETA DE RESÍDUOS, REDE ELÉTRICA, TRANSPORTE COLETIVO**

A ZEIS do Lagamar é formada por porções de dois bairros, Alto da Balança e São João do Tauape, e possui áreas passíveis de alagamento em virtude do canal que a transpassa. A cobertura da rede de abastecimento de água é total, entretanto os domicílios defronte ao canal não possuem esgotamento sanitário. Isso acarreta a existência de muitas redes clandestinas de esgotamento que vão desembocar diretamente no canal sem nenhum tratamento efetivo. Isso se dá por causa do alto custo do esgotamento da Cagece, o que impossibilita a adesão ao serviço por grande parte dos moradores. Quanto à drenagem, esta é superficial e ainda apresenta déficits estruturais (assuntos tratados com aprofundamento em cadernos específicos). Quanto à coleta de lixo, esta é parcial e apresenta os três modais de coleta da prefeitura: Porta a Porta; PEV - Ponto de Entrega Voluntária de Resíduos Recicláveis (Ecopontos)<sup>10</sup>; e Coleta Especial Urbana (CEU). Há por parte da população uma alta urgência quanto à melhora nesse tipo de serviço, no entanto, apesar dessa alta percepção, a população vê o programa de PEVs como um equipamento que “retira a possibilidade de captação de renda” dos ditos carroceiros que não manejam adequadamente o lixo e ainda aumentam a demanda da CEU.

Há energia elétrica total com medidores e a iluminação pública também é total. As vias são pavimentadas e apresentam diversos serviços urbanos, tais como: escola, posto de saúde, posto policial, comércio, serviços, centro esportivo, centro religioso, centro cultural (Fundação Marcos de Bruin) e centro comunitário. Não necessariamente esses serviços estão dentro do espaço geográfico da ZEIS. Por fim, ressalte-se que as informações expostas a seguir serão dos bairros e têm como função dar informações sobre a ZEIS e suas intermediações.

---

<sup>10</sup> Programa da Prefeitura de Fortaleza que viabiliza locais adequados para o descarte gratuito de pequenas porções de entulho, restos de poda, móveis e estofados velhos, além de óleo de cozinha, papelão, plásticos, vidros e metais.  
(<https://catalogodeservicos.fortaleza.ce.gov.br/categoria/urbanismo-meio-ambiente/servico/324>)

Devido ao foco deste Caderno ser geração de trabalho e renda, a análise dos bairros em que a ZEIS está inserida pode contribuir para o diagnóstico da sua situação e proposições de futuras alternativas para geração de renda e trabalho.

Existem zonas edificadas comerciais em ambos os bairros; a área edificada residencial é de 45.450,10 m<sup>2</sup>. Quanto à infraestrutura da ZEIS, cuja população atinge o índice de 83,81% de alfabetizados, 98,33% dos domicílios possuem abastecimento de água, 90,86% têm coleta de lixo; 99,52% têm energia elétrica e 80,50% apresentam esgotamento sanitário (IPLANFOR, 2015).

## 5.2 EQUIPAMENTOS URBANOS: ESCOLAS, UPA, HOSPITAIS, CRAS E DELEGACIAS

Quanto ao aparelhamento público, tanto dentro como no entorno próximo à ZEIS, existem, ao todo, uma Unidade de Atenção Primária à Saúde (UAPS), um Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e uma praça, que são próximos a outros equipamentos públicos, como casas de abrigo. Do mesmo modo, a ZEIS conta com um conjunto de empreendimentos sociais, como o programa Segundo Tempo, o qual busca democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte na comunidade.

Quanto às escolas, são sete (7) escolas públicas presentes na área e no entorno da ZEIS Lagamar, sendo uma delas um Centro Educacional Infantil (CEI) e duas creches (SDE, 2019). Em geral, as notas do Ideb e Saeb da escola municipal para o ano de 2017 foram razoáveis, com média próxima a 6,0: 5,7 e 5,9, respectivamente. Entretanto, além de demonstrar uma evolução positiva ao longo da última década, esses indicadores estão bem acima da média da meta nacional estipulada para o ensino fundamental pelo Ideb para a escola no ano de 2017. Os quadros a seguir apresentam um resumo dessas escolas (Quadro 2 a Quadro 8).

**Quadro 2 – CEI Airton José Vidal Queiroz**

Categoria	Centro de Educação Infantil – CEI
Endereço	Rua Hermínio Barroso, S/N, Alto da Balança
Localização	Na área da ZEIS
Link	<a href="https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeito-roberto-claudio-inaugura-centro-de-educacao-infantil-airton-jose-vidal-queiroz">https://www.fortaleza.ce.gov.br/noticias/prefeito-roberto-claudio-inaugura-centro-de-educacao-infantil-airton-jose-vidal-queiroz</a>

Fonte: INEP (2019). Elaboração própria.

\* Indicador de Nível Socioeconômico (INSE): Grupo 1 – baixo nível socioeconômico; Grupo 2 – alto nível socioeconômico.

### Quadro 3 - Creche Municipal Almerinda de Albuquerque

Categoria	Creche Municipal
Endereço	Trav. Libertador, 57, São João do Tauape
Localização	Na área da ZEIS
Link	<a href="https://www.escol.as/73867-creche-municipal-almerinda-de-albuquerque">https://www.escol.as/73867-creche-municipal-almerinda-de-albuquerque</a>

Fonte: INEP (2019). Elaboração própria.

### Quadro 4 - Centro de Educação Infantil São Gabriel

Categoria	Creche Conveniada
Endereço	Rua Ana Gonçalves, 141, São João do Tauape
Localização	Na área da ZEIS
Link	<a href="https://www.escol.as/70473-centro-de-educacao-infantil-sao-gabriel">https://www.escol.as/70473-centro-de-educacao-infantil-sao-gabriel</a>

Fonte: INEP (2019). Elaboração própria.

### Quadro 5 – EMEF Nossa Senhora do Sagrado Coração

Categoria	Escola Municipal de Ensino Fundamental
Endereço	Rua Ana Gonçalves, 01, São João do Tauape
Localização	Na área da ZEIS
Código da escola	23257393
Matrículas	473
Matrícula tempo integral	224 (47,3%)
Turmas/Salas de aula	22/ 12
INSE*	Grupo 2
Modalidades/ Etapas oferecidas	Creche; Pré-escola; Anos Iniciais do Ensino Fundamental
Nota Ideb anos iniciais do Ensino Fundamental (2017)	5,7 (Meta 4,8)
Evolução 2013 a 2017 anos iniciais	+35,7%
Saeb Matemática (Proficiência Padronizada)	6,0
Saeb Português (Proficiência Padronizada)	5,8
Média Saeb (Proficiência Padronizada)	5,9
Link	<a href="http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/23257393">http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/23257393</a>

Fonte: INEP (2019). Elaboração própria.



**Quadro 6 – EMEF Yolanda Queiroz**

Categoria	Escola Municipal de Ensino Fundamental
Endereço	Rua Capitão Aragão, 864, Alto da Balança
Localização	No entorno da ZEIS, a um quarteirão
Código da Escola	23078600
Matrículas	555
Matrícula tempo integral	118 (21,2%)
Turmas/Salas de aula	20/ 10
INSE	Grupo 2
Modalidades/ Etapas oferecidas	Anos Iniciais do Ensino Fundamental; Anos Finais do Ensino Fundamental
Nota Ideb anos iniciais do Ensino Fundamental (2017)	5,2 (Meta 4,2)
Evolução 2005 a 2017 anos iniciais	+116,6%
Nota Ideb anos finais do Ensino Fundamental (2017)	4,5 (Meta 4,0)
Evolução 2007 a 2017 anos finais	+60,7%
Saeb Matemática (Proficiência Padronizada)	4,6
Saeb Português (Proficiência Padronizada)	4,7
Média Saeb (Proficiência Padronizada)	4,65
Link	<a href="http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/23078600">http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/23078600</a>

Fonte: INEP (2019). Elaboração própria.

**Quadro 7 – EMEF Almerinda de Albuquerque**

Categoria	Escola Municipal de Ensino Fundamental
Endereço	Rua Ana Gonçalves, 1105, São João do Tauape
Localização	No entorno da ZEIS, a seis quarteirões
Código da Escola	23064994
Matrículas	739
Matrícula tempo integral	280 (37,9%)
Turmas/Salas de aula	33/ 18
INSE	Grupo 3
Modalidades/ Etapas oferecidas	Creche; Pré-escola; Anos Iniciais do Ensino Fundamental; EJA
Nota Ideb anos iniciais do Ensino Fundamental (2017)	6,1 (Meta 5,0)
Evolução 2005 a 2017 anos iniciais	+84,8%
Nota Ideb anos finais do Ensino Fundamental (2017)	*** (Meta 4,1)

Evolução 2007 a 2017 anos finais	+95,2% (Meta)
Saeb Matemática (Proficiência Padronizada)	6,1
Saeb Português (Proficiência Padronizada)	6,0
Média Saeb (Proficiência Padronizada)	6,06
Link	<a href="http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/23064994">http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/23064994</a>

Fonte: INEP (2019). Elaboração própria.

### Quadro 8 – EMEF Madre Tereza de Calcutá

Categoria	Escola Municipal de Ensino Fundamental
Endereço	Rua Capitão Batista, S/N, Fátima
Localização	No entorno afastado da ZEIS
Código da escola	23186950
Matrículas	569
Matrícula tempo integral	208 (36,5%)
Turmas/Salas de aula	30/ 20
INSE	Grupo 3
Modalidades/ Etapas oferecidas	Creche; Pré-escola; Anos Iniciais do Ensino Fundamental
Nota Ideb anos iniciais do Ensino Fundamental (2017)	6,7
Evolução 2005 a 2017 anos iniciais	+116,1%
Saeb Matemática (Proficiência Padronizada)	6,8
Saeb Português (Proficiência Padronizada)	7,2
Média Saeb (Proficiência Padronizada)	6,99
Link	<a href="http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/23186950">http://idebescola.inep.gov.br/ideb/escola/dadosEscola/23186950</a>

Fonte: INEP (2019). Elaboração própria.

A estrutura dos serviços e equipamentos públicos do Lagamar foi avaliada pelos respondentes da pesquisa de campo (*survey*). Para tal, os respondentes foram indagados sobre sete dimensões da estrutura pública oferecida na ZEIS. A Tabela 10 detalha as dimensões analisadas, bem como a avaliação coletiva de cada uma.

**Tabela 10 – Estrutura dos serviços e equipamentos públicos - 2019**

Estrutura pública	Média	Desvio padrão	Avaliação
Calçadas e pavimentação*	1,64	0,79	Deficitário
Saneamento básico	1,80	0,835	Deficitário

Educação pública	1,83	0,842	Deficitário
Saúde pública	1,83	0,789	Deficitário
Bancos e lotéricas	2,17	0,825	Regular
Transporte coletivo	2,23	0,818	Regular
Coleta de lixo**	2,32	0,776	Regular

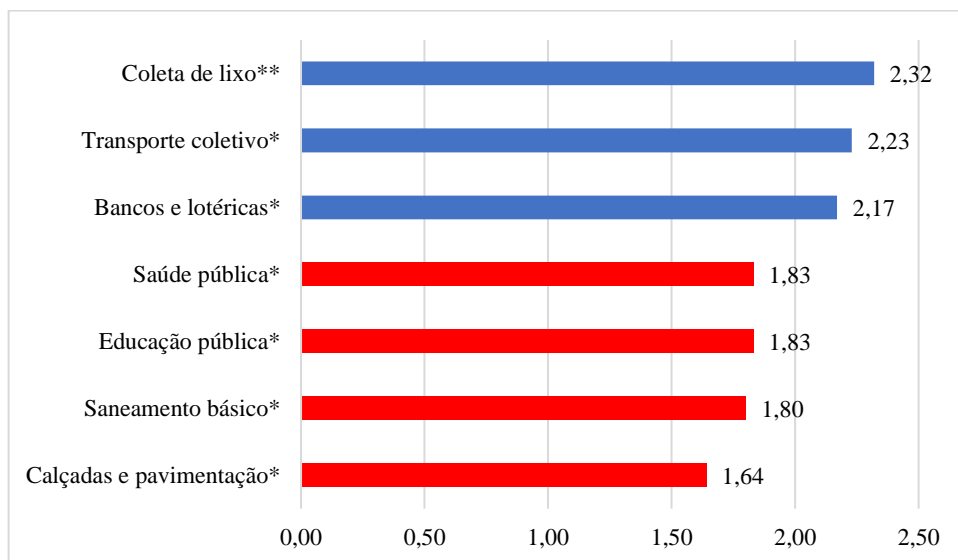
Legenda: Média até 1,99 - deficitário; entre 2,0 e 2,5 - regular; acima de 2,5 – ótimo

\*Significante a 5%; \*\*Significante a 1%<sup>11</sup>.

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Como revela a tabela, todos os serviços ou equipamentos públicos foram avaliados de forma deficitária ou regular. As duas dimensões mais bem avaliadas pelos respondentes foram a coleta de lixo (2,32) e transporte coletivo (2,23), confirmando os resultados apresentados pelo relatório ZEIS (2015). As quatro dimensões com as piores avaliações foram calçadas e pavimentação (1,64), saneamento básico (1,80), educação pública (1,83) e saúde pública (1,83), todas com valores abaixo da média. Saneamento básico e calçadas e pavimentação foram as únicas dimensões com média significativamente inferior às demais: significativa a 5% e a 1% respectivamente. O Gráfico 4 elenca as dimensões de serviços e estrutura pública por ordem de avaliação.

**Gráfico 4 – Ranking das avaliações dos serviços e equipamentos públicos - 2019**



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

<sup>11</sup>Conceito estatístico empregado para avaliar se há diferença significativa entre as médias das variáveis. O resultado atesta que a média de Coleta de lixo e de Calçadas e pavimentação apresentou valores estatisticamente distintos das demais variáveis ao nível de significância de 1% e 5%, respectivamente.

Adicionalmente, foram levantadas medidas socioeconômicas para a ZEIS, baseadas nos objetivos de desenvolvimento sustentável do milênio da Organização das Nações Unidas (ONU). Utilizando-se de uma escala de urgência (1 – Urgente; 2 – Muito urgente; 3 – Extremamente urgente), os respondentes avaliaram cada uma das 13 medidas apresentadas (Tabela 11).

**Tabela 11 – Medidas de sustentabilidade - 2019**

Medidas Sustentáveis	Média	Moda	Posição
Ter acesso a saúde de qualidade	2,62	Extremamente Urgente	1
Erradicar a fome	2,58	Extremamente Urgente	2
Erradicar a pobreza	2,57	Extremamente Urgente	3
Ter trabalho digno e crescimento econômico	2,56	Extremamente Urgente	4
Ter educação de qualidade	2,56	Extremamente Urgente	5
Reduzir a desigualdade de renda	2,50	Extremamente Urgente	6
Estimular atividades culturais e práticas esportivas	2,43	Extremamente Urgente	7
Promover a paz e proporcionar acesso à justiça	2,40	Extremamente Urgente	8
Reduzir a poluição do ar e sonora	2,31	Extremamente Urgente	9
Reduzir a desigualdade de gênero (entre homens e mulheres)	2,18	Extremamente Urgente	10
Proteger a vida aquática	2,16	Extremamente Urgente	11
Proteger a vida terrestre*	1,98	Urgente	12
Disponibilizar água potável e saneamento**	1,77	Urgente	13

\* Significante a 1%; \*\* Significante a 5%.

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Como revelam os resultados, a preocupação com o acesso à saúde de qualidade (2,62) se revelou a mais urgente para os moradores da ZEIS. Apesar de apresentar diferença significativa das dimensões 7 a 13, esse dado corrobora a avaliação levantada pelos moradores acerca da insatisfação com o serviço de saúde. Em seguida, as preocupações referentes ao campo socioeconômico de geração de trabalho e renda - Erradicar a pobreza (2,57), Ter trabalho digno e crescimento econômico (2,56), Reduzir a desigualdade de renda (2,5) - apresentaram-se todas como extremamente urgente. Essa avaliação indica a existência de um contexto de oportunidades econômicas escassas percebidas pelos próprios moradores e revela a necessidade de ações públicas que contemplem os campos considerados preteridos. Vale ressaltar que, embora as preocupações ambientais não tenham sido tão bem avaliadas quanto as de ordem socioeconômica, os respondentes julgaram como de extrema urgência medidas relacionadas à proteção ao rio que transpassa a ZEIS Lagamar.

De fato, as dimensões que demandam mais urgência para os moradores se caracterizam como requisitos básicos para uma condição de vida adequada. São condições

fundamentais de alívio da pobreza, sem as quais se prejudica qualquer possibilidade de desenvolvimento econômico e social. A cobertura das dimensões retratadas indica a necessidade de uma atuação pública efetiva, suscitando uma completa reformulação das ações governamentais. A própria verificação da urgência na atuação em áreas básicas, como Promoção de paz e justiça, Acesso à saúde e educação, bem como a Erradicação da fome, sinaliza a necessidade de reflexão sobre a qualidade das ações públicas na ZEIS. Desse modo, constata-se uma clara disfunção institucional, a qual prejudica, inclusive, o desenvolvimento socioeconômico da ZEIS.

### 5.3 VAZIO ECONÔMICO

No caso da ZEIS Lagamar, a cartografia virtual não encontrou vazio econômico significativo, em virtude de que a área se notabiliza por uma dispersão importante de seus negócios e equipamentos públicos.

## 6. PERFIL SOCIOECONÔMICO DA ZEIS

### 6.1 POPULAÇÃO, RENDA, FAMÍLIAS, IMÓVEIS E DESOCUPAÇÃO

Segundo o Relatório Fortaleza 2040 (IPLANFOR, 2015), a ZEIS Lagamar está localizada em porções dos bairros São João do Tauape e Alto da Balança, sendo a 5ª ZEIS mais populosa de Fortaleza, com um montante de 15.295 pessoas. Esse valor a classifica como uma ZEIS de elevada população e dimensão territorial grande, apresentando uma densidade habitacional de 31,60 hab/km<sup>2</sup>, com 99,76% de sua área ocupada (IPLANFOR, 2015). Em relação ao número de imóveis residenciais, estima-se cerca de 4200 para 2019. Para o cálculo da quantidade de domicílios, utilizaram-se os dados mais atualizados da população da ZEIS, 15.295 pessoas, e a quantidade de pessoas por residência (3,5), coletados na pesquisa de campo de 2019 (IPLANFOR, 2015). O Caderno Diagnóstico Físico-ambiental revela a área total da ZEIS Lagamar: 48,42 hectares.

Para caracterização econômica, os dados levantados a partir do Censo de 2010 apresentam informações acerca da classe de rendimento nominal mensal agregado dos domicílios presentes na Zona de Influência Econômica da ZEIS Lagamar. Com relação à renda, a Tabela 12 mostra que a média salarial dos domicílios em 2010 se encontrava em R\$ 2.256,21 (R\$ 3.825,89 em valores atualizados para o ano de 2019).

**Tabela 12 - Domicílios particulares permanentes x Classes de rendimento  
Zona de Influência Econômica ZEIS Lagamar - 2010**

Classes de rendimento nominal mensal domiciliar	Total	Média (R\$)	2019 (R\$)*	%
<b>Total:</b>	12073	2256,21	3825,89	100
Até 1/4 de salário mínimo	119	93,97	159,35	0,99
Mais de 1/4 a 1/2 salário mínimo	159	205,11	347,81	1,32
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	2084	484,56	821,67	17,26
Mais de 1 a 2 salários mínimos	2748	871,04	1477,04	22,76
Mais de 2 a 3 salários mínimos	1821	1337,49	2268,01	15,08
Mais de 3 a 5 salários mínimos	1902	2029,88	3442,10	15,75
Mais de 5 a 10 salários mínimos	1722	3655,88	6199,32	14,26
Mais de 10 a 15 salários mínimos	579	6242,56	10585,59	4,80
Mais de 15 a 20 salários mínimos	271	8903,17	15097,23	2,24
Mais de 20 a 30 salários mínimos	191	12333,64	20914,32	1,58
Mais de 30 salários mínimos	106	26577,80	45068,32	0,88
Sem rendimento	371	0,00	0,00	3,07
Sem declaração	-	-	-	-

Fonte: IBGE – Censo Demográfico.

\* Fator de correção Ano 2019 = 1,6957133.

De acordo com a tabela, ao olhar para a composição dos estratos mais carentes, observa-se que, em 2.362 domicílios (19,56%), a renda é de até um salário mínimo, o que pode indicar *a priori* um conjunto de domicílios em vulnerabilidade econômica. Por conseguinte, quando verificada a taxa de indivíduos que se encontram abaixo da linha de pobreza na Zona de Influência Econômica do Lagamar, essa taxa é significativamente maior no bairro Alto da Balança, com 5,66% da população do bairro vivendo em situação de extrema pobreza. Já o bairro São João do Tauape possui apenas 3,21% da população abaixo da linha da pobreza. Para efeitos comparativos, o Alto da Balança encontra-se como o 38º bairro com maior representatividade de extrema pobreza de Fortaleza, enquanto o São João do Tauape é apenas o 77º bairro (IPLANFOR, 2015).

Ainda de acordo com os dados da tabela, cerca de 3% dos domicílios da ZEIS, somando 371 residências, não possuíam qualquer tipo de rendimento. Ademais, os estratos de rendimento entre 1/2 e 2 salários mínimos representaram o maior número de domicílios. De modo acumulado, cerca de 40% dos domicílios da ZEIS possuíam um rendimento total de até 2 salários mínimos. A partir dos dados levantados em campo, observa-se que no Lagamar, em 61% dos domicílios pesquisados, a renda era de até 2 salários mínimos. Quando analisada a composição da renda das famílias, os dados revelam uma grande dependência dos benefícios

governamentais, com cerca de 39% das famílias recebendo rendas de programas de assistência social, como bolsa família, aposentadoria ou pensão.

Os dados mais elevados apresentados pela pesquisa de campo podem ser atribuídos a dois fatores. Primeiro a redução no valor da renda familiar dos últimos anos no Brasil, em especial nos estados nordestinos. Essa redução afeta mais fortemente os lares mais pobres, que sofrem com a falta de empregos formais e de auxílios governamentais para lidar com situações econômicas adversas. Em segundo lugar, no perfil de renda, a amostra coletada pelo IBGE se estendia pelos bairros do São João do Tauape e Alto da Balança. Os dados coletados em campo nesta pesquisa, por outro lado, se restringiram à ZEIS Lagamar, alterando sensivelmente o perfil econômico da amostra. Ao se comparar a amostra do IBGE à da pesquisa de campo, constata-se, por exemplo, que o último quartil de respondentes abordados pelo Instituto possuía renda acima de cinco salários mínimos, enquanto a amostra coletada em 2019 possuía renda acima de dois salários mínimos. Esses valores permitem inferir que a ZEIS Lagamar é uma ilha de desigualdade socioeconômica dentro dos bairros em que se encontra localizada.

Quanto ao rendimento dos habitantes por faixa etária da ZEIS, como é possível observar na Tabela 13, 22.983 indivíduos declararam possuir algum rendimento. A representatividade dos estratos se estende quase que uniformemente em torno de 10%, dos 20 anos aos 60 anos, indicando a existência de uma faixa da população ainda economicamente ativa significativa. De modo análogo, a representatividade de ambos os sexos é praticamente similar (49,94% para homens e 50,06% para mulheres); entretanto, entre a faixa etária da terceira idade, a representatividade das mulheres torna-se significativamente maior que a população masculina: 60,03% da população acima de 60 anos era composta por mulheres em 2010. Tal resultado demonstra que a distribuição do rendimento por grupos de idades entre os sexos é semelhante durante a fase economicamente ativa da vida (entre 15 e 60 anos), mas durante a terceira idade a representatividade das mulheres torna-se maior.

**Tabela 13 - Pessoas com rendimento x Grupo de idade x Sexo**  
**Zona de Influência Econômica Lagamar - 2010**

Grupo de idade	Total		Homens		Mulheres	
	Total	%	Total	%	Total	%
<b>Total:</b>	22983	100	11019	100	11964	100
10 a 14 anos	126	0,55	54	0,49	72	0,60
15 a 16 anos	653	2,84	334	3,03	319	2,67
17 a 18 anos	248	1,08	146	1,32	102	0,85
18 ou 19 anos	405	1,76	188	1,71	217	1,81

20 a 24 anos	2186	9,51	1121	10,17	1065	8,90
25 a 29 anos	2864	12,46	1460	13,25	1404	11,74
30 a 34 anos	2716	11,82	1415	12,84	1301	10,87
35 a 39 anos	2151	9,36	1079	9,79	1072	8,96
40 a 44 anos	2329	10,13	1151	10,45	1178	9,85
45 a 49 anos	2051	8,92	1011	9,18	1040	8,69
50 a 54 anos	1783	7,76	869	7,89	914	7,64
55 a 59 anos	1361	5,92	637	5,78	724	6,05
60 a 69 anos	2311	10,06	1010	9,17	1301	10,87
70 anos ou mais	2452	10,67	878	7,97	1574	13,16

Fonte: IBGE – Censo Demográfico.

A Tabela 14 abaixo apresenta o perfil de rendimento da população da Zona de Influência Econômica da ZEIS Lagamar. A partir da tabela, observa-se que o rendimento mensal dos habitantes se encontra entre um a dois salários mínimos, cerca de R\$ 1.304,20 (valor atualizado para 2019). Todavia, cerca de 35,52% dos indivíduos (12.658) não possuem algum tipo de renda, sendo as mulheres o grupo mais vulnerável: 39,14% da população feminina sofre com a falta de rendimento frente a 31,05% dos homens. Ademais, as mulheres ganham, em média, 36,21% a menos do que os homens, com um valor mensal de R\$ 1.039,60 (valor corrigido para 2019), enquanto, por outro lado, os homens ganham em média R\$ 1.629,80 (corrigido para 2019).

**Tabela 14 - Pessoas (10 anos ou mais) x Classe de rendimento x Sexo**  
**Zona de Influência Econômica ZEIS Lagamar - 2010**

Classes de rendimento nominal mensal	Total				Homens				Mulheres			
	Total	Média (R\$)	2019 (R\$)*	%	Total	Média (R\$)	2019 (R\$)*	%	Total	Média (R\$)	2019 (R\$)*	%
<b>Total:</b>	35641	769,1	1304,2	100	15982	961,1	1629,8	100	19659	613,0	1039,6	100
Até 1/4 de SM	536	85,1	144,3	1,50	127	84,0	142,5	0,79	409	85,4	144,9	2,08
Mais de 1/4 a 1/2 SM	868	210,1	356,3	2,44	324	214,9	364,4	2,03	544	207,3	351,4	2,77
Mais de 1/2 a 1 SM	10186	487,9	827,4	28,5	4416	491,1	832,8	27,63	5770	485,5	823,3	29,35
Mais de 1 a 2 SM	5456	803,8	1362,9	15,3	2883	802,0	1360,0	18,04	2573	805,7	1366,3	13,09
Mais de 2 a 3 SM	1965	1352,6	2293,6	5,51	1039	1350,5	2290,1	6,50	926	1354,9	2297,5	4,71
Mais de 3 a 5 SM	1907	2063,9	3499,8	5,35	1007	2063,8	3499,6	6,30	900	2064,0	3500,0	4,58
Mais de 5 a 10 SM	1511	3719,2	6306,7	4,24	840	3769,2	6391,4	5,26	671	3656,7	6200,7	3,41
Mais de 10 a 15 SM	261	6252,0	10601,5	0,73	166	6249,0	10596,6	1,04	95	6257,1	10610,2	0,48
Mais de 15 a 20 SM	181	8997,0	15256,3	0,51	128	9051,4	15348,7	0,80	53	8865,4	15033,1	0,27
Mais de 20 a 30 SM	78	13001	22046,8	0,22	61	13208,4	22397,7	0,38	17	12258,9	20787,5	0,09
Mais de 30 SM	34	39461	66915,8	0,10	28	41096,4	69687,8	0,18	6	31833,3	53980,2	0,03



Sem rendimento	12658	0,0	0,0	35,5 2	4963	0,0	0,0	31,0 5	7695	0,0	0,0	39,1 4
----------------	-------	-----	-----	-----------	------	-----	-----	-----------	------	-----	-----	-----------

Fonte: IBGE – Censo Demográfico.

\* Fator de correção Ano 2019 = 1,6957133.

Somado a isso, cerca de 32% da população (11.590) da Zona de Influência Econômica ganha até no máximo um salário mínimo, sendo esse percentual composto sobretudo pelo público feminino, 6.723 mulheres (58%). Esses dados revelam a existência de uma situação de fragilidade econômica na qual os moradores podem se encontrar: alta taxa de habitantes sem rendimento (35,5%) ou com baixo nível de remuneração nominal (até um salário mínimo). Do mesmo modo, a existência de uma parcela significativa da população que se encontra em estado de dependência, desemprego ou de desalento, isto é, pessoas que desistiram de procurar trabalho, indica a presença de uma alta taxa de indivíduos que podem se encontrar em situação de vulnerabilidade financeira.

Para o ano de 2019, dados do *survey* coletados com os habitantes da ZEIS Lagamar revelam um percentual similar aos encontrados no Censo. Cerca de 38% dos moradores não trabalham ou não estudam. Todavia, esse valor é ainda mais elevado para as mulheres (43%) do que para os homens (28%) em situação de ausência de trabalho ou estudo ( $t(1; 182) = 2,13$ ;  $p < 0,05$ ). Ressaltando ainda mais a diferença entre homens e mulheres, o percentual de respondentes do sexo feminino que apenas estudam é de cerca de 3%, bem inferior aos 9% apresentados pelas respondentes do sexo masculino.

Os valores apresentados nas tabelas anteriores, baseadas no Censo de 2010, encontram ressonância na Tabela 15 de rendimentos domiciliares e rendimentos per capita do *survey* realizado em 2019 na ZEIS Lagamar.

**Tabela 15 – Rendimento domiciliar e per capita mensal - 2019**

Variável	N	%	Mín	Máx	Média	Desvio Padrão	Med	Quartil 1	Quartil 2	Quartil 3
Renda familiar mensal	184	100	0	5500	1639,3	1040,1	1250,0	998,0	1250,0	2000,0
Número de pessoas no domicílio	184	100	1	11	3,5	1,73	3	2	3	4,7
Número de pessoas com rendimento no domicílio	184	100	0	7	1,67	0,99	1	1	1	2
Renda per capita mensal	184	100	0	3000	585,6	478,8	499,0	250,0	499,0	750,0
Número de pessoas maiores de 18 anos no domicílio	184	100	0	7	2,61	1,28	2	2	2	3
Número de pessoas desempregadas no domicílio	184	100	0	5	1,17	1,18	1	0	1	2

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

A Tabela 15 atualiza e complementa os dados levantados no Censo 2010. De acordo com os resultados, a renda familiar média da ZEIS Lagamar é de R\$ 1.639,30, abaixo do valor corrigido pela inflação de R\$ 3.825,89, para 2019, da sua Zona de Influência Econômica. A tabela também revela o abismo econômico no qual as famílias que moram na ZEIS se encontram em relação aos dados da Zona de Influência Econômica, o que pode ser constatado comparando-se o limite superior de todos os quartis nos dois períodos. Enquanto o limite superior do primeiro quartil<sup>12</sup> de renda domiciliar mais pobre em 2010 era de R\$ 1.427,06, em 2019 esse valor caiu para R\$ 998,00. O mesmo ocorre com os demais quartis. Igualmente, a renda média per capita apresentou uma diferença considerável, R\$ 1.304,00 para a Zona de Influência Econômica e R\$ 586,00 para a ZEIS Lagamar.

As variáveis número de pessoas maiores de 18 anos no domicílio e número de pessoas desempregadas no domicílio ajudam a entender um pouco mais as razões dessa situação econômica. Em média, os domicílios da ZEIS possuem uma quantidade semelhante de pessoas com rendimento (1,67) e sem rendimento (1,17) em idade economicamente ativa. Vale ressaltar que, no *survey* realizado nesta pesquisa, estar desempregado não indica, necessariamente, não possuir rendimento ao longo no mês. Os respondentes muitas vezes se detinham a explicar a composição da renda doméstica para os pesquisadores, revelando dados e informações sobre os “serviços”, geralmente de natureza informal, realizados pelos membros da família. Assim, parcela significativa dos respondentes ressaltou o papel das atividades informais e esporádicas na formação da renda doméstica. Tais atividades para eles, entretanto, não eram concebidas essencialmente como trabalho, o qual aparentemente representa uma categoria mais nobre de atividade econômica. Utilizavam um repertório semântico diferente, lançando mão de termos como bico ou serviço, para designar as atividades que desempenhavam sem a regularidade de um emprego – seja ele formal ou informal.

### 6.1.1 Perfil de trabalho

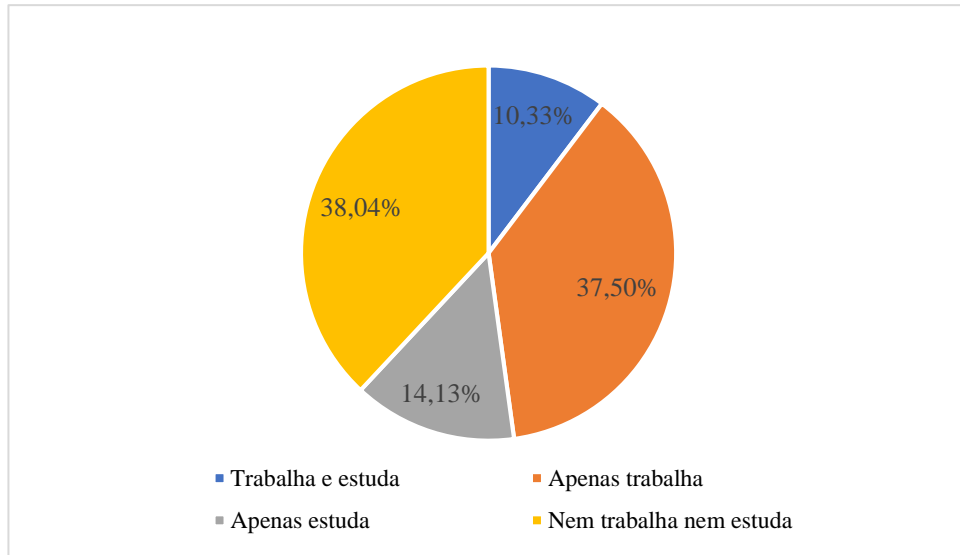
Confirmando os dados de desocupação apresentados anteriormente, 13% dos respondentes indicaram não trabalhar e apenas estudar (Gráfico 5). Esse valor é ainda mais

---

<sup>12</sup> Conceito estatístico que representa qualquer um dos três valores que divide o conjunto ordenado de dados em quatro partes iguais, e assim cada parte representa 1/4 da amostra ou população.

significativo quando se observa a relevância do percentual de respondentes que não trabalham e não estudam (38,04%).

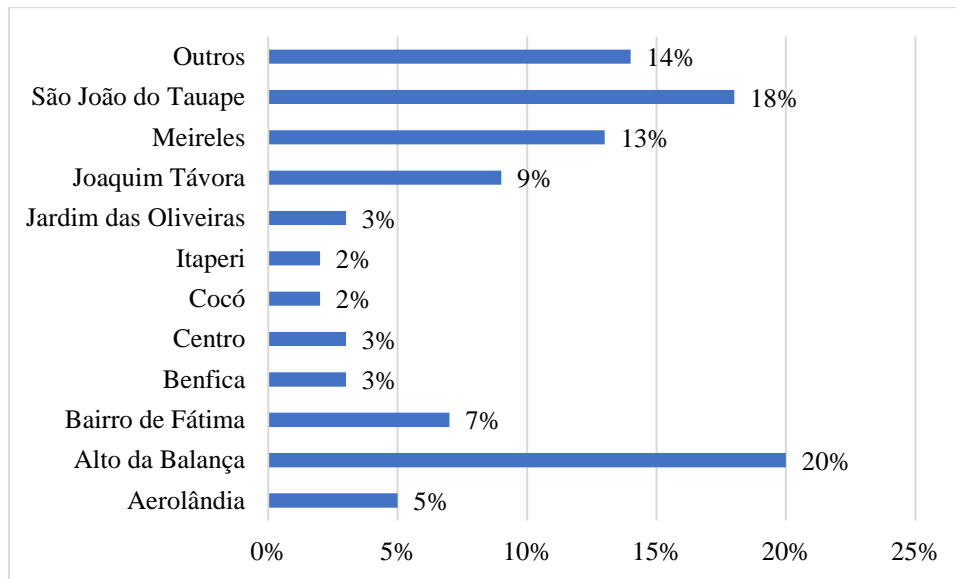
**Gráfico 5 – Situação econômica da amostra – 2019**



Fonte: Dados da pesquisa de campo.

A composição dos indivíduos que apresentam maior taxa de afastamento dos estudos e do trabalho refere-se às pessoas que cursaram até o fundamental completo (42,8%) ( $F(2,181) = 2,13; p < 0,05$ ) e pessoas acima de 47 anos (51,8%) (taxa referente a indivíduos de 47 anos até 60 anos) ( $F(2,181) = 2,13; p < 0,05$ ). Esses dados lançam luz a uma dificuldade que esses grupos podem estar encontrando para reinserir-se no mercado de trabalho ou retornar aos estudos.

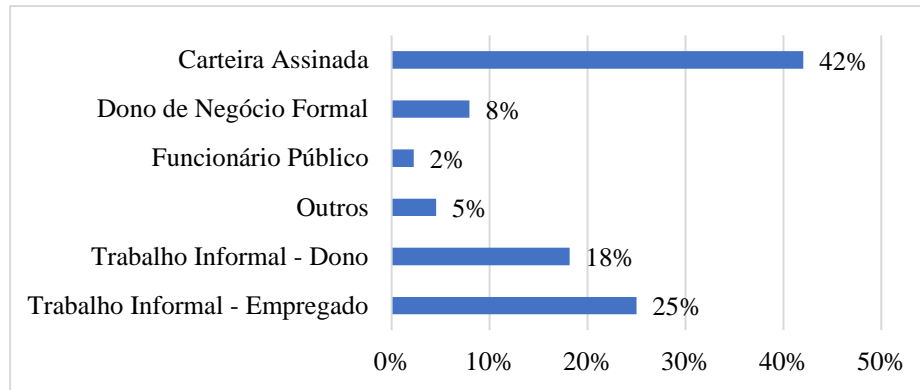
Quando somados àqueles que estudam e/ou trabalham, esse perfil corresponde a 62% da amostra visualizada em campo. Em geral, a maioria dos trabalhadores indicaram desempenhar suas atividades dentro dos bairros Alto da Balança, São João do Tauape e Aerolândia, sendo estes três bairros responsáveis por absorver 43% dos trabalhadores. Por essa razão, cerca de 15,9% dos respondentes indicaram não utilizar transporte algum rotineiramente. O ônibus, ademais, foi mencionado por 34,36% dos respondentes. O Gráfico 6, a seguir, apresenta os bairros onde são desempenhadas as atividades remuneradas dos respondentes da pesquisa.

**Gráfico 6 – Bairros onde trabalham os residentes da ZEIS Lagamar – 2019**

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Apesar de a Zona de Influência Econômica absorver mais de um terço dos moradores da ZEIS Lagamar, esses trabalhos, todavia, caracterizam-se sobretudo enquanto negócios informais (66,6%), como barbearia, salão de beleza, padarias, entre outros. Eles qualificam-se pela alta endogeneidade dos serviços, voltados ao atendimento das necessidades da própria ZEIS. Por outro lado, observa-se que os bairros Aldeota, Joaquim Távora e Fátima absorvem cerca de 29% dos trabalhadores da comunidade, sobretudo em atividades formais – 75% dos vínculos empregatícios.

De modo geral, o espectro da informalidade domina o perfil de trabalho dos moradores da ZEIS. Seja como proprietário ou funcionário, os negócios informais representam 43% dos vínculos empregatícios da amostra. Empregados de carteira assinada representam o segundo maior contingente da amostra, com 42% do total de respondentes. Como revela o Gráfico 7, o restante da amostra é composto, em menor número, por proprietários de negócios formais e funcionários públicos.

**Gráfico 7 – Perfil dos vínculos empregatícios da amostra -2019**

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

A dualidade entre trabalhadores informais e trabalhadores formais fica evidente a partir da comparação da produtividade desses setores. Quem possui uma situação de trabalho formalizada apresenta, em média, um nível salarial (R\$ 828,44) mais elevado do que quem possui uma situação de trabalho informal (610,16) ( $t(1, 185) = 2,014$ ;  $p = 0,047$ ). Em grande medida, as atividades desempenhadas pelos respondentes que trabalham de modo informal abrangem a área de confecção, comércio, marcenaria e mecânica. Entretanto, atividades com baixa qualificação profissional são as que mais se destacam, em especial as de vendedor ambulante e catador de lixo.

Nesse sentido, é evidente a composição da informalidade na comunidade baseada em pequenas firmas de propriedade familiar, fundadas em trabalho autônomo (catadores, vendedores ambulantes), atuando em mercados altamente concorrenciais e cuja qualificações e padrões tecnológicos utilizados se encontram à margem dos circuitos oficiais (NOGUEIRA, 2019). Como consequência, os empreendimentos desempenhados pelos moradores são, em geral, orientados à subsistência ou guiados pela ocupação da “economia das brechas”, voltada à satisfação das demandas da própria comunidade não atendidas pelo mercado formal. Dessa forma, os moradores encontram nesses negócios meios de subsistência a partir da ausência de atividades econômicas formalizadas no local. Estas particularidades permitem compreender a baixa produtividade que caracteriza o setor informal, cuja renda auferida representa 26,34% menor do que a renda no setor formal.

Ademais, vale ressaltar o baixo número de negócios formalizados, compondo apenas 8% da amostra, cerca de 10 pontos percentuais a menos que a representatividade de donos de negócios informais (18%). Tal disparidade pode estar relacionada à dificuldade de regularização dos prestadores de serviço, seja por desconhecimento dos respondentes, seja pelos altos custos relacionados à manutenção e abertura de negócios formais. Além disso,

Nogueira (2019) observa que, em virtude da negligência do Estado em comunidades em contextos socioeconômicos de pobreza, há uma barreira institucional manifestada pela visão do Estado como “inimigo” dessas populações, o que afasta qualquer tipo de formalização dos negócios informais.

Destarte, o mercado informal apresenta-se no cerne das relações econômicas da ZEIS Lagamar. O caráter informal da economia local é reforçado pela falta de inclusão econômica dos moradores nos principais empreendimentos dos bairros adjacentes, cuja dificuldade de integração ao mercado os empurra em direção a empreendimentos de sobrevivência. Do mesmo modo, a baixa qualificação dos seus representantes e uma elevada quantidade de pessoas em situação de ausência de trabalho e estudo reforçam a alternativa do mercado informal como meio de vida. Aliada a isso, soma-se a disfunção institucional baseada na ausência de infraestrutura para abertura de negócios formais.

### 6.1.2 Capacidades e habilidades

As capacidades e habilidades dos respondentes foram perscrutadas por meio de cinco grandes dimensões: atividades artísticas; atividades manuais; atendimento; saúde e ensino. Os valores alcançados pela amostra em cada uma das dimensões estão sintetizados na Tabela 16.

**Tabela 16 – Capacidades e habilidades - 2019**

<b>Medidas</b>	<b>Atividades artísticas</b>	<b>Atividades manuais*</b>	<b>Atendimento*</b>	<b>Saúde**</b>	<b>Ensino</b>
Média	1,87	2,35	2,41	1,72	1,82
Mediana	2,00	3,00	3,00	1,00	2,00
Moda	1	3	3	1	1
Desvio Padrão	,908	,803	,838	,871	,859

\* Atividades manuais e Atendimento apresentaram médias estatisticamente iguais, ao passo que revelaram médias significativamente diferentes das demais habilidades (Sig. < 0,01).

\*\*Atividades relacionadas à Saúde apresentaram média estatisticamente diferente das demais habilidades (Sig. < 0,05).

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Os respondentes declararam possuir mais habilidade e competência nas categorias de atividades profissionais ligadas a trabalhos manuais (média = 2,35) e de atendimento (média = 2,41). De fato, essas duas categorias foram as mais mencionadas tanto dentre as ocupações desempenhadas atualmente (Atividades manuais = 32,8%; Atendimento = 25%;) quanto das

desempenhadas no passado (Atividades manuais = 50%; Atendimento = 24,6%). Para esse cálculo, as atividades ligadas ao comércio, como vendedores ambulantes e autônomos, foram consideradas como competências na dimensão atendimento.

As habilidades manuais e relacionadas ao atendimento de pessoas estão associadas a variáveis sociodemográficas, como grupos específicos de idade e de escolaridade. Em média, pessoas com idade entre 26 e 47 anos relataram maior habilidade com atividades de atendimento de pessoas (média = 2,68) do que os mais jovens (média = 2,36) e de pessoas acima de 47 anos (média = 2,18) ( $F(1, 183) = 5,930; p < 0,01$ ). Para as habilidades manuais, indivíduos com maior grau de instrução (superior completo ou incompleto) (1,97) relataram menor nível de afinidade com atividades manuais do que os que possuem grau de instrução com ensino médio (média = 2,36) ou fundamental completo (média = 2,53) ( $F(1, 183) = 6,115; p < 0,01$ ).

A habilidade relacionada à saúde apresentou diferenças de médias entre homens e mulheres ( $F(1, 183) = 4,158; p < 0,05$ ). As mulheres (média = 1,84) declararam possuir mais habilidade em atividades ligadas à saúde do que os homens (média = 1,56). Para a habilidade de atividades artísticas, houve diferenciação para o grupo de idade e de escolaridade. Pessoas adultas entre 26 e 47 anos declararam menor habilidade artística (média = 1,63) do que suas contrapartes ( $F(1, 183) = 3,541; p < 0,05$ ). Do mesmo modo, pessoas que possuem grau de instrução com ensino superior completo ou incompleto (média = 2,17) relataram possuir maior habilidade com atividades relacionadas ao ensino do que quem detinha o ensino fundamental completo (média = 1,72) ( $F(1, 183) = 3,053; p < 0,05$ ). Por fim, o nível de instrução apresentou uma correlação positiva com habilidades relacionadas ao ensino, indicando que pessoas com elevada escolaridade possuem maior nível dessa habilidade ( $p < 0,001$ ).

## 6.2 ÍNDICES DE COMPETITIVIDADE, IDH E ESCOLARIDADE

Segundo o relatório da análise de competitividade dos bairros de Fortaleza feito pela prefeitura de Fortaleza (IPLANFOR, 2015), os bairros componentes da ZEIS Lagamar diferem significativamente no que tange a seus índices. No caso do Índice de Fatores Econômicos, o bairro São João do Tauape (46,54) apresenta dados superiores ao bairro Alto da Balança (37,76): o primeiro se encontra como o 44<sup>a</sup> melhor bairro dentre os 119 de Fortaleza, enquanto o segundo se encontra na posição 90<sup>a</sup>. Este índice refere-se à (ao): a) renda média mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade; b) percentual da população de 10 anos ou mais com rendimento superior a dois salários mínimos; c) participação de uma faixa etária mais produtiva (19 a 40 anos) dentro da população em idade ativa. Isso implica que os bairros, sob





	13,68	20,16	79,45	93,54	70,22	81,64	36,42	84,6	14,6	90,16	97,45	99,95	44,2	13,19	12,87	
								6								
	52,25		37,76			70,46			77,36				23,42			
<b>Bairro: São João do Tauape</b>																
<b>Índice Local de Competitividade</b>	<b>Fatores econômicos</b>			<b>Fatores sociais</b>				<b>Condições dos domicílios</b>					<b>Dimensão do mercado</b>			
	FC 01	FC 02	FC 03	FS 01	FS 02	FS 03	FS 04	CD 01	CD 02	CD 03	CD 04	CD 05	DM 01	DM 02	DM 03	
	24,34	37,26	78,02	95,84	77,38	79,54	51,57	86,4	19,57	80,78	96,05	99,18	35,4	19,21	23,47	
								5					7			
	56,2		46,54			76,09			76,41				26,05			

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico – Prefeitura Municipal de Fortaleza. Baseado no Censo IBGE 2010.

A partir dos dados acima, evidencia-se a discrepância entre os bairros nos quais a ZEIS Lagamar se encontra inserida, quer pela diferença entre si, quer pela situação inferior aos demais bairros de Fortaleza. Os índices demonstram que os focos de diversas ações devem ser voltados ao desenvolvimento dos indicadores referentes aos fatores econômicos, fatores sociais e densidade de mercado. Além disso, ressalta-se a necessidade de melhorias nas condições econômicas dos domicílios, diminuindo o percentual de famílias com renda per capita de até 1/2 salário mínimo, uma vez que os dados de campo salientam que estes itens apresentaram um crescimento elevado nos últimos anos.

Com relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a Tabela 18 revela uma situação fragilizada nos dois bairros, com o Alto da Balança apresentando a 58ª colocação (0,3472) e o São João do Tauape, o 30º lugar (0,4915). Os demais índices que compõem o IDH são demonstrados na tabela a seguir:

**Tabela 18 - IDH Detalhado Zona de Influência Econômica ZEIS Lagamar (Alto da Balança/ São João do Tauape) – 2010**

Alto da Balança				
IDH	IDH - Educação	IDH - Longevidade	IDH - Renda	Posição no Município
0,3472	0,93	0,583	0,076	58º
São João do Tauape				
IDH	IDH - Educação	IDH - Longevidade	IDH - Renda	Posição no Município
0,4915	0,961	0,649	0,19	30º

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico – Prefeitura Municipal de Fortaleza. Baseado no Censo IBGE 2010.

Com relação à educação, a população de ambos os bairros é composta em sua maior parte por cidadãos sem formação educacional ou com ensino fundamental incompleto: 43,51% dos moradores do Alto da Balança e 38,40% dos habitantes do São João do Tauape (SDE, 2010). Ademais, ressalta-se o baixo percentual de pessoas que possuem o ensino superior, sendo este valor expressivamente mais elevado no bairro São João do Tauape (13,16%) do que no Alto da Balança (2,76%) (SDE, 2010).

### 6.3 VIOLÊNCIA - HOMICÍDIOS, FURTOS, ROUBOS DE AUTOMÓVEIS –SSPDS

Quanto à questão de segurança, nesta fase da realização do diagnóstico local sobre a ZEIS Lagamar, foi realizado um levantamento de dados junto à Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social – SSPDS- CE acerca de informações que possibilitassem a realização de um diagnóstico sobre os índices de violência local registrados no órgão já citado.

As categorias de crimes identificados nos registros da SSPDS-CE referem-se à: a) Crimes Violentos Letais Intencionais – CVLI; b) Crimes Violentos contra o Patrimônio; c) Apreensão de Entorpecentes; d) Apreensão de Armas; e) Furto; f) Crimes Sexuais. A partir destas categorias, identificou-se que as estatísticas geradas no sistema deste órgão são divididas por Áreas Integradas de Segurança (AIS), as quais estão distribuídas por todo o estado do Ceará. Na cidade de Fortaleza, são delimitadas 10 AIS, sendo estas divididas por áreas geográficas. A ZEIS do Lagamar está inserida nas AIS 7, que engloba os bairros Aerolândia, Alto da Balança, Boa Vista, Cajazeiras, Cambeba, Cidade dos Funcionários, Dias Macedo, Edson Queiroz, Jardim das Oliveiras, José de Alencar, Parque Dois Irmãos, Parque Iracema, Parque Manibura, Passaré, Sabiaguaba e Sapiranga; e AIS 10, que engloba Cidade 2000, Cocó, Dionísio Torres, Engenheiro Luciano Cavalcante, Guararapes, Joaquim Távora, Lourdes, Manoel Dias Branco, Papicu, Praia do Futuro I, Praia do Futuro II, Salinas e São João do Tauape.

Com base nos dados registrados nessas AIS, foi possível traçar um diagnóstico local acerca dos tipos de crimes com maiores e menores incidências na região. Vale ressaltar que os números levantados se referem a todos os bairros delimitados nas AIS 7 e AIS 10, fato este que não permite traçar o perfil exato de crimes cometidos apenas nos bairros Alto da Balança e São João do Tauape nos quais a ZEIS Lagamar se encontra inserida. Tais índices estão descritos na Tabela 19 abaixo:

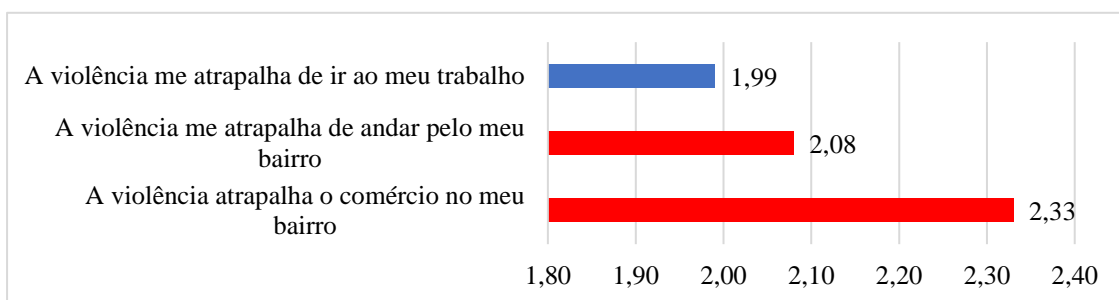
**Tabela 19 - Resumo da ocorrência de crimes por AIS em 2019**

Tipologia	Área Integrada de Segurança	
	AIS 7	AIS 10
Crimes Violentos Letais Intencionais	55	20
Ocorrências de Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVP 1)	1.964	1.520
Ocorrências de Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVP 2)	291	150
Apreensão de cocaína (kg)	11,89	2,85
Apreensão de Armas de Fogo	97	65
Ocorrências de Furto	2.292	1.782
Número de Vítimas de Crimes Sexuais	49	31

Fonte: com base nos dados da SSPDS - CE (2019)

A partir do exposto, é notório que as categorias de crimes mais registradas nas AIS 7 e AIS 10 são: ocorrências de crimes violentos contra o patrimônio e ocorrências de furtos. As categorias de crimes com menos incidência referem-se a números de crimes violentos letais intencionais e crimes sexuais. Esse diagnóstico demonstra que as políticas públicas de atuação na região devem ser intensificadas no combate aos crimes de maiores incidências.

Além das medidas absolutas de violência, mensuradas por meio de dados reais de criminalidade, a percepção dos moradores da ZEIS foi auferida com o intuito de se verificar o seu impacto sobre as atividades cotidianas dos moradores. Com efeito, os respondentes indicaram a influência da violência sobre as seguintes atividades: andar pelas ruas, ir ao trabalho e o comércio local. As médias de cada um dos itens podem ser observadas no Gráfico 8, a seguir.

**Gráfico 8 – Influência da violência sobre as atividades diárias - 2019**

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Como o gráfico revela, para os moradores, a violência atrapalha mais fortemente o comércio e o tráfego pelo bairro, caracterizando-se como os únicos itens com valor superior à média. Para se analisar a diferença estatística das médias dos três itens, um teste t para amostras em pares foi realizado. A Tabela 20 discrimina os resultados obtidos na análise.

**Tabela 20 – Percepção de violência - 2019**

Variável 1	Média	Desvio Padrão	Variável 2 e 3	Média	Desvio Padrão	t	Sig
A violência atrapalha o comércio no meu bairro	2,33	0,818	A violência me atrapalha de ir ao meu trabalho	1,99	0,856	5,619	0,000
			A violência me atrapalha de andar pelo meu bairro	2,08	0,880	3,348	0,000

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

De fato, a violência percebida sobre as atividades de comércio do bairro foi significativamente superior às demais atividades. Embora os respondentes, em geral, não tenham se sentido à vontade para dar mais informações sobre o porquê dessa percepção de violência acentuada, algumas razões podem ser apontadas. Primeiramente, quando relacionada a si, os respondentes costumavam indicar haver uma influência da violência sobre o seu cotidiano. Embora haja integração dos moradores à comunidade e aos laços identitários que mantêm com ela, os respondentes relataram a existência de subdivisões dentro do território da ZEIS. Como exemplo, os moradores sinalizaram, de modo recorrente, a divisão demarcada pelo rio que transpassa a ZEIS, demonstrando receio em transitar entre os bairros que compõem o Lagamar (informações coletadas na caminhada de inspiração etnográfica).

Em segundo lugar, a violência acaba por prejudicar o comércio local ao criar obstáculos ao livre trânsito para os próprios moradores. Em virtude da alta endogeneidade dos negócios encontrados na ZEIS Lagamar, a violência agrava a problemática da região, atingindo principalmente os moradores do lado norte da poligonal, os quais, além de não contarem com muita diversidade nos setores comerciais, não se sentem seguros de atravessar a fronteira para chegar aos estabelecimentos no outro lado do rio. Além disso, a violência, a qual geralmente não se dirige aos moradores da própria ZEIS, pode atingir visitantes de outros bairros ou dificultar o acesso de fornecedores, por exemplo, levando a um processo de “isolamento da comunidade” e impedindo o crescimento do comércio local.

#### 6.4 PERFIL POPULACIONAL EM TERMOS DE OCUPAÇÃO E RENDA

A partir da comparação dos dados levantados do Censo 2010 e da pesquisa de 2019, a condição de renda domiciliar e per capita do Lagamar revelou-se mais precária do que a dos bairros adjacentes. Uma série de fatores conjunturais pode ser apontada para explicação dessa

situação, como mão de obra com baixa qualificação profissional, estrutura pública deficiente (especialmente pavimentação, saneamento básico e educação em nível médio e técnico), baixo dinamismo econômico e ausência e disfunção sistêmica da atuação governamental.

Ademais, outro ponto relevante a considerar são as privações sobre as capacidades básicas e as liberdades efetivas de que os indivíduos desfrutam (SEN, 2012). As restrições às liberdades políticas e aos direitos civis básicos, sistematicamente impostas a essas populações, dificultam qualquer ação que busque auxiliar o desenvolvimento econômico. De certo modo, tais fatores acabam por impactar a oportunidade de acesso a elementos constitutivos básicos pelos moradores locais, como a educação. Como revela a Tabela 21, cerca de 6,94% da população dos bairros era analfabeta em 2010.

**Tabela 21 – Taxa de analfabetismo x Grupo de idade x Sexo**  
**Zona de Influência Econômica Lagamar - 2010**

Idade	Total				Homem				Mulher			
	Total	Alfa	Não alfa	%	Total	Alfa	Não alfa	%	Total	Alfa	Não alfa	%
Total	38072	35431	2641	6,94	17240	16020	1220	7,08	20832	19411	1421	6,82
5 a 9 anos	2431	1857	574	1,51	1258	937	321	1,86	1173	920	253	1,21
10 a 14 anos	3000	2914	86	0,23	1554	1505	49	0,28	1446	1409	37	0,18
15 a 19 anos	3127	3074	53	0,14	1500	1468	32	0,19	1627	1606	21	0,10
20 a 24 anos	3896	3835	61	0,16	1846	1799	47	0,27	2050	2036	14	0,07
25 a 29 anos	4019	3931	88	0,23	1885	1830	55	0,32	2134	2101	33	0,16
30 a 34 anos	3535	3418	117	0,31	1688	1626	62	0,36	1847	1792	55	0,26
35 a 39 anos	2845	2710	135	0,35	1274	1209	65	0,38	1571	1501	70	0,34
40 a 44 anos	2965	2780	185	0,49	1326	1243	83	0,48	1639	1537	102	0,49
45 a 49 anos	2633	2455	178	0,47	1140	1055	85	0,49	1493	1400	93	0,45
50 a 54 anos	2305	2128	177	0,46	992	929	63	0,37	1313	1199	114	0,55
55 a 59 anos	1789	1639	150	0,39	739	676	63	0,37	1050	963	87	0,42
60 a 64 anos	1637	1454	183	0,48	675	608	67	0,39	962	846	116	0,56
65 a 69 anos	1204	1026	178	0,47	451	379	72	0,42	753	647	106	0,51
70 a 74 anos	1045	876	169	0,44	387	325	62	0,36	658	551	107	0,51
75 a 79 anos	707	578	129	0,34	245	203	42	0,24	462	375	87	0,42
80 anos ou mais	934	756	178	0,47	280	228	52	0,30	654	528	126	0,60

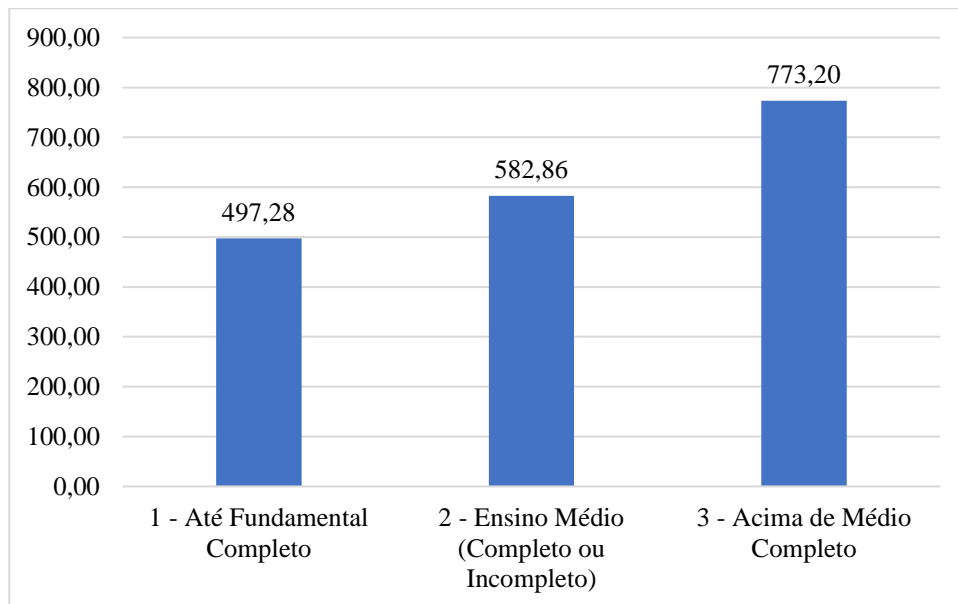
Fonte: IBGE (2010) – Censo Demográfico.

Além de uma quantidade expressiva de pessoas consideradas analfabetas, a tabela revela uma pequena disparidade entre homens e mulheres, em especial entre as gerações mais novas, até 35 anos. Em 2019, cerca de 41% da amostra acima de 18 anos revelou não ter terminado o ensino médio. A disparidade entre homens e mulheres, por outro lado, não se

apresentou tão destacada, com ambos os sexos apresentando resultados similares entre os estratos de escolaridade ( $t(2;182) = -0,572$ ; Sig. = 0,568).

A importância da formação educacional da população encontra-se na sua comprovada relação com o incremento de renda. A escolaridade é comumente destacada como processo de consecução de liberdades individuais, a qual é associada à redução das privações econômicas e ao incentivo ao desenvolvimento local. De fato, essa relação é observada dentro da amostra, cujo acesso a níveis mais elevados de escolaridade está correlacionado a maiores níveis de renda (Sig. < 0,01). O Gráfico 9 revela a diferença de média entre os grupos de escolaridade dos moradores da ZEIS Lagamar.

**Gráfico 9 – Grau de escolaridade e renda - 2019**



Post Hoc DMS:

Grupos 3 e 1 – Sig. = 0,004; Grupos 3 e 2 – Sig. = 0,048.

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

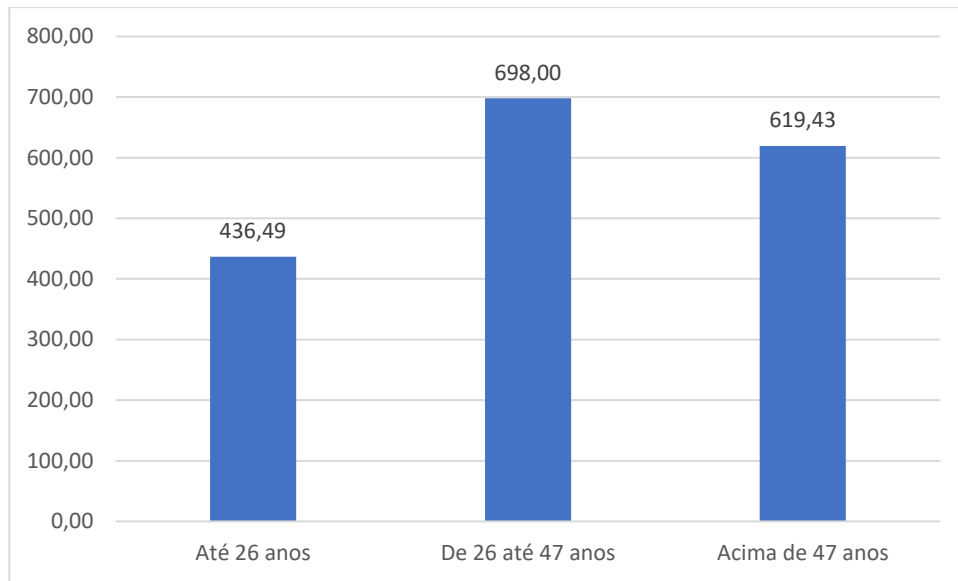
No caso da escolaridade, o efeito do grau de instrução apresentou uma característica ascendente como apresentado no gráfico, com médias do terceiro grupo estatisticamente distintas dos demais ( $F(2, 181) = 4,162$ ;  $p < 0,05$ ). Todavia, esses dados apresentam um fenômeno particular, uma vez que o retorno marginal por anos de estudo apenas apresenta grande impacto na renda a partir dos 12 anos de estudo. Ao passo que um indivíduo com ensino fundamental incompleto apresentou uma média salarial de R\$ 448,17, um indivíduo com ensino médio completo apresenta uma média salarial de R\$ 547,03. Apesar do acréscimo substancial

da renda, esse valor compreende apenas a metade da média salarial relatada por indivíduos com ensino superior completo, R\$ 1.090,95.

Análises similares foram discutidas por Banerjee e Duflo (2011) em contextos econômicos marcados pela escassez de recursos. Os resultados encontrados pelos autores indicaram a existência de uma armadilha da pobreza, especificamente no caso da escolaridade. Esta condição caracteriza-se pela desproporcionalidade entre o esforço para a conclusão das etapas de formação educacional e retorno adicional na renda dela derivada. Ademais, ressalta-se que o incremento ocorre apenas com o fim de etapas da formação educacional, uma vez que indivíduos com ensino médio completo (R\$ 547,03) apresentam média salarial semelhante àqueles que possuem ensino superior incompleto (R\$ 544,56).

Considerando-se o alto valor econômico necessário para a formação educacional, composto não apenas pelo valor das mensalidades, matrículas, livros e transporte, mas pelo custo de oportunidade e tempo que ela demanda, há uma tendência em subvalorizar os ganhos futuros e sobrelevar os retornos imediatos. Alia-se a isso, além de uma herança histórica de reduzida formação formal que tem se arrastado ao longo das últimas décadas, a percepção de um custo-benefício financeiramente pouco vantajoso. A formação profissional não necessariamente garante uma vaga no mercado de trabalho, o que se transforma em mais um grande esforço para o indivíduo. Esses fatores têm impellido a população a manter-se em níveis mais baixos de escolaridade.

Por outro lado, outro fator capaz de explicar a diferença de renda da amostra foi a idade dos indivíduos ( $F(2, 181) = 5,058; p < 0,05$ ). O Gráfico 10 revela a diferença de média entre as faixas de idade.

**Gráfico 10 – Faixa de idade e renda - 2019**

Post Hoc DMS:

Grupos 1 e 2 – Sig. = 0,002; Grupos 1 e 3 – Sig. = 0,033.

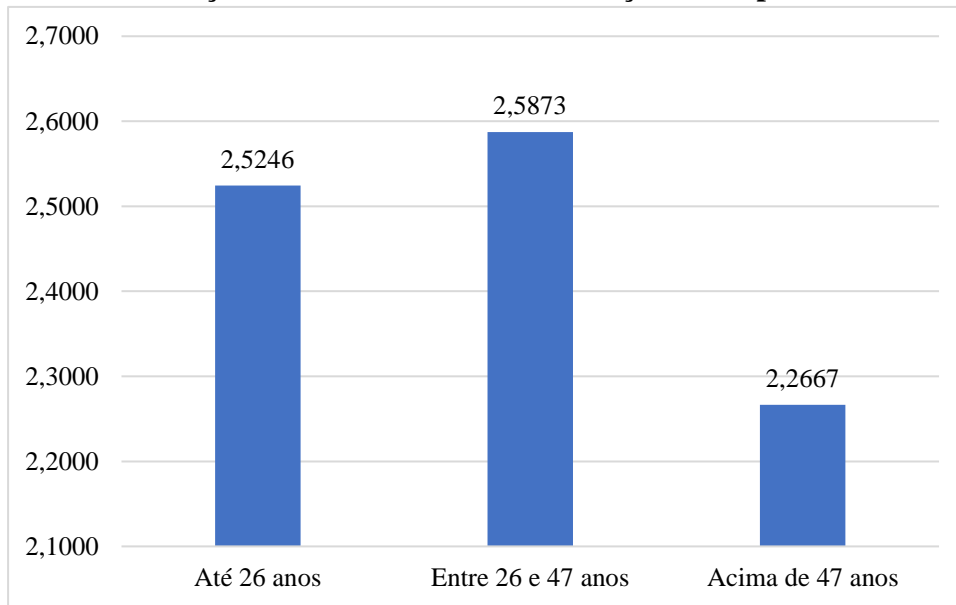
Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Apesar de apenas a primeira faixa de idade se mostrar significativamente diferente das demais, o gráfico acima revela as faixas de renda por idade. A presença de uma média salarial mais baixa na juventude reflete o início da carreira profissional, cujo retornos financeiros ainda não são elevados. Em seguida, o segundo grupo demarca a faixa de meia-idade, a qual alcançou maior nível de renda em virtude da maior produtividade e da profissionalização alcançada. Por fim, há uma queda salarial para o terceiro grupo, que reflete, sobretudo, a saída natural dos indivíduos do mercado de trabalho.

#### 6.4.1 Orientação ao empreendedorismo

O perfil empreendedor da ZEIS Lagamar foi traçado a partir de análises estatísticas com o intuito de verificar o impacto de variáveis socioeconômicas na orientação ao empreendedorismo dos respondentes. Com efeito, as variáveis sexo, escolaridade e renda não apresentaram relação com a orientação ao empreendedorismo. A faixa etária, no entanto, apresentou relação significativa com o empreendedorismo ( $F(2, 182) = 3,944; p = 0,021$ ). Os valores das médias de cada faixa etária podem ser observadas no Gráfico 11, a seguir.



**Gráfico 11 – Relação entre faixa etária e orientação ao empreendedorismo - 2019**

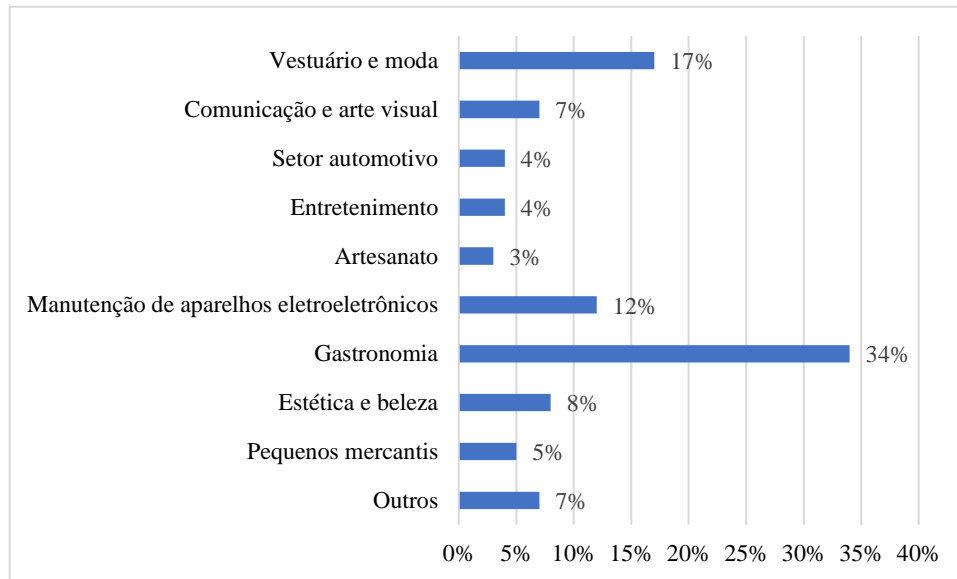
Post Hoc DMS:

Grupos 1 e 3 – Sig. = 0,035; Grupos 2 e 3 – Sig. = 0,008.

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Como revelam os resultados do teste, as faixas etárias mais jovens apresentaram uma orientação empreendedora acima da média. Indivíduos com idade acima de 47 anos são os que apresentaram menor orientação ao empreendedorismo (média = 2,267). Tal perfil empreendedor mais jovem pode estar associado ao alto percentual dos indivíduos com algum curso profissional concluído. Os dados do *survey* revelam que 60% dos respondentes possuem um curso profissional concluído. Dentre eles, a área de informática foi a mais mencionada na amostra, em cerca de 14,6% dos casos. Contudo, a evolução na educação básica e profissional dos moradores da ZEIS parece não ter sido capaz de desenvolver a economia local, a qual permanece muito ligada à subsistência e pouco integrada ao ecossistema econômico dos bairros vizinhos.

O baixo dinamismo econômico da ZEIS contrasta, entretanto, com o potencial empreendedor dos habitantes locais. Substancialmente diferentes das características dos negócios formais e informais presentes no bairro (ver Tabela 6), os dados do *survey* revelam uma maior pluralidade de atividades indicadas pelos respondentes quanto aos negócios que pretendem abrir nos próximos cinco anos. Os resultados estão sintetizados no Gráfico 12:

**Gráfico 12 – Tipo de negócio que pretende abrir**

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Quanto analisado o potencial da criação de novos negócios, 39% dos respondentes indicaram desejar abrir um negócio nos próximos cinco anos. Embora ainda estejam majoritariamente relacionadas ao setor de serviços, a diversidade de atividades econômicas mencionadas pelos respondentes foi ampliada. Em geral, as atividades elencadas para abertura de novos negócios na comunidade concentram-se em áreas como estética e beleza, gastronomia, pequenos mercantis e vestuário, representando 64% dos tipos de negócios. No entanto, uma parcela reduzida dos empreendimentos cobiçados apresenta um potencial econômico de diferenciação daqueles já existentes dentro da ZEIS Lagamar, como prestação de serviços especializados em eletrônicos e comunicação e arte visual (19%).

Em geral, esse desejo é capitaneado pelos mais jovens ( $F= 7,384$ ;  $p<0,001$ ), cujo perfil da amostra levantou que 55,74% gostariam de abrir um negócio em um futuro próximo. Todavia, em virtude do ciclo de vida, muitos desses indivíduos ainda se encontram em atividades estudantis ou mesmo estão iniciando as atividades laborais no mercado de trabalho, o que reflete um menor nível de renda para iniciar um novo negócio, em torno de R\$ 436,48. Do mesmo modo, esse grupo apresenta elevado nível de endividamento (42,6% apresentam algum tipo de dívida formal ou informal). A conjunção desses fatores pode atuar como entrave à consecução dos objetivos pretendidos pelos jovens.

Tais dados demonstram que, ao revelar uma demanda empresarial reprimida entre os habitantes da comunidade, isso pode, ao contrário, não gerar uma promoção de emprego e renda como se espera de novos negócios. Como agravante, 87,35% dos indivíduos que pretendem abrir algum negócio não possuem recursos suficientes para abri-lo. Do mesmo

modo, evidencia-se como um obstáculo à consecução destes novos negócios o baixo nível de especialização dos potenciais empreendedores. Apenas 21% da amostra relatou possuir algum tipo de qualificação relacionada à área que busca abrir, sendo os setores de vestuário e moda (5%), manutenção de aparelhos (5%) e gastronomia (4%) as áreas com maior percentual de especialização.

À vista da baixa qualificação profissional e da ausência de recursos, o empreendedorismo no setor informal oferece uma alternativa viável aos novos negócios, uma vez que são setores em que não há grande necessidade de investimento nem entraves para iniciar novos negócios (NOGUEIRA, 2019). Em contrapartida, essa geração de novos empreendimentos pode elevar a competição pelo espaço econômico dentro da própria ZEIS, em virtude das atividades empreendedoras serem relacionadas, principalmente, à produção de bens com baixo valor agregado. Os setores elencados para abertura de novos negócios se encontram em relativa consonância com os empreendimentos já existentes na região, como negócios gastronômicos, de beleza e assistência eletrônica. Como consequência, pode ocorrer a superconcentração nesses nichos econômicos, assim como a fragmentação do trabalho e a subdivisão ainda maior da renda na comunidade a partir da queda no lucro dos pequenos negócios, assim como encontrado em dados levantados em comunidades carentes em diversos países (DAVIS, 2012).

Por outro lado, como alternativa a empreendimentos individuais, os moradores da ZEIS apresentaram baixo interesse ao fomento de atividades comunitárias. O construto de interesse em participar de negócios e empreendimentos coletivos na comunidade foi avaliado pelos respondentes da pesquisa de campo (*survey*) a partir de três questões. Ao se analisar a orientação dos respondentes a negócios coletivos, os respondentes, em geral, relataram preferir ajudar as pessoas da comunidade informalmente (média = 2,57) do que participar de negócios coletivos (média = 2,21) ( $t(1; 183) = -5,29; p < 0,000$ ). Do mesmo modo, a preferência por trabalhos voluntários em prol da comunidade apresentou média estatisticamente inferior (média = 2,21) ( $t(1; 183) = 5,40; p < 0,000$ ).

De certo modo, observa-se a existência de uma solidariedade entre os moradores da ZEIS, porém essa se articula de maneira individualizada, não se organizando em redes de auxílio e solidariedade mútua. A principal razão comentada pelos respondentes para essa atitude foi a desconfiança, especialmente relacionada a questões financeiras, que mantinham com as demais pessoas dos bairros.

Todavia, a mobilização da solidariedade da comunidade ainda pode ser verificada em grupos específicos. Os homens (média = 2,34) declararam possuir maior interesse em

participar de negócios coletivos do que as mulheres (média = 2,13) ( $F(1; 182) = 2,869; p < 0,1$ ). Ademais, os jovens (média = 2,41) apresentaram maior interesse em participar de negócios coletivos em comparação às pessoas acima de 47 anos (média = 2,00) ( $F(1; 181) = 2,869; p < 0,05$ ).

#### 6.4.2 Bens domésticos e acesso à informação

De modo a complementar as informações dos moradores sobre o potencial de ingresso no mercado de trabalho, formal ou informal, foram indagadas questões sobre o acesso à informação e a quantidade de bens domésticos. Nesse sentido, a Tabela 22 detalha as informações levantadas.

**Tabela 22 – Acesso à informação e bens domésticos - 2019**

Variável	Total	Acesso à internet		Quantidade de automóveis				Quantidade de computadores				Quantidade de celulares			
		Em casa	3G ou 4G	0	1	2	Mais de 2	0	1	2	Mais de 2	0	1	2	Mais de 2
N	184	137	97	123	42	17	2	28	50	55	51	28	50	55	51
%	100	74,5	52,7	66,8	22,8	9,2	1,1	15,2	27,2	29,9	27,7	15,2	27,2	29,9	27,7

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Especificamente sobre o acesso à informação, os moradores foram indagados se possuíam internet em casa ou na rua. Como revela a tabela, a grande maioria dos respondentes indicou possuir acesso à internet em casa via *wi-fi* (74,5%). Embora em quantidade mais reduzida, a maioria dos respondentes também indicou possuir acesso à internet fora de casa (52,7%). A familiaridade com as redes e ferramentas digitais pode auxiliar na conexão profissional tanto com o mercado de trabalho quanto com o mercado consumidor, ajudando empregados a obter recolocações e capacitações e proprietários de negócios a ampliar suas vendas.

Apesar dos números expressivos, dados adicionais coletados em campo demonstram haver disparidades entre perfis distintos de moradores. Quando questionados se sabiam utilizar ferramentas tecnológicas (computadores, celulares etc.), divergências entre sexo, idade e escolaridade foram identificadas. Ressaltando ainda mais a disparidade entre gêneros, testes estatísticos demonstraram a diferença de médias entre homens (2,54) e mulheres (2,05) na utilização dessas ferramentas ( $F(1, 183) = 16,487; p < 0,000$ ).

Do mesmo modo, houve diferenças significativas entre faixas etárias na utilização de ferramentas digitais. De acordo com os resultados, quanto maior a faixa etária, maior a dificuldade na sua utilização ( $F(2, 182) = 64,173; p < 0,01$ ). As diferenças de médias foram significativas entre todos os grupos (jovens até 26 anos = 2,702; entre 26 e 47 anos = 2,51; acima de 47 anos = 1,48). Por fim, a variável escolaridade também apresentou efeito significativo na análise ( $F(2, 182) = 61,623; p < 0,001$ ). Com base nas análises, indivíduos com ensino médio (média = 2,58) ou superior (média = 2,83) apresentaram médias significativamente superiores àqueles com até ensino médio incompleto (média = 1,61). Apenas a variável renda não apresentou impacto na análise.

Para aprofundar a análise da relação dos moradores com as ferramentas digitais, o item “Tenho facilidade em realizar atividades de aprendizado pela *internet*” foi perquirido. Assim como no item anterior, sexo ( $F(1, 182) = 9,132; p = 0,003$ ), idade ( $F(2, 182) = 45,648; p < 0,001$ ) e escolaridade ( $F(2, 182) = 42,487; p < 0,001$ ) apresentaram relação significativa com a facilidade de aprendizado pela internet. Mais uma vez, os homens (média = 2,43) apresentaram uma média superior à das mulheres (média = 2,05). Do mesmo modo, indivíduos com até 30 anos (média = 2,70) apresentaram maior facilidade de aprendizado on-line que as demais faixas etárias (médias = 2,51; 1,48). Finalmente, pessoas com ensino médio (média = 2,58) ou maior (média = 2,83) apresentaram médias significativamente superior aos demais (média = 1,61). Mais uma vez a renda não apresentou influência na análise.

Quanto à quantidade de bens no domicílio, 70% indicaram não possuir automóveis e 66,8% não possuem computador. Por outro lado, 84,8% dos respondentes possuem ao menos um aparelho celular em casa, com 27,7% das residências possuindo mais de dois aparelhos. Ao se analisar a influência das variáveis sociodemográficas sobre a posse desses bens, alguns relacionamentos foram observados. O nível de renda individual apenas está associado à quantidade de computadores no domicílio ( $F(2, 182) = 3,861; p = 0,023$ ), cujos indivíduos com menor nível de renda, até R\$ 333,33, (média = 0,28), com uma quantidade, em média, menor aos demais níveis (médias = 0,50; 0,57). Do mesmo modo, a quantidade de computadores no domicílio é impactada pela escolaridade ( $F(2, 182) = 10,850; p = 0,000$ ), com indivíduos que ingressaram ou concluíram o ensino superior (0,81) com uma quantidade, em média, superior aos demais níveis (médias = 0,22; 0,42).

Em contrapartida, a idade esteve associada à posse de todas classes pesquisadas, de modo que os mais jovens apresentam maior acesso a esses bens em seus domicílios. Em geral, indivíduos acima de 47 anos relataram possuir, em média, menor quantidade de automóveis (0,25) ( $F(2, 182) = 3,823; p = 0,024$ ), menor quantidade de computadores (0,22) ( $F(2, 182) =$

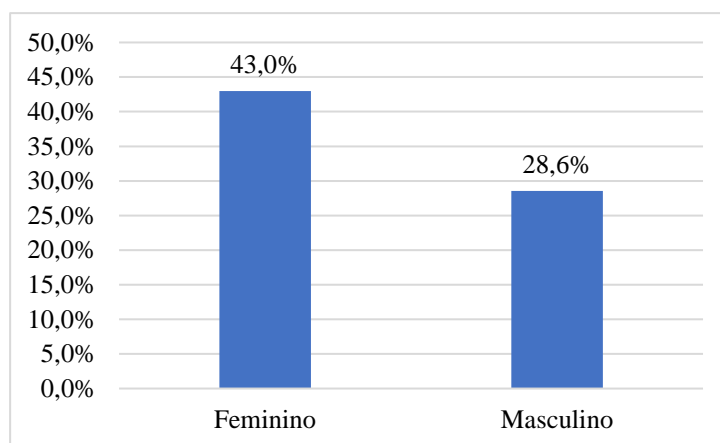
4,502;  $p = 0,012$ ) e menor quantidade de celulares (1,38) ( $F(2, 182) = 6,367$ ;  $p = 0,023$ ) do que os mais jovens (médias = 0,59; 0,56; 2,12) e pessoas de meia-idade (médias = 0,49; 0,46; 2,02). Tal resultado pode estar associado à dificuldade de usabilidade e acessibilidade que esse público encontra ao interagir com ferramentas de cunho tecnológico comunicacional mais avançado.

#### 6.4.3 Endividamento individual

O endividamento individual dos moradores locais foi abordado por meio de diferentes perspectivas. Primeiramente, abordou-se a percepção pessoal de endividamento por meio de um único item: “Eu gasto mais do que ganho”. Com efeito, os resultados demonstram que 31,5% dos respondentes concordam com a afirmação, indicando gastarem mais do que ganham. Adicionalmente, 25,5% da amostra ocasionalmente gastam mais do que ganha. Em conjunto, essas informações revelam um alto percentual de indivíduos na condição de endividamento, acima dos 24,9% de inadimplência do consumidor nacional registrados em 2019 (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO, 2019).

Com o objetivo de aprofundar a análise da percepção de endividamento, os moradores da ZEIS foram indagados sobre suas dívidas formais (SPC e SERASA) e informais (familiares, mercadinhos ou empréstimos informais). Quanto às dívidas informais, 31,5% dos respondentes indicaram possuir pequenas dívidas, geralmente com parentes e restritas ao contexto local. Por outro lado, 37,5% dos respondentes possuem dívidas no SPC ou SERASA. Quando analisadas as duas categorias de dívida conjuntamente, 51% indicaram possuir dívidas formais ou informais; taxa duas vezes maior do que o endividamento do consumidor brasileiro.

Apesar de os valores da percepção de endividamento individual e o percentual de pessoas com dívidas informais não terem apresentado diferença entre homens e mulheres, as dívidas formais a apresentaram parcialmente ( $F(1, 183) = 3,882$ ;  $p = 0,050$ ). O percentual de homens e mulheres com dívidas formais é apresentado no Gráfico 13:

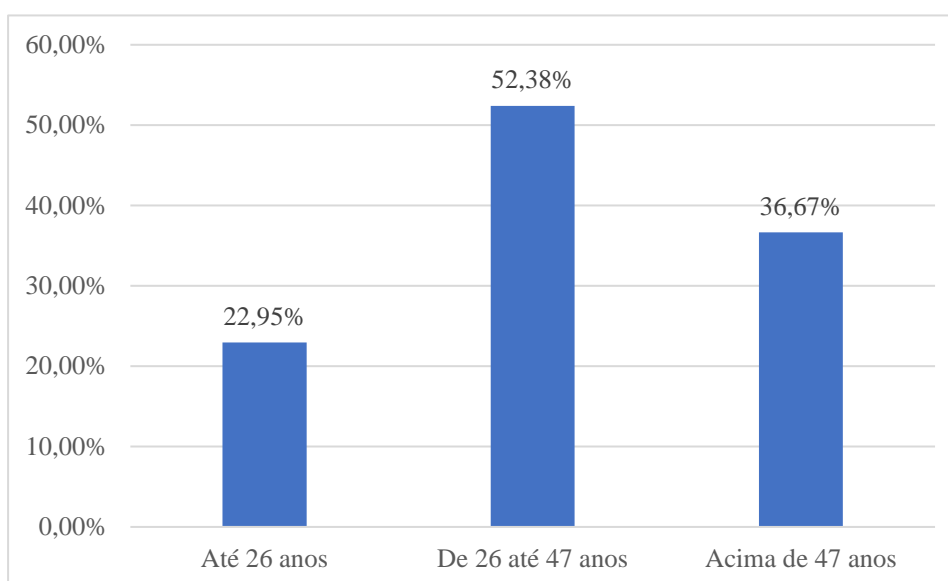
**Gráfico 13 – Dívidas formais entre homens e mulheres – 2019**

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Como revela o gráfico, o percentual de mulheres (43%) com dívidas formais é significativamente superior ao dos homens (28,6%). Esse dado pode revelar um comportamento de mercado comum em contextos de pobreza. Em geral, as mulheres são as responsáveis pelo acesso da família ao mercado formal. A compra de bens de consumo duráveis, como vestuário, calçados e eletrodomésticos, é geralmente realizada por mulheres em situação econômica mais vulnerável. Esse padrão acaba por expô-las em maior medida à inadimplência e ao endividamento.

Além disso, quando analisados outros fatores sociodemográficos, observa-se a relação significativa entre a associação da percepção de endividamento individual e a idade do indivíduo ( $r = -0,143$ ;  $p = 0,043$ ). A presença de uma correlação negativa indica que o público mais jovem apresenta uma maior tendência ao endividamento do que pessoas mais velhas. Tal relação pode estar associada à desigualdade de renda entre o público mais jovem, cuja situação de fragilidade econômica os impele a gastos correntes maiores que sua renda.

Todavia, ao realizar a discriminação das dívidas, a faixa de idade mais produtiva (pessoas entre 26 e 47 anos) apresenta maior percentual de dívidas formais do que o dos outros grupos ( $F(2,182) = 6,022$ ;  $p = 0,003$ ). O Gráfico 14, a seguir, apresenta a diferença de percentual de dívidas formais por faixa de idade.

**Gráfico 14 – Dívidas formais por faixa de idade - 2019**

Post Hoc DMS:

Grupos 1 e 2 – Sig. = 0,001; Grupos 2 e 3 – Sig. = 0,067.

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Como revela o gráfico, o grupo de indivíduos de meia-idade apresentou o maior percentual de dívidas formais (52,38%), sendo este valor parcialmente diferente dos mais jovens (22,95%) e significativamente do grupo mais velho (36,67%). Esse dado pode revelar um comportamento de mercado praticado por essa faixa etária. Em virtude de esse público possuir um maior nível de renda disponível, isso lhe possibilita um maior acesso ao mercado de consumo, assim como ao uso de produtos e serviços financeiros formais. Tal padrão, portanto, pode expô-los, em maior medida, à inadimplência e ao endividamento.

## **7. FORMAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO**

### **7.1 MAPEAMENTO DO ENSINO SUPERIOR E TÉCNICO**

Dentre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, destaca-se a meta 4.2: “Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e as mulheres à educação técnica, profissional e superior de qualidade, a preços acessíveis, incluindo a universidade” (IPEA, 2018, p.115). Ressalte-se, dessa maneira, a importância do acesso à formação, principalmente para geração de trabalho e renda. Nesse sentido, realizou-se o mapeamento de instituições e equipamentos voltados para formação técnica, profissional e



superior localizados no bairro que compreende a ZEIS Lagamar, e nos bairros adjacentes, que compreendem a Zona de Influência Econômica da ZEIS.

### 7.1.1 Ensino superior

Realizou-se o mapeamento das instituições de ensino superior localizadas nos bairros determinados para a ZEIS Lagamar. Ressalte-se que não foi localizada nenhuma IES no território da ZEIS, nem nos bairros que compõem a ZEIS. Foram localizadas sete IES dentro da Zona de Influência Econômica da ZEIS Lagamar. Vale destacar que “a regularidade dos cursos e instituições depende da validade dos respectivos atos autorizativos e da tempestividade de protocolo dos processos regulatórios de manutenção da autorização para o funcionamento da instituição e oferta dos cursos” (MEC, 2019, n. p.).

O Quadro 9 apresenta um resumo das instituições, indicando o nome da IES, a categoria administrativa e o tipo de credenciamento. Em seguida, apresentam-se características da IES, como cursos ofertados, distância da ZEIS e possíveis trajetórias.

**Quadro 9 – Resumo das IES ZEIS Lagamar**

IES	Categoria administrativa	Tipo de credenciamento
Centro Universitário Christus (Unichristus) - Dionísio Torres	Privada com fins lucrativos	EAD - Superior / Presencial – Superior
Centro Universitário Christus (Unichristus) – Parque Ecológico	Privada com fins lucrativos	EAD - Superior / Presencial – Superior
Faculdade Paulo Picanço (FACPP) Dionísio Torres	Privada com fins lucrativos	Presencial – Superior
Faculdade Plus (PLUS) - Fátima	Privada sem fins lucrativos	Presencial – Superior
Faculdade Uninassau Fortaleza - Joaquim Távora	Privada com fins lucrativos	EAD - Superior / Presencial – Superior
Universidade de Fortaleza (UNIFOR) – Edson Queiroz	Privada sem fins lucrativos	EAD - Superior / Presencial – Superior
Universidade Estadual do Ceará – CH – Fátima	Pública estadual	EAD - Superior / Presencial – Superior

Fonte: e-MEC (2019) e InepData (2019). Elaboração própria.

#### 7.1.1.1 Centro Universitário Christus (Unichristus) – Dionísio Torres

O Centro Universitário Christus possui duas unidades localizadas na Zona de Influência Econômica da ZEIS Lagamar, uma no Dionísio Torres e outra no Cocó. A unidade Dionísio Torres fica na Rua Israel Bezerra, 630, a uma distância de 2,40 km da ZEIS (distância calculada pelo Google Maps a partir de um centroide da poligonal). O trajeto dura em torno de 25 minutos de transporte público, pela linha 69 – Lagoa/Papicu/Via Expressa. A unidade da IES oferece os cursos de Ciências Contábeis e Sistemas de Informação.

#### 7.1.1.2 Centro Universitário Christus (Unichristus) – Parque Ecológico

A unidade Parque Ecológico do Centro Universitário Christus fica localizada na Rua João Adolfo Gurgel, 133, a uma distância de 4 km da ZEIS. O trajeto até a unidade dura em torno de 40 minutos de transporte público, pela linha 66 – Parangaba/Papicu/Aeroporto. A IES oferece diversos cursos, a saber: Graduação em Biomedicina, Enfermagem, Fisioterapia, Gastronomia, Medicina, Nutrição, Odontologia, Psicologia e Radiologia; Pós-Graduação Lato Sensu nas áreas de saúde, gestão, direito, educação e tecnologia; Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu nas áreas de saúde e direito e Mestrado Profissional em Ensino em Saúde e Tecnologia Minimamente Invasiva e Simulação na Área de Saúde.

#### 7.1.1.3 Faculdade Paulo Picanço (FACPP)

A Faculdade Paulo Picanço está localizada no bairro Dionísio Torres, na Rua Joaquim Sá, 900, 1746, a uma distância de 1,78 km da ZEIS. O trajeto via transporte público dura em torno de 23 minutos pela linha 27 – Siqueira/Papicu/Aeroporto ou 680 – José Walter/Papicu/Cidade Jardim. A instituição é especializada em apenas uma área: Odontologia.

#### 7.1.1.4 Faculdade Plus (PLUS)

A Faculdade Plus possui diversas unidades na cidade, mas apenas uma está localizada dentro da Zona de Influência Econômica da ZEIS, mais precisamente no bairro de Fátima, a uma distância de 2,18 km de distância, na Av. Treze de Maio, 1096 – sala 605. O trajeto até a IES dura em torno de 27 minutos pelas linhas 601 – Aerolândia ou 29 –

Parangaba/Náutico ou 755 – Curió/Riomar Kennedy. A IES possui apenas dois cursos, a saber: Pedagogia e Psicologia.

#### 7.1.1.5 Faculdade Uninassau Fortaleza

A Uninassau está localizada no bairro de Fátima, a uma distância aproximada de 2,78 km da ZEIS Lagamar, na Av. Visconde do Rio Branco, 2078. O trajeto, via transporte público, dura em torno de 20 minutos pela linha 601 – Aerolândia. A instituição oferece diversos cursos: Administração, Arquitetura e urbanismo, Biomedicina, Ciências biológicas, Ciências contábeis, Comunicação social – jornalismo, Comunicação social - publicidade e propaganda, Direito, Educação física, Enfermagem, Engenharia ambiental e sanitária, Engenharia civil, Engenharia de produção, Engenharia de telecomunicações, Engenharia elétrica, Engenharia mecânica, Engenharia química, Farmácia, Fisioterapia, Gastronomia, Gestão comercial, Gestão da qualidade, Gestão de recursos humanos, Gestão financeira, Gestão portuária, Logística, Marketing, Medicina veterinária, Nutrição, Odontologia, Pedagogia, Psicologia, Radiologia, Redes de computadores, Segurança no trabalho, Serviço social, Sistemas de informação e Sistemas para internet.

#### 7.1.1.6 Universidade de Fortaleza (UNIFOR)

A UNIFOR encontra-se localizada no Edson Queiroz, especificamente na Av. Washington Soares, 1321, a uma distância aproximada de 3,70 km da ZEIS. O trajeto via transporte público dura em torno de 25 minutos pela linha 66 – Parangaba/Papicu/Aeroporto.

A instituição oferece os seguintes cursos: Administração, Análise e desenvolvimento de sistemas, Arquitetura e urbanismo, Cinema e audiovisual, Ciência da computação, Ciências contábeis, Ciências econômicas, Comércio exterior, Design de moda, Direito, Educação física, Energias renováveis, Enfermagem, Engenharia ambiental e sanitária, Engenharia civil, Engenharia eletrônica, Engenharia mecânica, Engenharia da computação, Engenharia de controle e automação, Engenharia de produção, Engenharia de telecomunicações, Estética e cosmética, Eventos, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Gestão de recursos humanos, Jornalismo, Marketing, Medicina, Medicina veterinária, Nutrição, Odontologia, Processos gerenciais, Psicologia, Publicidade e propaganda.

### 7.1.1.7 Universidade Estadual do Ceará (UECE) – CH

A UECE possui dois campos em Fortaleza, um deles encontra-se situado na Zona de Influência Econômica da ZEIS, no bairro de Fátima, a uma distância de 2,32 km do Lagamar, na Av. Luciano Carneiro, 345. Não há um trajeto via transporte público satisfatório, pois existe a necessidade ou de caminhar 15 minutos ou de pegar mais de uma linha. Considerando o passe livre de duas horas dos cartões, sugerimos o trajeto pela linha 32 – Av. Borges de Melo II, seguida das linhas 501 – Bairro de Fátima ou 504 – Av. Treze de Maio/Rodoviária II. O campus Centro de Humanidades da IES possui dois cursos: Letras e Filosofia.

### 7.1.2 Ensino técnico e profissionalizante

Realizou-se o mapeamento das instituições de ensino técnico e profissional localizadas nos bairros determinados para a ZEIS Lagamar. Identificou-se um total de cinco instituições, retiraram-se as faculdades e universidades, pois já foram mapeadas anteriormente, e as escolas estaduais profissionalizantes, pois possuem um público-alvo bem delimitado. Ressalte-se que não foi localizada nenhuma instituição no território da ZEIS, nem nos bairros que a compõem. As cinco instituições encontram-se dentro da Zona de Influência Econômica. O Quadro 10 apresenta essa relação com respectivos endereço, área, distância e trajeto.

**Quadro 10 – Instituições de educação profissional ZEIS Lagamar**

Instituição	Endereço	Área/Cursos	Dist.	Trajeto
Fundação Demócrito Rocha	Av. Aguanambi, 282 A	Secretaria escolar	1,20 km	20 min. pela linha 601 – Aerolândia
Vida Capacita Cursos Técnicos Profissionalizantes e Livres	Av. Edilson Brasil Soares, 830	Saúde bucal	4,97 km	40 min. pela linha 66 – Parangaba/Papicu/ Aeroporto, seguida da linha 627 – Lagoa Redonda/ Papicu
Centro Educacional da Juventude Padre João Piamarta	Av. Aguanambi, 2479	Enfermagem	1,10 km	25 min. pela linha 32 – Av. Borges de Melo II ou pela linha 69 – Lagoa/Papicu/ Via Expressa
Centro de Formação Profissional Ratio	Rua Isac Amaral, 420	Óptica, optometria e segurança do trabalho	1,40 km	25 min. pela linha 27 – Siqueira/Papicu/ Aeroporto ou pela linha 69 – Lagoa/ Papicu/ Via Expressa
Centro de Educação Aipoena	Rua Dr. José Victor, 85	Estética	1,96 km	25 min. pela linha 601 – Aerolândia

Fonte: Conselho Estadual de Educação do Ceará (2019) e Sistec (2019). Elaboração própria.

Vale destacar que as escolas encontradas na Zona de Influência Econômica da ZEIS oferecem cursos bem específicos, não tendo sido encontrada nenhuma que ofereça cursos voltados para área de informática e tecnologia.

## 7.2 MERCADO DE TRABALHO LOCAL

Nesta fase do diagnóstico local sobre a ZEIS do Lagamar, foi realizado um levantamento de dados junto ao SINE/IDT acerca de informações que possibilitassem traçar o perfil do mercado de trabalho local.

As categorias de dados encontradas no SINE/IDT referem-se ao cadastro geral com informações de pessoas que se inscreveram no órgão citado em busca de colocação no mercado de trabalho, subdividindo-se nas seguintes variáveis: desempregados; à procura do primeiro emprego; estagiário remunerado; trabalhador autônomo; microempresário/ produtor rural – agrícola; pequeno microempreendedor; empregado assalariado c/ registro em CTPS; empregado assalariado s/ registro em CTPS; empregado doméstico c/ registro em CTPS; empregado doméstico s/ registro em CTPS; profissional liberal; autocongestionado; associado; cooperado; assentado; aposentado; trabalhador remunerado; servidor público estatutário; agricultor familiar; detento/egresso sistema penal; egresso inst. socioeducativa; jovem aprendiz.

Diante das variáveis citadas disponíveis no banco de dados do SINE/IDT, foi identificado o seguinte cenário local, exposto na Tabela 23:

**Tabela 23 - Informações de pessoas que se inscreveram no SINE para a colocação no mercado de trabalho – ZEIS Lagamar**

<b>Categoria</b>	<b>Quantidade</b>
Desempregado	5.614
Procura primeiro emprego	623
Estagiário remunerado	66
Trabalhador autônomo	3
Microempresário/Produtor rural – agrícola	0
Microempresário/Produtor rural - não agrícola	1
Pequeno microempreendedor	0
Empregado assalariado c/ registro em CTPS	366
Empregado assalariado s/ registro em CTPS	11
Empregado doméstico c/ registro em CTPS	0

Empregado doméstico s/ registro em CTPS	0
Profissional liberal	3
Autocongestionado/Congestionado	0
Associado	0
Cooperado	1
Assentado	0
Aposentado	1
Trabalhador não remunerado	3
Servidor público estatutário	1
Agricultor familiar	0
Detento/Egresso sistema penal	0
Egresso inst. socioeducativa	0
Jovem Aprendiz	77
<b>Total</b>	<b>6.770</b>

Fonte: Com base em dados do SINE/IDT (2019).

A partir dos dados expostos acima, pode-se notar que 82,9% do total de pessoas cadastradas no SINE/IDT, com registro de origem nos bairros que englobam a ZEIS Lagamar, estão desempregadas; 9,2% estão à procura do primeiro emprego; 66 são estagiários remunerados, representando 0,9% do total cadastrado, 5,4% são empregados assalariados c/ registro em CTPS e 1,1% é jovem aprendiz. Além destes números, foram identificados os cadastros de 1 aposentado, 3 profissionais liberais, 3 trabalhadores autônomos, 1 cooperado, ou seja, cadastrado em alguma cooperativa da região e 1 servidor público estatutário.

Esse panorama demonstra que o perfil do mercado de trabalho local da ZEIS Lagamar, com base nos dados oficiais do SINE/IDT, reflete a quantidade significativa de pessoas desempregadas e uma baixa representatividade das diversas categorias cadastradas. Vale ressaltar que esses dados têm como base os cadastros realizados no órgão citado em condições ativas, deste modo, não inclui informações sobre índices de desemprego da população local não cadastrada no SINE/IDT.

A respeito do nº de empresas locais cadastradas no SINE/IDT, foi identificado o total de 123 empresas que possuem cadastros ativos no órgão, o que reflete uma possibilidade de ofertas de vagas de empregos formais dentro dos bairros já citados. No entanto, este cadastro não disponibiliza informações acerca do nicho de atuação de mercado das empresas, além da ausência do histórico de vagas ofertadas por estas.



as carências existentes na área ao mencionar aquelas em que gostariam de atuar no futuro. No entanto, a maioria deles revelaram em suas falas diversas dificuldades no que tange à capacitação e à formação profissional, voltadas principalmente à relação trabalho e estudo. Como é exposto na imagem, o termo “trabalhar” está relacionado às palavras como “conseguir”, “faculdade” e “casa”. Essa relação pode ser melhor explicada através da seguinte fala: “(...) hoje em dia a gente tem que escolher, na maioria das vezes, ou estudar ou trabalhar. E aí, para ajudar em casa, tive que trancar a faculdade para continuar trabalhando”.

A realidade exposta pela maioria dos participantes do grupo é de ter que conciliar capacitação e formação profissional com a necessidade de trabalhar, de ajudar financeiramente a família. Muitas vezes a necessidade de conseguir um emprego imediatamente para ajudar financeiramente a família torna-se uma prioridade para os jovens, colocando a própria capacitação em segundo plano, seja por falta de dinheiro, seja por falta de tempo ou pelos dois. Assim, os aspectos tempo e dinheiro são os principais no que tange às dificuldades expostas pelos jovens do Lagamar. Dessa forma, objetivos como o de seguir a carreira acadêmica tornam-se incertos quando há outras necessidades a serem preenchidas.

Vale ressaltar que apenas um participante mencionou que utiliza a tecnologia como ferramenta de capacitação profissional, destacando sua proatividade como uma forma de ampliar seu conjunto de conhecimentos e assim obter um ganho financeiro.

Em relação ao empreendedorismo, é possível observar que as palavras “negócio” e “próprio” surgem dentro do termo “querer” para os jovens do Lagamar, aparentando ser algo almejado pela maioria dos participantes. Alguns visualizam essa ideia como sonho, objetivo profissional, vocação. No entanto, visualizam uma segunda opção como “trabalho” caso a ideia inicial não funcione, como se observa no seguinte trecho: “é porque eu queria ter alguma coisa própria, sabe? Se nada der certo, né?”. Para os participantes, o dinheiro é a grande dificuldade, a parte mais difícil, visto como um problema para a execução dos seus planos e das ideias. “Querer” e “dinheiro” são termos que se encontram em sentidos opostos na figura.

O empreendedorismo, ou a vocação para empreender, foi destacada por uma das participantes como algo local da comunidade quando se está desempregado e se precisa de dinheiro. A participante destacou os chamados “bicos” como um meio de conseguir dinheiro rápido para poder manter a casa e a família. Além disso, a ideia de montar um negócio, ou ser empreendedora, remete à noção de “deixar um legado para família”, de oferecer algo para além do dinheiro em si, que pode ser usufruído no futuro por todos. Vale ressaltar que alguns participantes não associam as ideias “ser empreendedor” e “ter um negócio”, apresentando-se como noções distintas, nas quais a segunda apenas engloba um espaço físico, com fachada e



similares. Uma das jovens do grupo, por exemplo, se identificou como empreendedora, mas afirmava que gostaria de ter seu negócio próprio.

Sobre oportunidades de melhorias, os participantes do grupo relataram, diversas vezes, a inclusão de mecanismos para incentivar os jovens de comunidades periféricas principalmente por meio de cursos e espaços, ampliando as ofertas de políticas públicas, projetos e editais. Mencionaram, por exemplo, a instituição de cursos profissionalizantes, principalmente na área da administração; de um acompanhamento para os empreendedores locais no que tange a questões como orçamento, investimento, estoque, caixa, dentre outros; de cursos em áreas mais atuais e tecnológicas, como audiovisual, programação, fotografia e analista de metadados; de oficinas ou workshops sobre preparação para o mercado de trabalho, abordando assuntos como currículo, entrevista de emprego, orçamento pessoal e noções básicas de informática.

Os participantes reafirmaram a necessidade de ampliar a oferta de formação para os jovens de áreas periféricas, que não têm condições de se locomover para equipamentos distantes, pela sua própria segurança, e nem de financiar cursos de capacitação. É possível observar isso através da seguinte fala: “acho que ainda tem alguns projetos desenvolvidos ali, lá na Aerolândia, é muito longe para a gente deslocar daqui para lá e é inseguro a gente transitar em todos os territórios”.

Além disso, discutiram a importância de abranger não só os jovens, mas também os adultos que se encontram desempregados. Os cursos oferecidos poderiam complementar os currículos das pessoas e auxiliar na procura de emprego. Ressaltaram, principalmente, cursos mais gerais como informática e auxiliar administrativo. Uma das participantes comentou que seria uma iniciativa para “melhorar o currículo de uma pessoa que precisa para cuidar de família”.

Essas medidas de melhoria foram apresentadas pelos jovens do grupo como uma forma de garantir capacitação e formação profissional não só para eles, mas também para sua família. Destaca-se a importância de serem voltadas para dentro do território do Lagamar e de forma gratuita, uma vez que as maiores dificuldades relatadas pelos participantes são o tempo e o dinheiro, além das questões de segurança ligadas aos territórios.

Por fim, analisa-se a relevância da ligação dos léxicos mencionados acima, “curso”, “área”, “trabalhar”, “querer” e “dinheiro”, quando aplicados no contexto vivenciado pelos jovens na ZEIS Lagamar. Dessa forma, conclui-se, a partir do exposto, uma importante relação entre a formação profissional e capacitação com os cursos, as áreas e a ideia de montar um negócio, porém com grandes entraves e dificuldades.

## 8. IDENTIFICAÇÃO DE OPORTUNIDADES

Através das oficinas e do workshop, foram identificadas e mapeadas diversas oportunidades para a ZEIS Lagamar através da vivência dos moradores. As oficinas, ministradas por cerca de três horas cada, conceberam, em boa medida, ideias de negócios que poderiam gerar um grande impacto econômico na comunidade. Em suma, as ideias conjecturavam o desenvolvimento de *marketplaces* como oportunidade de capacitação e profissionalização da comunidade.

As proposições oriundas dos debates e discussões do workshop no grupo de trabalho sobre ofertas de empregos e capacitação de trabalho estiveram centradas na atuação das instituições presentes dentro da ZEIS. Foram listadas as seguintes propostas:

1. Incentivar a formalização de pequenos negócios das comunidades para viabilizar o crescimento de empreendimentos e promover a criação de ofertas de empregos formais nas regiões.
2. Ofertar cursos de educação financeira para empreendedores das regiões, através das instituições do sistema S, com foco na ascensão da saúde financeira desses empreendimentos, promovendo o crescimento e a sobrevivência dos negócios locais.
3. Ofertar palestras do SINE-IDT com o intuito de promover a educação de moradores da ZEIS para o uso do aplicativo SINE-FÁCIL, reduzindo os custos de deslocamento até as unidades do SINE, em busca de empregos, já que pelo aplicativo a população pode se candidatar às vagas e acompanhar as ofertas de empregos atuais.
4. Levantamento das necessidades de força de trabalho local e do perfil de jovens ingressantes no mercado de trabalho para ofertas de cursos profissionalizantes que atendam a essa demanda.
5. Atuação de unidades móveis do SENAI com ofertas de cursos profissionalizantes na localidade da ZEIS.
6. Focar no empreendedorismo local com distribuição de kits básicos de matérias-primas para novos empreendedores que tenham realizado cursos e elaborado propostas de seus empreendimentos.
7. Realização de ações motivacionais para jovens, no intuito de mantê-los assíduos nos cursos ofertados, com a finalidade de concluir a formação de novos profissionais para o mercado.

As proposições oriundas dos debates e discussões do workshop no grupo de trabalho sobre oportunidades de negócios e economia solidária estiveram centradas nas seguintes propostas:

1. Focar na capacitação de jovens moradores da ZEIS para o empreendedorismo, criando oportunidade de negócios que atendam às demandas do mercado atual, com baixo custo fixo e amplo uso de tecnologias.
2. Promover a criação de cooperativas e associações empreendedoras por jovens que tenham como foco o suprimento de demandas sociais locais e a sustentabilidade.
3. Desenvolver parcerias com as unidades do sistema S e o Banco do Nordeste (BNB) em busca de apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento dos negócios locais.
4. Promover o desenvolvimento de uma cultura local, que tenha como base a valorização social, educacional e ambiental, através da criação de projetos sociais idealizados pelos moradores da ZEIS.
5. Difundir o Crediamigo com o intuito de ampliar o número de financiamentos de pequenos negócios, com a finalidade de promover o investimento de capital no empreendedorismo local e com isso aumentar as chances de crescimento destes empreendimentos.

As oficinas de negócios realizadas na própria comunidade geraram ideias relacionadas, em geral, à criação de redes comunitárias com compartilhamento de informações sobre produtos e serviços oferecidos na região. Em suma, sete ideias principais, voltadas para comunidade, foram idealizadas pelos moradores e, mediante a presença de um especialista da área, discutiu-se a sua viabilidade. As ideias foram:

- a) Criação de um ambiente de capacitação para cozinheiros e garçons para prepará-los para o mercado e ajudar os restaurantes a encontrar profissionais que não precisem de um longo treinamento.
- b) Criação de uma plataforma que reúna todos os prestadores de serviços da comunidade para identificar onde e de quem comprar, sem a necessidade de sair da comunidade.
- c) Expansão para fora da comunidade das vendas da Feira de produtos orgânicos ali existente, criando mídias de divulgação e serviços de entrega (delivery) para que as pessoas possam comprar e receber em sua própria casa os produtos orgânicos ali produzidos.
- d) Apoio ao ensino da profissão de costureira ou, até mesmo, ajuda para que elas aprimorem suas técnicas.
- e) Implantação de ideias de delivery dentro da comunidade para ajudar os comerciantes locais a vender mais e dar visibilidade aos negócios que existem na localidade.

f) Criação de um projeto que ajude a tirar os jovens da ociosidade com o intuito de afastá-los da marginalidade, além de dar uma perspectiva para esses jovens com capacitações.

g) Criação de uma plataforma na qual as pessoas da comunidade possam se conectar com prestadoras de serviços na área de construção civil, assim como pedreiros, pintores, azulejistas, entre outros, permitindo que se pudesse realizar pagamento facilitado para os prestadores desses serviços.

Durante o período das oficinas, percebeu-se o baixo nível de confiança dos participantes no desenvolvimento de atividades solidárias e profissionais capazes de modificar a realidade social da comunidade. Mesmo em oficinas com o foco em empreendedorismo em negócios com baixo nível de investimento inicial, os participantes apresentaram descrenças tanto em relação às próprias capacidades individuais de iniciar o projeto como em relação aos possíveis resultados auferidos pelos negócios.

De fato, tal constatação pode ser entendida como reflexo da limitação das liberdades individuais em virtude de um contexto socioeconômico marcado pela escassez contínua de oportunidades aos indivíduos (SEN, 2010). De acordo com Sen (2010), o ambiente de restrição e privação social no qual pessoas pobres se encontram, além de causar forte estigma e humilhação, mina o desenvolvimento de potencialidades individuais, causando, dessa forma, baixos níveis de autonomia pessoal (SEN, 2010) e constante incerteza sobre perspectivas de negócios futuros (BANERJEE; DUFLO, 2012).

Destarte, ações primárias de garantias de liberdades políticas e do acesso aos direitos civis básicos a partir de políticas públicas, historicamente negados nesses bairros, possibilitariam aos moradores a ampliação de suas capacidades constitutivas básicas e de seu nível de empoderamento (SEN, 2010). A partir dessa perspectiva, o desenvolvimento de modelos de negócios e o exercício de atividades profissionais de empreendimento são fruto da ação individual, mas dependem do espaço e do nível de privação social nos quais as pessoas se encontram. Dessa maneira, paralelamente ao fornecimento de tais oportunidades, ressalta-se o trabalho de empoderamento da ZEIS Lagamar com ações coletivas, o qual pode ajudar essas pessoas a mudarem o contexto socioeconômico da comunidade.

## 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente diagnóstico sobre questões relacionadas à Geração de Trabalho e Renda (GTR) na ZEIS Lagamar, destaca-se que, na economia do seu território, o setor de reparo de veículos é relevante, além de pequenos varejistas e salões de beleza.

Revelou-se, com a aplicação de questionários, que, dos 42% de empregados da ZEIS, 20% trabalham no bairro e 41% pensam em abrir negócios e, destes, 72% preferem as áreas de gastronomia, moda/vestuário e estética. São estes mesmos respondentes que dizem ter recursos para tanto, embora só 27% detenham experiências.

No mesmo questionário, 50% dos respondentes almejam por empréstimos para ampliar seus negócios, que se situam, em sua maioria, nas áreas de estética, mercantis e gastronomia. Estes resultados revelam que as atividades econômicas citadas devem ser incentivadas, considerando-as competências e oportunidades a serem exploradas como mecanismos de geração de trabalho e renda.

A comunidade na ZEIS revelou, também, a possibilidade de comportamentos colaborativos e solidários, mostrando-se amplamente receptiva à criação e ao desenvolvimento de cooperativas e associações que atuem no apoio ao desenvolvimento dos negócios e atividades econômicas locais, o que parece ser uma relevante estratégia de GTR para a economia solidária no território da ZEIS.

O Diagnóstico revelou, ainda, elementos que dificultam a geração de trabalho e renda na ZEIS, tais como a falta de infraestrutura local, principalmente calçadas, pavimentos e saneamento básico, os quais foram apresentados como problemas que contribuem para a dificuldade do acesso de clientes não moradores da comunidade, isolando a economia do território da ZEIS.

Por outro lado, os serviços públicos de educação e saúde também foram mal avaliados pelos moradores da ZEIS, o que de muitas formas atrapalha a GTR no território. A isso se soma a violência, que foi pontuada pela população como entrave aos negócios do bairro, seja por dificultar a mobilidade das pessoas internamente, seja por influenciar sobremaneira no isolamento da economia.

A renda dos bairros onde se situa a ZEIS era de R\$ 3.825,89 em 2010, segundo o IBGE, enquanto as informações colhidas no questionário aplicado em 2019 registram que essa renda é de apenas R\$ 1.639,30 dentro do território da ZEIS, o que demonstra a necessidade de estratégias de GTR no incremento dos negócios já citados, que têm como ponto forte as habilidades da comunidade em serviços de atendimento ao público e em atividades manuais.

Adicionalmente os participantes reafirmaram a necessidade de ampliar a oferta na formação para os jovens, que não têm condições de se locomover para equipamentos distantes pela preservação de sua própria segurança, além de não poderem arcar com os custos inerentes a sua participação em cursos de capacitação.

Assim, na segunda parte do trabalho, este diagnóstico e seus elementos mais relevantes serão levados em consideração, aos quais se acrescentará uma análise de oportunidades e tendências, objetivando indicar proposituras de intervenção na ZEIS, com objetivo de estimular a geração de trabalho e renda.

## REFERÊNCIAS

- AMARAL, R. M. **Desenvolvimento e aplicação de um método para o mapeamento de competências em inteligência competitiva**. 2006. 209 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006. Disponível em: <<http://bdtd.ufscar.br>>. Acesso em: 13 set. 2019.
- BANERJEE, A.; DUFLO, E. **A economia dos pobres: repensar de modo radical a luta contra a pobreza global**. Lisboa: Temas e Debates–Círculos Leitores, 2012.
- BRENNER, W.; UEBERNICKEL, F. (Eds.). **Design thinking for innovation**. Cham: Springer, 2016. p. 3-21.
- BRENNER, W.; UEBERNICKEL, F.; ABRELL, T. Design thinking as mindset, process, and toolbox. In: BRENNER, W.; UEBERNICKEL, F. (Eds.). **Design thinking for innovation**. Cham: Springer, 2016. p. 3-21.
- CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados). **Acesso on-line às bases estatísticas**. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/>. Acesso em: 5 set. 2019.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: as artes do fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO (CNC). Pesquisa Nacional CNC: Endividamento e Inadimplência. 2019. Disponível: <http://cnc.org.br/editorias/economia/pesquisas/pesquisa-de-endividamento-e-inadimplencia-do-consumidor-peic-3>. Acessado em 28 de dezembro de 2019.
- CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO CEARÁ. **Educação Profissional: escolas credenciadas**. Disponível em: <<https://www.cee.ce.gov.br/servicos/ed-profissional/>>. Acesso em: set. 2019.
- DAVIS, Mike. **Planeta favela**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
- DIEESE. **A importância da política de valorização do salário mínimo e a urgência de renová-la**. Nota Técnica, nº 205, 2019.
- DUTRA, J. S. **Gestão de pessoas: modelo, processos, tendências e perspectivas**. São Paulo: Atlas, 2016.
- FIEC (Federação das Indústrias do Ceará) 2010). **Guia Industrial do Ceará**. Fortaleza: FIEC, 2017.
- FISHER, A. L.; ALBUQUERQUE, L. G. Trends of the human resources management in Brazilian companies: a forecast according to opinion leaders from the area. **International Journal of Human Resource Management**, v. 16, n. 7, p. 1211-1227, 2005.
- OLIVEIRA, M; FREITAS, H. M. R. Focus Group – pesquisa qualitativa: resgatando a teoria, instrumentalizando o seu planejamento. **Revista de Administração da Universidade de São Paulo**, v. 33, n. 3, 1998.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE-revista de administração de empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GOOGLE. **Google Maps**. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/>>. Acesso em: set. 2019.

HAIR, J. F.; TATHAM, R. L.; ANDERSON, R. E.; BLACK, W. C. **Análise multivariada de dados**. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: set. 2019.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO (IDT). 2019

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Agenda 2030: ODS – metas nacionais dos objetivos de desenvolvimento sustentável**. Brasília: IPEA, 2018.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DE FORTALEZA (IPLANFOR). **Relatório das ZEIS: Conselho técnico intersetorial e comunitário da ZEIS**. Fortaleza: IPLANFOR, 2015.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO DE FORTALEZA (IPLANFOR). **Fortaleza 2040: iniciando o diálogo por uma Fortaleza de oportunidades, mais justa, bem cuidada e acolhedora**. 2015. Disponível em: <[https://fortaleza2040.fortaleza.ce.gov.br/site/assets/files/publications/fortaleza2040\\_iniciando\\_o\\_dialogo\\_17-08-2015.pdf](https://fortaleza2040.fortaleza.ce.gov.br/site/assets/files/publications/fortaleza2040_iniciando_o_dialogo_17-08-2015.pdf)>. Acesso em: out. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Índice de desenvolvimento de educação básica, 2019. Disponível em: <<http://idebescola.inep.gov.br/ideb/consulta-publica>>. Acesso em: set. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Portal InepData**. Disponível em: <<http://inep.gov.br/inep-data>>. Acesso em: set. 2019.

KELLEY, T.; KELLEY, D. **Creative confidence: unleashing the creative potential within us all**. New York: Crown Business, 2013.

LAHEY, R. What types of people perform competitive intelligence best? In: FLEISHER, C. S.; BLENKHORN, D. L. **Controversies in competitive intelligence: the enduring issues**. Westport: Praeger, 2003.p. 243-256.

MALAFAIA, G. S. Gestão estratégica de pessoas em ambientes multigeracionais. In: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 7., Rio de Janeiro e Niterói, 2011. **Anais eletrônicos ...** Rio de Janeiro e Niterói: UFF, 2011.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

MINAYO, M. C. S. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. **Ciência & saúde coletiva**, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Portal e-MEC**. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: set. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Instituições credenciadas**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/instituicoes-credenciadas>>. Acesso em: set. 2019.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC)**. Disponível em: <<https://sistec.mec.gov.br/>>. Acesso em: set. 2019.

MORGAN, D.L. **Focus groups as qualitative research**. Beverly Hills, SAGE Publications, 1996.

MUNARETTO, L. F.; CORRÊA, H. L.; DA CUNHA, J. A. C. Um estudo sobre as características do modo Delphi e Grupo focal, como técnicas na obtenção de dados em pesquisas exploratórias. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**. Santa Maria, v.6, n.1, p. 09-24, 2013.

NOGUEIRA, M. O. **Um pirilampo no porão: um pouco de luz nos dilemas da produtividade das pequenas empresas e da informalidade no Brasil**. Brasília: IPEA, 2019.

OLIVEIRA, A. A. R.; LEITE-FILHO, C. A. P.; RODRIGUES, C. M. C. O processo de construção dos grupos focais na pesquisa qualitativa e suas exigências metodológicas. In: XXXI Encontro da ANPAD, 31., Rio de Janeiro, 2007. **Anais...** Rio de Janeiro, 2007.

PORTAL DA INDÚSTRIA. **Sistema indústria**. Disponível em: <[www.portaldaindustria.com.br/cni/institucional/sistema-industria/](http://www.portaldaindustria.com.br/cni/institucional/sistema-industria/)>. Acesso em: set. 2019.

RAIS (Relação Anual de Informações Sociais). **Acesso on-line às bases estatísticas**. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/>. Acesso em: 5 set. 2019.

RIBEIRO, J. S. D. A. N.; CALIJORNE, M. A. S.; JURZA, P. H.; ZIVIANI, F.; NEVES, J. T. D. R. Gestão do conhecimento e desempenho organizacional: integração dinâmica entre competências e recursos. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, João Pessoa, v. 7, n. 1, p. 4-17, 2017.

ROCHA-PINTO, S. R. **Dimensões funcionais da gestão de pessoas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

RUZZARIN, R.; AMARAL, A.; SIMIONOVSKI, M. **Gestão por competências: indo além da teoria**. Porto Alegre: Sebrae/RS, 2002.

SEBRAE. **Site**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae>>. Acesso em: set. 2019.

SEBRAE. **Direcionamento estratégico do Sistema Sebrae**. Brasília: SEBRAE, 2012.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE FORTALEZA (SDE). **Mapas, índices e indicadores de Fortaleza**. Disponível em: <

<https://public.tableau.com/profile/secretaria.de.desenvolvimento.economico.sde#!/>>. Acesso em: set. 2019.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL (SSPDS). **Estatísticas**. Disponível em: <<https://www.sspds.ce.gov.br/estatisticas-2/>>. Acesso em out. 2019.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SENAC. **Regimento escolar**. Fortaleza: SENAC, 2016.

SENAC. **Quem somos**. Disponível em: <<https://www.ce.senac.br/>>. Acesso em: set. 2019.

SENAI. **Site**. Disponível em: <<https://www.senai-ce.org.br/>>. Acesso em: set. 2019.

SENAR. **Site**. Disponível em: <<http://senarce.org.br/novo/>>. Acesso em: set. 2019.

SESC. **Site**. Disponível em: <<https://www.sesc-ce.com.br/>>. Acesso em: set. 2019.

SESI. **Site**. Disponível em: <<https://www.sesi-ce.org.br/>>. Acesso em: set. 2019.

SEST/SENAT. **Site**. Disponível em: <<https://www.sestsenat.org.br/>>. Acesso em: set. 2019.

SILVA, C. M. **A gestão de competências e sua influência na implementação da gestão estratégica de pessoas**: estudo de caso. 2003. 177 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - USP - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, São Paulo, 2003.

SILVA, C. N.; VERBICARO, C. O mapeamento participativo como metodologia de análise do território. **Scientia Plena**, v. 12, n. 6, 2016

TRAD, L. A. B. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiência com o uso da técnica em pesquisa da saúde. **Physis**, Rio de Janeiro, v.19, n.3, 2009.

## APÊNDICE A - Questionário



**Questionário de Pesquisa do Caderno de Geração de Trabalho e Renda  
Plano Integrado de Regularização Fundiária das ZEIS - PIRF  
Universidade Estadual do Ceará**



**Prefeitura de  
Fortaleza**

**Prefeitura de Fortaleza**

Este questionário tem a finalidade de levantar informações para a elaboração do Plano do Caderno Geração de Trabalho e Renda. Como é possível observar, não há identificação do respondente. Agradecemos pela importante colaboração.

**Local:**

**Nº do Questionário:**

**SOCIOECONÔMICO**

<b>1</b>	<b>Sexo</b>	Masculino	<input type="checkbox"/>	Feminino	<input type="checkbox"/>
1.1	Gênero	<input type="text"/>			

<b>2</b>	<b>Idade</b>	<input type="text"/>
----------	--------------	----------------------

<b>3</b>	<b>Estado Civil</b>	1	Solteiro(a)	<input type="checkbox"/>
		2	Casado(a) (cônjuge ou parceiro)	<input type="checkbox"/>
		3	Separado(a)	<input type="checkbox"/>
		4	Viúvo	<input type="checkbox"/>

<b>3.1</b>	<b>Orientação Sexual</b>	1	Heterossexual (Se relaciona com indivíduos do sexo oposto)	<input type="checkbox"/>
		2	Homossexual (Se relaciona com indivíduos do mesmo sexo)	<input type="checkbox"/>
		3	Outro	<input type="checkbox"/>
		4	Prefiro não comentar	<input type="checkbox"/>

<b>3.2</b>	<b>Cor Autodeclarada</b>	1	Branca	<input type="checkbox"/>
		2	Parda	<input type="checkbox"/>
		3	Negra	<input type="checkbox"/>
		4	Outra	<input type="checkbox"/>

<b>3.3</b>	<b>Caso tenha respondido 5-4</b>	1	Como você se autodeclara?	<input type="text"/>
------------	----------------------------------	---	---------------------------	----------------------

<b>4</b>	<b>Renda Domiciliar Mensal</b>	<input type="text"/>
----------	--------------------------------	----------------------

<b>4.1</b>	<b>Renda mensal individual</b>	<input type="text"/>
------------	--------------------------------	----------------------

<b>5</b>	<b>Nº de pessoas no domicílio</b>	<input type="text"/>
----------	-----------------------------------	----------------------

<b>5.1</b>	<b>Nº de pessoas com rendimento</b>	<input type="text"/>
------------	-------------------------------------	----------------------

<b>5.2</b>	<b>Nº pessoas maiores de 18 anos</b>	<input type="text"/>	<b>5.2.1</b>	<b>Quantas desempregadas?</b>	<input type="text"/>
------------	--------------------------------------	----------------------	--------------	-------------------------------	----------------------

<b>6</b>	Escolaridade	1	Nunca estudou		6	Ensino técnico	
		2	Ensino fundamental incompleto		7	Ensino superior incompleto	
		3	Ensino fundamental completo		8	Ensino superior completo	
		4	Ensino médio incompleto		9	Pós-graduação	
		5	Ensino médio completo				

<b>7</b>	Áreas de Especialização	1		3	
		2		4	

<b>8</b>	Tem interesse em especializar-se	1		3	
		2		4	

### TRABALHO E RENDA

<b>9</b>	Você:	1	Trabalha e estuda		3	Apenas estuda	
		2	Apenas trabalha		4	Nem trabalha nem estuda	

9.1	Situação Trabalho: Se respondeu ao 9-1 ou 9-2	1	Carteira assinada		4	Trabalho informal próprio	
		2	Estatutário		5	Trabalho informal assalariado	
		3	Dono de negócio formal		6	Outro:	

<b>10</b>	Atividades atuais remuneradas	1		3	
		2		4	

<b>11</b>	Profissões/ ocupa. Passadas	1		3	
		2		4	

<b>12</b>	Bairro onde trabalha	
-----------	----------------------	--

<b>13</b>	Meio de Transporte dia a dia	1	A pé		5	Moto	
		2	Bicicleta		6	Carro	
		3	Ônibus		7	Táxi / Uber / 99 Pop	
		4	Trem / Metrô		8	Outro:	

<b>14</b>	Você:	1	Tem um negócio atualmente		3	Não pensa em abrir um negócio	
		2	Pretende abrir nos próximos 5 anos				

14.1	Caso tenha respondido ao 14-2	1	Quantos anos tem o seu negócio?	
		2	Qual o ramo de atividade?	
		3	Quantos funcionários?	

4	Possui algum tipo de financiamento? Caso <b>sim</b> , qual?				
5	Você precisa de financiamento no momento?	Sim		Não	
5.1	Caso tenha respondido <b>sim</b> em 14.1-5, para que o financiamento?	Compra de estoque			
		Ampliação de negócio			
		Pagar dívidas			
		Casos outros (descrever quais)			

14.2	Caso tenha respondido ao 14-3	1	Qual o ramo de atividade?				
		2	Você tem recursos para abrir?	Sim		Não	
		3	Tem experiência/estudo na área?	Sim		Não	

15	Auxílio do Governo	1	Aposentadoria		4	Bolsa Família	
		2	Pensão		5	Nenhum	
		3	Seguro-desemprego		6	Outro:	

16	Você possui acesso à internet em casa	Sim		Não	
----	---------------------------------------	-----	--	-----	--

17	Você possui acesso à internet fora de casa? (3G ou 4G)	Sim		Não	
----	--	-----	--	-----	--

18	Você tem dívidas com familiares, mercadinhos ou empréstimos informais?	Sim		Não	
----	--	-----	--	-----	--

19	Tem hoje o nome no SPC / SERASA, lojas ou bancos?	Sim		Não	
----	---	-----	--	-----	--

20	Você participa de alguma atividade comunitária ou da associação do bairro?	Sim		Não	
----	--	-----	--	-----	--

#### ESCALA ABEP - Indique a quantidade de bens que você possui em seu domicílio

21	Automóveis (Carros e Motos)	0	1	2	3	Mais de 3
22	Computador	0	1	2	3	Mais de 3
23	Celular com acesso à internet	0	1	2	3	Mais de 3

#### EMPREENDEDORISMO

24	Eu gosto da ideia de ter meu próprio negócio	Discordo	Mais ou menos	Concordo
25	Eu saberia lidar com o dia a dia de um negócio próprio	Discordo	Mais ou menos	Concordo
26	Tenho interesse em ter um trabalho não remunerado para revitalizar a minha comunidade	Discordo	Mais ou menos	Concordo

#### VIOLÊNCIA

27	A violência atrapalha o comércio no meu bairro	Discordo	Mais ou menos	Concordo
28	A violência me atrapalha de ir para o meu trabalho	Discordo	Mais ou menos	Concordo
29	A violência me atrapalha de andar no meu bairro	Discordo	Mais ou menos	Concordo

#### ENDIVIDAMENTO

30	Eu gasto mais do que ganho	Discordo	Mais ou menos	Concordo
----	----------------------------	----------	---------------	----------

#### AVALIAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS PÚBLICOS

31	A estrutura de pavimentação de ruas e calçadas atende à demanda da sua comunidade	Discordo	Mais ou menos	Concordo
32	O saneamento básico atende à demanda de toda a comunidade	Discordo	Mais ou menos	Concordo
33	O serviço de coleta de lixo atende à demanda da comunidade	Discordo	Mais ou menos	Concordo
34	A estrutura de saúde pública atende à demanda da sua comunidade	Discordo	Mais ou menos	Concordo
35	Os equipamentos de formação e educação pública na sua comunidade atendem à demanda da comunidade (Centros de Formação, Cursos Técnicos e Escolas primárias e secundárias)	Discordo	Mais ou menos	Concordo
36	A oferta de transporte coletivo atende à demanda da sua comunidade (ônibus, topic, carros de aplicativos)	Discordo	Mais ou menos	Concordo
37	A estrutura de Lotéricas e Bancos atende à demanda da minha comunidade	Discordo	Mais ou menos	Concordo

#### COMPETÊNCIAS, HABILIDADES E ATITUDES – CHA

39	Sei utilizar ferramentas tecnológicas (Computador, Celular, Smart tv)	Discordo	Mais ou menos	Concordo
40	Tenho facilidades em realizar atividades de aprendizado pela internet	Discordo	Mais ou menos	Concordo
41	Me dou melhor em profissões com atividades artísticas (artesanato, música etc.)	Discordo	Mais ou menos	Concordo
42	Me dou melhor em profissões com atividades manuais (cozinhar, consertar, reciclar etc.)	Discordo	Mais ou menos	Concordo
43	Me dou melhor em profissões com atividades de atendimento de pessoas (vendedor, atendente etc.)	Discordo	Mais ou menos	Concordo
44	Me dou melhor em profissões com atividades relacionadas a números (caixa, contador, programador etc.)	Discordo	Mais ou menos	Concordo
45	Me dou melhor em profissões com atividades relacionadas à saúde (assistente de saúde, técnico em enfermagem etc.)	Discordo	Mais ou menos	Concordo
46	Me dou melhor em profissões com atividades relacionadas à didática, ensino e aprendizagem (professor, tutor etc.)	Discordo	Mais ou menos	Concordo

#### ENGAJAMENTO EM NEGÓCIOS COLETIVOS

47	Tenho interesse em participar de cooperativas e negócios coletivos na comunidade	Discordo	Mais ou menos	Concordo
48	Ajudo com o que posso as pessoas da comunidade	Discordo	Mais ou menos	Concordo
49	Gostaria de cooperar em negócios coletivos com as pessoas da comunidade	Discordo	Mais ou menos	Concordo

**SUSTENTABILIDADE - Escala de Urgência p/ Soluções no Bairro**

<b>50</b>	Disponibilizar água potável e saneamento	Urgente	Muito urgente	Extremamente urgente
<b>51</b>	Proteger a vida aquática	Urgente	Muito urgente	Extremamente urgente
<b>52</b>	Proteger a vida terrestre	Urgente	Muito urgente	Extremamente urgente
<b>53</b>	Promover a paz e proporcionar acesso à justiça	Urgente	Muito urgente	Extremamente urgente
<b>54</b>	Acabar com a pobreza	Urgente	Muito urgente	Extremamente urgente
<b>55</b>	Ter trabalho digno e crescimento econômico	Urgente	Muito urgente	Extremamente urgente
<b>56</b>	Acabar com a fome	Urgente	Muito urgente	Extremamente urgente
<b>57</b>	Estimular atividades culturais e práticas esportivas	Urgente	Muito urgente	Extremamente urgente
<b>58</b>	Reduzir a desigualdade de renda	Urgente	Muito urgente	Extremamente urgente
<b>59</b>	Ter educação de qualidade	Urgente	Muito urgente	Extremamente urgente
<b>60</b>	Reduzir a desigualdade de gênero (entre homens e mulheres)	Urgente	Muito urgente	Extremamente urgente
<b>61</b>	Ter acesso à saúde de qualidade	Urgente	Muito urgente	Extremamente urgente

**VOLUME II**  
**PLANO DE GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA**



## APRESENTAÇÃO PROPOSTAS

Este trabalho está dividido em três seções, com o intuito de demonstrar as bases de fundamentação que serão a referência principal para justificar as Propostas de Geração de Trabalho e Renda para a ZEIS Lagamar, que são, ao fim e ao cabo, a sua parte determinante.

Na primeira seção, estabeleceu-se realizar um confronto com as medidas delineadas pelo Plano de Trabalho da ZEIS Lagamar, as quais foram discutidas, estabelecidas e aprovadas entre Universidade Estadual do Ceará (UECE), Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR) e Conselho Gestor da ZEIS, significando um resumo daquilo que foi idealizado *vis-à-vis* ao que foi realizado em todo trabalho do Caderno, somando documento de diagnóstico e proposta.

Já na segunda seção, apresenta-se a metodologia utilizada especificamente para a elaboração de propostas, a qual alia três dimensões em seu delineamento. As dimensões são as seguintes: achados do diagnóstico; estudo sobre as tendências que hoje se encontram no estado da arte da temática sugerida; levantamento das oportunidades para a consecução dessas propostas encontradas nas interações realizadas entre a equipe do Caderno e outros atores, tendo como exemplo a própria comunidade da ZEIS e os membros do Conselho Gestor, além de contatos mantidos com órgãos como SENAC, SEBRAE, Sistema Nacional de Emprego (SINE IDT), Banco do Nordeste (BNB), Crediamigo, entre outros.

As propostas estão, finalmente, apresentadas na terceira seção, as quais, respeitando as dimensões e outros regramentos explorados na metodologia, compõem um quadro coerente e consistente com aquilo que foi estudado durante o período em que se teve à disposição para adentrar nos meandros que formam a ZEIS Lagamar. Certamente, não se tem a veleidade de apontar que tudo está mapeado e apontado, pois, diante da dinâmica e da complexidade de uma aglomeração urbana e humana, torna-se quase impossível alcançar-se ou prever todas as soluções. Ademais, vale ressaltar que o conteúdo apresentado se enquadra como proposta e não como plano de ação. Não coube à Universidade delimitar elementos relacionados a planos de ação, como cronograma, prazo, meta e indicadores. Tal detalhamento deve ser traçado para cada iniciativa em conjunto com as instituições envolvidas: ZEIS e Conselho Gestor, Prefeitura de Fortaleza e demais órgãos parceiros. A equipe da UECE, responsável pela elaboração dos documentos de diagnóstico e proposta, manifesta-se como possível parceira para a realização dessas ações.

Ainda em relação às propostas apresentadas, elas são muito semelhantes quando comparadas às outras duas ZEIS estudadas (Moura Brasil e Pirambu), e isso se justifica em função de:

- a) Alguns negócios já constavam como sugestões nos próprios planos de trabalhos do Plano Integrado de Regularização Fundiária (PIRF), elaborados desde o início pelo IPLANFOR, o que motivou o estudo e a inserção dessas propostas em todas as três localidades.
- b) Ter sido constatado, pela equipe do Caderno, que alguns negócios, embora lembrados apenas por moradores de uma das três ZEIS, se apresentavam também como resolução para questões de emprego e renda muito semelhantes encontrados nas outras duas.

Ao fim, nos apêndices deste documento, acrescentam-se três sugestões: uma de Metodologia de Capacitação Empreendedora; uma plataforma virtual, que permite uma maior interação da Prefeitura com a Comunidade; e uma descrição de modelos que podem ser utilizados na Gestão de Resíduos Sólidos, baseados no estado da arte do que se estuda hoje em nível mundial.

## 1 PLANO DE TRABALHO: PROPOSIÇÕES E AÇÕES

No campo das proposições a serem apresentadas, elas se restringiram a dois itens do Plano de Trabalho, quais sejam:

- a) **Fomento e desenvolvimento de empreendimentos de economia solidária:** realizar inventário dos empreendimentos de economia solidária na ZEIS Lagamar; identificar instituições públicas e privadas que apoiam empreendimentos de economia solidária; analisar com o Conselho Gestor a viabilidade da implantação dos grupos de trocas solidárias no âmbito da ZEIS Lagamar; preparar metodologia de difusão da ideia do consumo solidário e da conscientização ambiental; verificar a viabilidade de formação de cooperativas populares; consultar os bancos públicos sobre a possibilidade de retomada do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários.
- b) **Empreendedorismo e inovação:** elaborar metodologias para identificação de oportunidades para a instalação de empreendimentos de inovação; indicar ações de sensibilização e capacitação de potenciais empreendedores locais; elaborar metodologias de funcionamento de locais permanentes para preparação, capacitação e discussão de novos conhecimentos para jovens do local, futuros empreendedores; indicar o estudo de várias formas de organização das atividades locais (redes, alianças estratégicas, Arranjo Produtivo Local, entre outras); verificar a possibilidade de fomento ao microcrédito e a viabilidade de implantação de Banco Comunitário; pesquisar com os pequenos negócios existentes as necessidades de financiamento.

Em termos metodológicos esses dois grandes blocos foram divididos, no Plano de Trabalho, em ações, como a seguir detalhado:

- i. Identificar os principais arranjos produtivos locais atuais e as lacunas de atividades produtivas que venham a propiciar um maior dinamismo e competitividade se foram implantadas; ii. Discutir com os representantes da comunidade as formas solidárias de implantação desses empreendimentos; iii. Identificar programas de fomento à implantação desses empreendimentos com as organizações públicas; iv. Definir programas de capacitação e metodologias a serem aplicadas aos empreendedores desses empreendimentos; v. Definir que tecnologias devem ser buscadas para a agregação de valor às tradicionais e novas atividades; vi. Identificar tecnologias inovadoras que possam ser implantadas na comunidade, cujos benefícios sejam compartilhados; vii, Estudar e elaborar modelo de monetização comunitária lastreada

por instituição de fomento comunitário, observando os novos modelos de *fintechs*<sup>13</sup> e de moedas virtuais; viii. Sugerir modelos de aproveitamento de resíduos sólidos, com geração de trabalhos e renda e observando conceitos modernos de sustentabilidade; ix. Definir linhas estratégicas a serem implantadas no segmento da pesca; x. Reuniões com o Conselho da ZEIS-Lagamar para discutir sobre o Diagnóstico.

O Quadro 1, a seguir, apresenta uma integração entre as proposições e ações acima expostas e os resultados que foram obtidos durante o estudo.

---

<sup>13</sup> *Fintech* é um termo que surgiu da união das palavras *financeira* (financeiro) e *technology* (tecnologia). As *fintechs* são majoritariamente *startups* que trabalham para inovar e otimizar serviços do sistema financeiro. Essas empresas possuem custos operacionais muito menores comparadas às instituições tradicionais do setor, pois utilizam tecnologias que elevam a eficiência dos processos e barateiam os serviços ofertados. Exemplo disso é o uso de *smartphones* para o uso de bancos móveis e a possibilidade de realizar investimentos.

**Quadro 1 – Proposições e ações do plano de trabalho e os resultados obtidos**

(continua)

<b>LINHAS DO PIRF: Fomento e Desenvolvimento de Economia Solidária e Empreendedorismo e Inovação</b>			
<b>Itens de Observação do Plano</b>	<b>Resultados</b>	<b>Ações na ZEIS</b>	<b>Resultados</b>
i. Realizar inventário dos empreendimentos de economia solidária na ZEIS Lagamar.	Foi realizado um grupo focal sobre economia solidária durante a construção do diagnóstico. Os participantes do grupo relataram a existência de uma Lavanderia coletiva e do projeto Favelafro, apoiado pela Fundação Marcos de Bruin. A Lavanderia coletiva é sediada no CRAS do Lagamar e atua como uma ampla estrutura. O projeto “Favelafro” é formado por mulheres da ZEIS Lagamar que recebem apoio e instrução para desenvolver atividades de costura e artesanato. Esses são os dois empreendimentos solidários identificados na ZEIS (para mais informações ver o documento de Diagnóstico da ZEIS, seção 4.1.2 - Negócios coletivos e economia solidária).	Identificar os principais arranjos produtivos locais atuais e as lacunas de atividades produtivas que venham a propiciar um maior dinamismo e competitividade se foram implantadas.	Foi realizada cartografia virtual e comunitária. Dentre os estabelecimentos identificados, destaca-se o setor de alimentação com 47,5% dos estabelecimentos. Em seguida, o setor de lojas representa 18% da atividade comercial local, seguido pelo segmento de beleza com 15%. Os 6 equipamentos públicos estão divididos em cinco escolas, um posto de saúde e uma praça, que representam respectivamente 83,3%, 16,7% e 16,7% dos equipamentos disponíveis na área da ZEIS Lagamar (para mais informações ver o documento de Diagnóstico da ZEIS, seção 4.4 descrição da investigação cartográfica).
ii. Identificar instituições públicas e privadas que apoiam empreendimentos de economia solidária.	O BNB, com o Crediamigo, já faz empréstimos com grupos solidários. Para empreendimentos solidários, haveria a possibilidade, ficando mais facilitada com a criação, pela Prefeitura Municipal, de um Fundo Garantidor de Crédito (ver proposta na segunda seção).	Discutir com os representantes da comunidade as formas solidárias de implantação desses empreendimentos.	Foi realizado um grupo focal sobre economia solidária. Os participantes relataram a existência de dois empreendimentos dentro do tema e destacaram a importância da criação de cooperativas que apoiassem o desenvolvimento de pequenos negócios na comunidade, dando destaque para fabricação e comercialização de roupas, calçados e tapetes (para mais informações ver o documento de Diagnóstico da ZEIS, seção 4.1.2 - Negócios coletivos e economia solidária).

**Quadro 1 – Proposições e ações do plano de trabalho e os resultados obtidos**

(continuação)

<b>LINHAS DO PIRF: Fomento e Desenvolvimento de Economia Solidária e Empreendedorismo e Inovação</b>			
<b>Itens de Observação do Plano</b>	<b>Resultados</b>	<b>Ações na ZEIS</b>	<b>Resultados</b>
iii. Analisar com o Conselho Gestor a viabilidade da implantação dos grupos de trocas solidárias no âmbito da ZEIS Lagamar.	Existe uma proposta da própria comunidade para a criação de uma Associação que permitisse “enxergar” os diversos negócios da Comunidade, constantes da segunda seção deste trabalho. Ali pode ser uma semente da implantação de um sistema de “Troca Solidária”, já que foi identificada, por pesquisa, uma forte ação solidária entre as pessoas da comunidade.	Identificar programas de fomento à implantação desses empreendimentos nas organizações públicas.	Foi realizada pesquisa em sites de bancos públicos e entrevista com representante do Crediamigo, quando se verificou uma possibilidade de destinação de crédito, desde que o governo municipal crie um “Fundo Garantidor de Crédito” (ver propostas na terceira seção).
iv. Preparar metodologia de difusão da ideia do consumo solidário e da conscientização ambiental.	Para a criação de projetos solidários, propõe-se, na segunda seção, uma metodologia de capacitação de pessoas onde essas ideias serão amplamente discutidas.	Definir programas de capacitação e metodologias a serem aplicadas aos empreendedores desses empreendimentos.	Somente depois da elaboração de projetos de empreendimentos de economia solidária, poder-se-ão definir cursos e metodologias específicas para os diversos ramos de negócios. No entanto, na terceira seção, já existe proposta de um curso de empreendedores que define a metodologia de criação de negócios solidários.
v. Verificar a viabilidade de formação de cooperativas populares.	Dentre as ideias de formação de empreendimentos solidários, as cooperativas estarão presentes.	Definir quais tecnologias devem ser buscadas para a agregação de valor às tradicionais e novas atividades.	Na terceira seção, consta a proposta de GTR no setor tradicional.
vi. Consultar os bancos públicos sobre a possibilidade de retomada do Programa de Apoio a Projetos Produtivos solidários.	O BNB, com o Crediamigo, já faz empréstimos com grupos solidários, haveria a possibilidade, ficando mais facilitada com a criação, pela Prefeitura Municipal, de um Fundo Garantidor de Crédito (ver proposta na segunda seção).	Identificar tecnologias inovadoras que possam ser implantadas na comunidade, cujos benefícios sejam compartilhados.	Duas propostas, definidas na terceira seção, vão ao encontro dessa ação, pois definem empreendimentos de largo alcance em benefícios solidários.
vii. Elaborar metodologias para identificação de oportunidades para a instalação de empreendimentos de inovação.	Para a criação de projetos solidários e de inovação, propõe-se, na segunda seção, uma metodologia de capacitação de pessoas onde essas ideias serão amplamente discutidas.	Estudar e elaborar modelo de monetização comunitária lastreada por instituição de fomento comunitário, observando os novos modelos de <i>fintechs</i> e de moedas virtuais.	Proposta registrada na terceira seção.

**Quadro 1 – Proposições e ações do plano de trabalho e os resultados obtidos**

(continuação)

<b>LINHAS DO PIRF: Fomento e Desenvolvimento de Economia Solidária e Empreendedorismo e Inovação</b>			
<b>Itens de Observação do Plano</b>	<b>Resultados</b>	<b>Ações na ZEIS</b>	<b>Resultados</b>
viii. Indicar ações de sensibilização e capacitação de potenciais empreendedores locais.	O resultado do item anterior também se enquadra nesse item. Proposta consta na segunda seção.	Sugerir modelos de aproveitamento de resíduos sólidos, com geração de trabalhos e renda, observando conceitos modernos de sustentabilidade.	Proposta constante da terceira seção e do <b>APÊNDICE C</b> .
ix. Elaborar metodologias de funcionamento de locais permanentes para preparação, capacitação e discussão de novos conhecimentos para jovens do local, futuros empreendedores.	Está sugerido, na segunda seção, o local mais apropriado para a preparação e capacitação das pessoas da ZEIS Lagamar.	Definir linhas estratégicas a serem implantadas no segmento da pesca.	Não foi identificada, no diagnóstico, atividade econômica na área da pesca na ZEIS Lagamar.
x. Indicar o estudo de várias formas de organização das atividades locais (redes, alianças estratégicas, Arranjo Produtivo Local, entre outras).	Segundo dados coletados durante a elaboração do diagnóstico da ZEIS, ao todo, a Zona de Influência Econômica comportava 698 empresas formais no ano de 2017, acumulando 6.312 vínculos ativos. A quantidade de moradores com negócio próprio é considerável, chegando a cerca de 14%, de acordo com dados do campo. Desse total, 76,91% se localizam nos bairros Alto da Balança e São João do Tauapé, revelando uma característica empreendedora voltada ao contexto econômico interno (para mais informações, ver o documento de Diagnóstico da ZEIS, seção 4. Mapeamento das Atividades Econômicas).	Reuniões com o Conselho da ZEIS Lagamar para discutir sobre o Diagnóstico.	Uma reunião de apresentação dos resultados do Diagnóstico foi realizada na ZEIS Lagamar no dia 1º de fevereiro de 2020.

### Quadro 1 – Proposições e ações do plano de trabalho e os resultados obtidos

(conclusão)

LINHAS DO PIRF: Fomento e Desenvolvimento de Economia Solidária e Empreendedorismo e Inovação			
Itens de Observação do Plano	Resultados	Ações na ZEIS	Resultados
xi. Verificar a possibilidade de fomento ao microcrédito e a viabilidade de implantação de banco comunitário.	O fomento ao microcrédito já foi assegurado pelo próprio Diretor do Crediamigo, que esteve presente ao Workshop de 21 de novembro de 2019, na UECE, e está registrado em entrevista realizada no dia 18 de fevereiro de 2020.	Verificar a situação de endividamento individual dos moradores da ZEIS através de um <i>survey</i> <sup>14</sup> .	De acordo com os dados da <i>survey</i> , 31,5% dos respondentes indicaram possuir pequenas dívidas, geralmente com parentes e restritas ao contexto local. Por outro lado, 37,5% dos respondentes possuem dívidas no SPC ou SERASA. Quando analisadas as duas categorias de dívida conjuntamente, 51% indicaram possuir dívidas formais ou informais (para mais informações, ver o documento de Diagnóstico da ZEIS, página 73).
xii. Pesquisar com os pequenos negócios existentes as necessidades de financiamento.	De acordo com dados do <i>survey</i> , 34% dos donos de negócios indicaram possuir algum tipo de financiamento. Deste percentual, 66% revelaram ter realizado operações provenientes de microcrédito e outros 22% relataram ter contraído empréstimos com bancos. Já o percentual dos negócios que indicou a necessidade de algum financiamento é de 53% (para mais informações, ver o documento de Diagnóstico da ZEIS, página 25).	Identificar a relação dos pequenos negócios locais com financiamentos e empréstimos com bancos e terceiros por meio de um grupo focal.	De acordo com os dados do grupo focal, os participantes, em sua maioria, destacaram a ausência de empréstimos para os seus negócios locais, com banco ou com amigos e familiares. A ausência desses empréstimos deveu-se à justificativa de receio em não conseguir pagar os mesmos. A maioria relata estar impossibilitada de realizar empréstimos com bancos por ter seus nomes no SPC ou SERASA (para mais informações, ver o documento de Diagnóstico da ZEIS, página 32).

Fonte: Autoria própria.

<sup>14</sup> Também chamado de pesquisa de opinião, o *survey* é um levantamento estatístico de uma amostra particular da opinião pública.



## 2 METODOLOGIA

### 2.1 Dimensões norteadoras

A seguir será descrita a metodologia utilizada pela equipe do Caderno para construir as propostas que possam estimular a geração de trabalho e renda (GTR) na ZEIS Lagamar.

De forma geral a metodologia baseia-se no processo de Geração de Cenários (CHEN *et al.*, 2019; CHEREPOVITSYN; ILINOVA, 2018; GAO *et al.*, 2016; SANTOS *et al.*, 2010), considerando a relação entre a análise de cenário base e propostas de GTR.

No que diz respeito à análise de cenário, ela foi realizada em três dimensões, a saber:

- a) no diagnóstico realizado na ZEIS pela equipe do Caderno, para o qual se utilizou dos métodos científicos como a pesquisa bibliográfica, documental e de campo (VERGARA, 2014) e, nesta última, valendo-se do uso de *survey*, grupos focais e oficinas de oportunidades de negócios (design thinking);
- b) na análise de tendência, por meio de prospecção de possíveis trajetórias em temas relevantes para GTR em condições econômicas e sociais da ZEIS;
- c) na verificação de oportunidades identificadas pela equipe em diversas conexões com o Conselho Gestor da ZEIS e com instituições que trabalham com estímulo à geração de trabalho e renda em Fortaleza, através do oferecimento de serviços de capacitação, assistência técnica, empregabilidade e financiamento.

### 2.2 Detalhamento das dimensões

#### 2.2.1 Dimensão 1 - Diagnóstico da ZEIS

Uma vez realizado o diagnóstico, construiu-se uma matriz de pontos centrais e mais relevantes que possam facilitar ou dificultar a geração de trabalho e renda na ZEIS, considerando: as competências instaladas na ZEIS, seus principais negócios, formação educacional e profissional das pessoas, empregos gerados para a população fora e dentro da ZEIS, a economia da Zona de Influência Econômica da ZEIS, entre outros pontos observados.

### 2.2.2 Dimensão 2 - Análise de tendência

A análise de tendência deu-se considerando a literatura científica e técnica na área e utilizando casos de sucesso e modelos propostos que se caracterizem como fatos portadores de futuro para situações e cenários semelhantes à ZEIS estudada.

### 2.2.3 Dimensão 3 - Análise de oportunidade

A análise de oportunidade considerou os mecanismos e políticas públicas que são ofertados por instituições e que possam estimular a GTR na ZEIS. A identificação destas oportunidades deu-se pelo acesso ao material de divulgação (sites, prospectos etc.), pelo contato direto com representantes destas instituições (BNB; SEBRAE; SENAC; Federação das Indústrias do Estado do Ceará – FIEC; Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior – SECITECE; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Territorial e Meio Ambiente – SEDET; Crediamigo; Instituto Nordeste Cidadania – INEC; entre outros), cujos resultados mais expressivos foram conseguidos em Workshop realizado na Universidade Estadual do Ceará, no dia 21.11.19, e pela entrevista com o Diretor-Geral do Crediamigo, vinculado ao Banco do Nordeste do Brasil, no dia 18.02.20.

Ressalta-se que, através do Workshop, foi possível articular ideias e propostas a partir da interação entre comunidade, representada por moradores e membros do Conselho Gestor, e instituições ligadas ao desenvolvimento econômico. As organizações que participaram do evento foram: Central Única dos Trabalhadores (CUT), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Instituto de Desenvolvimento do Trabalho (SINE/IDT), Banco do Nordeste (BNB), Instituto Nordeste Cidadania (INEC) e Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (SECITECE). Ademais, os aspectos discutidos foram norteados por temas como ofertas de empregos, capacitação de trabalho, oportunidades de negócios e economia solidária. Para mais informações e detalhes sobre a metodologia e o evento, sugere-se ver o documento de Diagnóstico da ZEIS, seção 3.4 “Oficinas de Identificação de Oportunidades: Design Thinking e Workshop” e seção 8 “Identificação de Oportunidades”.

## 2.3 Políticas públicas e mecanismos de implantação das propostas

Com base nas análises anteriores, foram construídos cenários com propostas de políticas públicas e mecanismos de geração de trabalho e renda. Neste caso, foi realizado o

cruzamento das análises (diagnóstico, tendência e oportunidade) com a tipologia usada para as propostas. Assim, as propostas foram agrupadas em quatro categorias, a saber:

- a) Tradicional de impacto preponderantemente social: são políticas e mecanismos que se situam em setores econômicos tradicionais e que se caracterizam por uma ação social.
- b) Tradicional de impacto preponderantemente de mercado: propostas em setores economicamente tradicionais que se caracterizam por uma ação via as estruturas de mercado.
- c) Inovadora/emergente de impacto preponderantemente social: propostas que não sejam facilmente encontradas na ZEIS, no estado e no país com ação realizada pelos aspectos mais sociais.
- d) Inovadora (ou emergente) com ação realizada por meio dos mercados.

A Figura 1 sintetiza o processo do percurso metodológico realizado para a construção das propostas. As informações de entrada do processo – diagnóstico, tendências e oportunidades – deram suporte para a construção das propostas em termos de políticas públicas e mecanismos de intervenção, situadas nas quatro categorias apresentadas.

**Figura 1 – Trajetória metodológica**



Fonte: Autoria própria (2020).

### 3 PROPOSTAS

As propostas a seguir delineadas estão baseadas nos princípios norteadores estabelecidos no Plano de Trabalho do Caderno de Geração de Trabalho e Renda (GTR), os quais foram submetidos e aprovados pelo IPLANFOR – Instituto de Planejamento de Fortaleza e, posteriormente, pelo Conselho Gestor da Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), do Lagamar, os quais relembramos abaixo.

O conceito de Sustentabilidade assenta-se, para a maioria dos que se debruçam sobre esse tema, no tripé composto pelas dimensões econômica, social e ambiental, conhecido pela expressão em inglês *triple bottom line*. Apesar desse entendimento largamente aceito, há autores que chegam a se referir a oito dimensões, como é o caso de Sachs (2002). Neste trabalho, além das três dimensões já citadas, a base da Sustentabilidade ganha uma quarta dimensão: a cultural, já presente no entendimento de vários estudiosos, inclusive do próprio Sachs. A adoção, aqui, dessa quarta dimensão, em separado da dimensão social, deve-se à sua importância, especialmente quando se trata de estudos que envolvem comunidades e, principalmente, considerando as potencialidades das manifestações culturais na geração de trabalho e renda.

Uma das bases da dinâmica do desenvolvimento econômico é o processo inovativo que as organizações buscam como forma de se destacarem competitivamente, desenvolvendo novas modelagens de negócios e aplicações tecnológicas, em um espectro que vai da inovação social, passa pela inovação frugal e chega à inovação das tecnologias disruptivas. É necessário considerar as habilidades e vocações inovadoras das comunidades, habilitando seus cidadãos a serem protagonistas nestes processos, impactando positivamente - e em rede - as suas vidas e as vidas das pessoas de seu território.

O consumo colaborativo é um conceito que representa um conjunto de práticas de mercado que pode transcender a dimensão puramente econômica, envolvendo, principalmente, relações de compartilhamento, reciprocidade e colaboração. Apesar de englobar um amplo conjunto de atividades, esse se insere em uma perspectiva econômica ainda mais ampla, denominada de economia do compartilhamento.

Embasando-se em premissas constituintes mercadológicas e não mercadológicas, a economia do compartilhamento amplia as suas fronteiras para compreender modelos e iniciativas que se estabelecem dentro do próprio mercado. Similarmente, práticas particulares compreendidas pela economia do compartilhamento também suscitam um olhar teórico diferenciado da natureza das relações e valores humanos.

Com base nesses princípios, apresentamos as propostas de melhoria no quadro da geração de trabalho e renda na ZEIS Lagamar, levando ainda em consideração que a aplicação seja realizada com a cocriação da comunidade, sem que sejam necessárias imposições de ideias exógenas.

Nesse sentido, propor o estímulo ao surgimento de negócios baseados, por exemplo, nos princípios da Economia Solidária vai ao encontro de uma das tendências mais experimentadas em ambientes de baixa renda, recomendada por estudiosos do tema e testadas em lugares que difundem o seu sucesso pelo mundo afora, como Bangladesh (PANSERA; MARTINEZ, 2017).

No entanto, por que razão não indicar em quais ramos de atividade esses negócios serão criados? Porque essa resposta é fruto de outros estudos que incluem a pesquisa em vazios econômicos existentes na comunidade, de estudos de mercado que indicam se os empreendimentos serão viáveis mercadológica e economicamente, e, também e principalmente, dos desejos dos empreendedores em dedicar o seu trabalho a atividades que se identifiquem mais proximamente com os seus projetos de vida.

Não respeitar esses requisitos básicos seria insistir em seguir modelos tradicionais de abertura de negócios baseados simplesmente em palpites ou em estudos superficiais sobre empreendimentos e empreendedores.

Para tentar fugir desses paradigmas, é que sugerimos como proposta apenas a inovação dos empreendimentos de economia solidária, acrescentando como metodologia para identificar os ramos de atividades desses negócios uma Metodologia de Capacitação Empreendedora, a ser realizada utilizando-se de um método já testado, com sucesso, nos municípios de Maranguape e Maracanaú, que detêm um conteúdo diferenciado dos cursos de empreendedores oferecidos comumente por diversos órgãos.

Dentre as diversas diferenciações, está o fato de que os ramos de atividades e, dentro desses, os empreendimentos a serem contemplados, devem ser definidos pelos próprios indivíduos, depois de assumirem suas responsabilidades sobre os seus próprios destinos e da realização de pesquisas de mercados, entre outros estudos, que lhes permitam indicar os negócios mais adequados para eles enquanto empreendedores.

Assim, sugere-se que essa Metodologia de Capacitação Empreendedora, descrita no **APÊNDICE A** deste Plano, seja aplicada em todos os segmentos de negócios que estão propostos, naquilo que couber. A equipe da UECE, que detém expertise na aplicação dessa metodologia, coloca-se como possível parceira para a realização dessa ação.

De outro lado, seria essencial que todos os cursos de capacitação fossem realizados em espaço (s) que se situasse (m) dentro da própria ZEIS, portanto próximo (s) dos participantes.

Ademais, seria interessante que esses lugares pudessem disponibilizar as suas dependências para abrigar inicialmente os pequenos empreendimentos, para funcionarem em conjunto, em um “Espaço de *Coworking*”<sup>15</sup>, isto é, um espaço compartilhado, o que potencializaria a integração dos talentos, além de oferecer condições para a troca de experiências positivas, necessárias a um ambiente de empreendedorismo.

Na ZEIS Lagamar identificaram-se dois lugares possíveis de construção/adequação para espaços de estímulo ao empreendedorismo e inovação no estilo *coworking*, quais sejam: terreno reservado para expansão da Fundação Marcos de Bruin (FMB) e o prédio da Central Única das Favelas – CUFA. Ressaltamos que o Plano Urbanístico apresenta em suas propostas os dois espaços, sendo o terreno em frente à FMB reservado para implantação de equipamento multiuso, contemplando também equipamentos culturais.

### **3.1 Setores tradicionais na dimensão social**

Conforme discutido anteriormente, as propostas se dividem em setores de abordagem e temáticas. Na dimensão social dos setores tradicionais, a temática abordada é a de qualificação e cooperação de profissionais. A descrição das propostas (políticas públicas e mecanismos) está apresentada no Quadro 2. Esta pauta-se, a saber, no diagnóstico, nas tendências e nas oportunidades relacionadas ao setor.

Ressaltamos que o Plano de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social também destaca a qualificação de profissionais da ZEIS como proposta.

---

<sup>15</sup> *Coworking* é um modelo de trabalho que se baseia no compartilhamento de espaço e recursos de escritório, reunindo pessoas que trabalham não necessariamente para a mesma empresa ou na mesma área de atuação, podendo inclusive reunir entre os seus usuários os profissionais liberais, empreendedores e usuários independentes.

## Quadro 2 – Propostas - Qualificação e cooperação de profissionais

(continua)

Diagnóstico	Tendências	Oportunidades
<p>Os participantes destacaram que a criação de cooperativas que apoiassem o desenvolvimento de pequenos negócios e a formação para o trabalho na comunidade, principalmente através de financiamentos, poderia ajudar a melhorar a situação econômica de muitos moradores locais que passam por diversas dificuldades financeiras (grupo focal).</p> <p>Criar um ambiente de capacitação para cozinheiros e garçons para prepará-los para o mercado e ajudar os restaurantes a encontrar profissionais que não precisem de um longo treinamento.</p> <p>Expandir para fora da Comunidade as vendas da feira de produtos orgânicos ali existente, criando mídias de divulgação e serviços de entrega (delivery) para que as pessoas possam comprar e receber em sua própria casa os produtos orgânicos ali produzidos.</p> <p>Ajudar o ensino da profissão de costureira ou, até mesmo, ajudar para que elas aprimorem suas técnicas.</p> <p>Ressalta-se que os dois bairros que compõem a ZEIS ocupam o 30º e 58º lugar no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano de bairros no Ceará.</p>	<p>Negócios tradicionais, como bares, restaurantes e pequenas confecções podem, na perspectiva das chamadas empresas sociais, ter a dualidade de realizar negócios no mercado e ter objetivos sociais (MITCHELL; MADILL; CHREIM, 2016; PATEL; MEHTA, 2011).</p> <p>A Euromonitor (2020) apresenta estudo que evidencia o consumo consciente como uma das dez principais tendências de mercado.</p> <p>A AKATUS (empresa de <i>marketplace</i><sup>16</sup> de consumo consciente), em pesquisa recente com consumidores brasileiros, concluiu que uma das práticas empresariais mais apreciadas pelos consumidores é a remuneração justa que garanta um nível de vida decente, sem diferenciação por idade, gênero ou cor.</p>	<p>Oferta de cursos do SINE, SENAC e SENAI, voltados para treinamento de pessoal que trabalha em bares, restaurante e costureiras, conforme articulação realizada entre as instituições e membros do Conselho Gestor no Workshop de Elaboração de Propostas.</p> <p>Disponibilidade de cursos de formação de empreendimentos solidários (cooperativas) em instituições como as Instituições de Ensino Superior (IES) cearenses, notadamente na UECE (APÊNDICE A).</p>
Propostas		
Políticas Públicas	Mecanismos	
<p><b>Descrição:</b> Criar lei de descontos em impostos municipais e estaduais para estabelecimentos que contratem pessoas que morem nas ZEIS.</p>	<p><b>Descrição:</b> Criação de Cooperativa de trabalhadores nos ramos de bares, restaurantes e confecções, com missão de treinar novos e aperfeiçoar estes profissionais, ofertando seus serviços no mercado e, ao mesmo tempo, praticando o objetivo social de valorizar estes trabalhadores, reduzindo desigualdades e criando renda para os moradores da ZEIS, por meio de selo: CONTRATO DAS ZEIS.</p>	

<sup>16</sup> O *marketplace* remete a um conceito mais coletivo de vendas on-line. Nessa plataforma, diferentes lojas podem anunciar seus produtos, dando ao cliente um leque de opções. Atua, dessa forma, como uma loja colaborativa.

## Quadro 2 – Propostas - Qualificação e cooperação de profissionais

(conclusão)

<b>Propostas</b>	
<b>Políticas Públicas</b>	<b>Mecanismos</b>
<p><b>Ações/Responsáveis:</b> Realizar parceria com o curso de Direito das IES cearenses para propor leis municipais e estaduais. Responsáveis: Conselho Gestor e representantes das IES.</p> <p>Marcar audiência com deputados e vereadores ligados às áreas e aos objetivos das ZEIS em Fortaleza e encaminhar o projeto das leis. Responsáveis: Conselho Gestor e representantes de deputados estaduais e vereadores de Fortaleza.</p>	<p><b>Metodologia de implantação:</b> Formação de grupo de trabalho com Organizações não governamentais (ONGs) e IES que possam ajudar na elaboração do projeto da cooperativa.</p> <p>Constituir a cooperativa e divulgar na ZEIS para conseguir adesões de cooperados e primeiros parceiros.</p> <p>Formalizar com SINE, SEBRAE, SENAC e SENAI cursos de formação dos cooperados.</p> <p>Formalizar parceria com ONG e IES para produzir o selo CONTRATO DAS ZEIS.</p>

Fonte: Autoria própria



### **3.2 Setores tradicionais na dimensão mercado**

Na dimensão mercado, do setor tradicional, foi abordada a seguinte temática: gastronomia, estética e moda/vestuário (abreviado para GE&M). O Quadro 3, apresentado a seguir, retrata o diagnóstico, as tendências, as oportunidades e as propostas (políticas públicas e mecanismos) na temática GE&M.

### Quadro 3 – Propostas - GASTRONOMIA, ESTÉTICA E MODA/VESTUÁRIO (GE&M)

Diagnóstico	Tendências	Oportunidades
<p>41% pensam em abrir negócios e destes 72% dizem ter recursos para tanto, mas só 27% têm experiências para isto.</p> <p>Os ramos de negócio em destaque na ZEIS foram: estética, mercantis e gastronomia.</p> <p>Ampla receptividade da população local relacionada à criação e ao desenvolvimento de cooperativas e associações que atuem no apoio ao desenvolvimento do comércio local.</p> <p>Maiores habilidades em atendimento e atividades manuais.</p> <p>Pessoas pretendem abrir negócios em gastronomia e moda/vestuário.</p> <p>Há clara vocação para abertura de negócios em alimentação, comércio/mercado, estética/beleza, lojas de vestuário, mas com pouca formação e visando basicamente à demanda do próprio bairro.</p>	<p>Segundo o SEBRAE (2014), o setor de Alimentação fora de Casa (AFL) representa 2,4% do PIB e 35% dos gastos com comida dos brasileiros são em AFL.</p> <p>Segundo a Toni (2018), as vendas no varejo de vestuário somaram R\$ 220 bilhões em 2017, 9% a mais do que em 2016, com 6,2 bilhões de peças (8,1% mais que no ano anterior). A alta estimada para 2018 é de 5% em volume e de 7,6% em receitas nominais.</p> <p>Para o SEBRAE (2020), apesar da desaceleração da economia nacional, o mercado de produtos e serviços de saúde e bem-estar está cada vez mais promissor. O setor de salões de beleza e clínicas de estética atingiu o número recorde de meio milhão de estabelecimentos e estima-se uma alta de 10% no faturamento até o final de 2019, com cifras ultrapassando R\$ 107 bilhões.</p>	<p>Instalação do SENAC Reference no Ceará – Espaço inovador de formação de empreendedores.</p> <p>Nova regulação do Conselho Nacional de Educação para curricularização da extensão dos cursos de graduação das IES brasileiras e, neste caso, dos cursos ligados à Gastronomia, Estética e Moda nas IES cearenses (UFC, UECE, UNIFOR, etc.) que ampliam a participação de jovens graduandos em projetos fora das IES.</p> <p>Disponibilidade de capacitação para o empreendedorismo em Instituições como SEBRAE, SENAC, SENAI e IES cearenses.</p> <p>Lançamento, pelo BNB, de uma linha do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) para atender às necessidades de investimentos de pequenos negócios no modelo do Crediamigo.</p>
Propostas		
Políticas Públicas	Mecanismos	
<p>Criação de um programa do Governo do Estado/Prefeitura de Fortaleza e Fecomércio de apoio à construção de processo de competitividade dos negócios GE&amp;M da ZEIS, fornecendo mentores e treinamentos em espaços já existentes.</p>	<p>Criação de ambiente, na área da ZEIS, de estímulo a estes negócios em parceria com SENAC Reference e com a nova escola de Gastronomia e Hotelaria, além das IES cearenses.</p> <p>Criação de aplicativo de <i>marketplace</i> de negócios GE&amp;M para acionar consumidores de fora da área da ZEIS, criando descontos de fidelização aos negócios da ZEIS.</p>	
<p><b>Ações/Responsáveis:</b></p> <p>Ação: Encontro do Conselho Gestor da ZEIS com representantes Fecomércio e SEDET para articular o programa, com ações já previstas.</p> <p>Responsáveis: Conselho Gestor, Fecomércio e SEDET.</p> <p>Ação: Implantação do Programa.</p> <p>Responsáveis: SEDET e Fecomércio.</p>	<p><b>Metodologia de implantação:</b></p> <p>Identificar espaço já existente na ZEIS adaptável ao ambiente de estímulo aos GE&amp;M.</p> <p>Fazer projeto de captação de recursos para adaptação do ambiente e plataforma digital, buscar parcerias nas IES cearenses para elaborar o projeto.</p> <p>Buscar recursos no Governo do Estado, Prefeitura de Fortaleza, ONGs, SEBRAE, SENAC, dentre outras.</p>	

Fonte: Autoria própria.

### **3.3 Setores inovadores na dimensão social**

Na dimensão social, de setores inovadores, foram abordadas três temáticas: informações sobre ocorrências de violência na comunidade, integração dos empreendimentos e gestão de resíduos sólidos. O Quadro 4, apresentado a seguir, retrata o diagnóstico, as tendências, as oportunidades e as propostas (políticas públicas e mecanismos) na temática informações sobre ocorrências de violência na comunidade. O Quadro 5 exibe os mesmos aspectos na temática integração dos empreendimentos. E o Quadro 6, na temática gestão de resíduos sólidos.

Ressalta-se que as propostas da temática de resíduos sólidos corroboram questões e aspectos pontuados também no Plano de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social.

**Quadro 4 – Propostas – Estímulos de Acesso ao Ensino Superior**

<b>Diagnóstico</b>	<b>Tendências</b>	<b>Oportunidades</b>
<p>A partir da Pesquisa de Campo, verificou-se que apenas 4,3% dos respondentes possuem ensino superior completo e 9,2% possuem ensino superior incompleto, enquanto somente 3,3% afirmaram ter pós-graduação.</p>	<p>O mercado de trabalho nos dias atuais valoriza sobremaneira a formação superior dos trabalhadores, fato que coloca os moradores da ZEIS em desvantagem perante a concorrência por vagas nesse ambiente.</p> <p>Ademais, a formação superior permite que, ao optar por abrir ou participar de um negócio próprio, as pessoas tenham melhor qualificação para dirigir seus empreendimentos.</p>	<p>Na Zona de Influência da ZEIS do Lagamar, existem sete Instituições de Ensino Superior (IES), sendo seis privadas e uma pública, no caso, a UECE.</p>
<b>Propostas</b>		
<b>Políticas Públicas</b>	<b>Mecanismos</b>	
<p><b>Descrição:</b> Criar lei de descontos que incida sobre o ISS – Imposto sobre Serviços (Municipal) das Instituições Ensino Superior (IES) situadas no entorno das ZEIS do Lagamar, cujo valor deverá ser transformado em Bolsas de Estudos, a serem oferecidas aos moradores.</p>	<p><b>Descrição:</b> Elaboração de Programa UniZEIS, o qual definiria o número de bolsas oferecidas a cada vestibular realizado pelas IES conveniadas. Estimular a participação de moradores da ZEIS no UECE VEST, curso pré-vestibular oferecido pela Universidade gratuitamente.</p>	
<p><b>Ações/Responsáveis:</b> Realizar parceria com o curso de Direito das IES para a elaboração de Projeto de Lei. Responsáveis: Conselho Gestor e representantes das IES.</p> <p>Marcar audiência com deputados e vereadores ligados às áreas e aos objetivos das ZEIS em Fortaleza e encaminhar o projeto das leis. Responsáveis: Conselho Gestor e representantes de deputados estaduais e vereadores de Fortaleza.</p>	<p><b>Metodologia de implantação:</b> Reunião do Conselho Gestor com os jovens interessados e representantes das IES a serem conveniadas.</p>	

Fonte: Autoria própria.

### Quadro 5 – Propostas – Integração dos empreendimentos

(continua)

Diagnóstico	Tendências	Oportunidades
<p>Os moradores relatam que a criação de CNPJ gera a tributação de muitos impostos e dificulta o lucro de seus pequenos comércios. Este fato leva à realização de empréstimos coletivos vinculados ao CPF de pessoas que integram os grupos do Crediamigo, com o objetivo de obter um pequeno capital de investimento para os seus negócios.</p> <p>Foi destacada ainda a falta de infraestrutura local como um dos problemas que contribui para dificuldade do acesso de clientes, não moradores da comunidade, aos seus negócios. Este fato influencia de forma negativa na divulgação dos empreendimentos, o que retarda o crescimento e a possível ascensão financeira que viabilizaria a liberação de mais créditos pelos bancos para as empresas locais, formando um ciclo de dificuldades na relação com esses bancos.</p> <p>A respeito do que a comunidade espera com o surgimento de empreendimentos locais, baseados no conceito de economia solidária, surgem os construtos “cooperativas”, “trabalho”, “ajudar” e “cursos” relacionados às características e aos benefícios relatados pelos moradores, quando falam de empreendimentos de economia solidária. Nesse contexto, os participantes destacaram a importância da criação de cooperativas que apoiassem o desenvolvimento de pequenos negócios na comunidade.</p>	<p>A troca de informações em rede poderá alavancar sobremaneira os negócios da localidade pelas informações relevantes que serão trocadas entre os atores, que passam a identificar como funciona o ecossistema de negócios locais, ao tempo que se verificam os vazios econômicos que ainda são encontrados na ZEIS, favorecendo o surgimento de novos negócios (WEGNER; KOETZ, 2016).</p> <p>Seria ainda um canal de integração dos empreendimentos locais com os fornecedores de capacitação, mão de obra e financiamento, os quais também poderiam participar da iniciativa, como deixaram claro no Workshop de Integração realizado na UECE, no dia 21.11.19 (ver na coluna de oportunidades).</p>	<p>Disponibilidade do SINE para realizar palestras com o intuito de promover a educação de moradores das ZEIS para o uso do aplicativo SINE-FÁCIL, reduzindo os custos de deslocamentos de moradores da região até as unidades do SINE em busca de emprego, já que pelo aplicativo a população pode se candidatar a vagas e acompanhar as ofertas de empregos atuais.</p> <p>Atuação de unidades móveis do SENAI com ofertas de cursos profissionalizantes na localidade de cada ZEIS.</p> <p>Disponibilidade do Crediamigo/BNB com o intuito de ampliar o número de financiamentos de pequenos negócios e promover o investimento de capital no empreendedorismo local e com isso aumentar as chances de crescimento desses empreendimentos.</p> <p>Essas oportunidades foram mapeadas na articulação entre as instituições e membros do Conselho Gestor no Workshop de Elaboração de Propostas.</p> <p>Existência na UECE, no Laboratório de Gestão de Cidade (LAGID), de grupo especializado em estudos, pesquisas e intervenções nas ZEIS (chamado LABZEIS).</p>
Propostas		
Políticas Públicas	Mecanismos	
<p><b>Descrição:</b></p> <p>Colaborar na formação de Associações de Empreendimentos localizados nas ZEIS, incentivando a iniciativa através dos Conselhos Gestores, em parceria com os principais interessados, ou seja, os proprietários de pequenos empreendimentos (formais e informais), além de facilitar a integração de instituições de capacitação e fomento de trabalho e renda.</p>	<p><b>Descrição:</b></p> <p>Elaboração de projeto de uma Associação, sem fins lucrativos, para a administração da Rede de Integração de Negócios da ZEIS e que incluísse a participação de parceiros como SEBRAE, SENAC, SENAI, SINE, BNB, Crediamigo, entre outros.</p>	

### Quadro 5 – Propostas – Integração dos empreendimentos

(conclusão)

Propostas	
Políticas Públicas	Mecanismos
<p><b>Ações/Responsáveis:</b></p> <p>Elaboração de projeto inicial para a Associação. Responsáveis: IPLANFOR/Parceiros/UECE (LAGID/LABZEIS).</p>	<p><b>Metodologia de implantação:</b></p> <p>Reunião do Conselho Gestor com os empreendedores interessados e parceiros: IPLANFOR, SEBRAE, SENAC, BNB/Crediamigo, UECE (LAGID/LABZEIS), entre outros, para elaboração de um projeto integrado. Assessoria para criação de modelo de gestão, regimentos e legalização (Conselho Gestor e apoio de ONGs e IES). Curso de Capacitação.</p>

Fonte: Autoria própria.

### Quadro 6 – Propostas – Gestão de resíduos sólidos

(continua)

Diagnóstico	Tendências	Oportunidades
<p>A coleta de lixo é parcial, apresentando os três modais de coleta da prefeitura: porta a porta; PEVs (Ecopontos) e Coleta Especial Urbana (CEU).</p> <p>Catadores de resíduos trabalham por conta própria.</p> <p>A comunidade demandou a criação de pequenos negócios e cooperativas que atuem na cadeia produtiva de resíduos sólidos.</p>	<p>A tendência é quintuplicar a quantidade de lixo se forem mantidos os padrões atuais de consumo.</p> <p>Por isto, os países estão voltando sua atenção para o processo de reciclagem, significando economizar energia, poupar recursos naturais e trazer de volta ao ciclo produtivo o que é jogado fora.</p> <p>Mais que uma tendência, o investimento no protagonismo, sensibilização e conscientização dos cidadãos é uma necessidade. Gerando uma nova e eficiente forma de gerenciar os resíduos sólidos urbanos, deve atender simultaneamente aos critérios de relevância social, prudência ecológica e viabilidade econômica, os três pilares do desenvolvimento sustentável das cidades, não se desprezando, por óbvio, as dimensões cultural, espacial, psicológica, política nacional e internacional.</p> <p>A implantação de uma nova sistemática de coleta e destinação final dos resíduos sólidos poderá trazer inúmeros benefícios à comunidade, como geração de trabalho e renda, implantação de novos negócios relacionados com os resíduos, limpeza dos ambientes, eliminação de focos de diversas doenças e diminuição dos gastos com a saúde pública (BRASIL; SANTOS, 2004; HAMMES, 2004; MOREJON <i>et al.</i>, 2011; SACHS, 2009).</p> <p>Segundo o 1º Anuário da Reciclagem, que compilou dados do período entre 2017 e 2018, realizado pela Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis, a ANCAT, entre 2017 e 2018 foram gerados 70 milhões de reais em valores com o negócio de reciclagem no Brasil, com a participação de cerca de 800 mil a 1 milhão de catadores.</p>	<p>A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), também conhecida como Lei nº 12.305/10, e a Lei Nº 10.340, de 28 de abril de 2015 definem o que pode e deve ser feito no âmbito de resíduos sólidos, respectivamente em nível federal e municipal, tratando, inclusive, de responsabilidade compartilhada na gestão de resíduos sólidos.</p> <p>O Ministério do Meio Ambiente (MMA) lançou o Mapa de Financiamento para Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos. Trata-se de mais uma ação do Programa Lixão Zero, que integra a Agenda Nacional de Qualidade Ambiental Urbana, uma das prioridades do ministério.</p> <p>Disponibilidade de recursos para financiamento de cooperativa de geração de trabalho e renda urbana pelo BNB (PROGER-COOPERFAT).</p>

### Quadro 6 – Propostas – Gestão de resíduos sólidos

(conclusão)

Propostas	
Políticas Públicas	Mecanismos
<p><b>Descrição:</b> Programa de resíduos sólidos na ZEIS, estabelecendo ações que levem em conta os seguintes aspectos: i) relacionamento com a comunidade para definir novas metodologias de coleta seletiva, descarte e aproveitamento de resíduos; ii) qualificação do trabalho dos catadores de resíduos sólidos atuantes na ZEIS; iii) estímulo à criação de associações e utilização de bancos e instituições de fomento, que favoreçam à comunidade; iv) aproveitamento de resíduos sólidos, com geração de trabalhos e renda.</p>	<p><b>Descrição:</b> Cursos de formação em reciclagem e gestão de resíduos (<b>APÊNDICE A</b>).</p> <p>Criação e/ou melhoramento em cooperativas de catadores e uso de plataformas digitais de entrega de resíduos e cooperação.</p> <p>Instalação de Associação/Cooperativas para implantação e operação de biodigestores e geradores de energia e gás.</p>
<p><b>Ações/Responsáveis:</b> Ação: Elaboração de projeto para cada um dos aspectos elencados. Responsável: IPLANFOR.</p> <p>Discussão das bases contando com contribuição de possíveis parceiros para cada um dos projetos. Responsável: IPLANFOR.</p> <p>Elaboração de projetos de Lei. Responsáveis: IPLANFOR/Assessoria da Câmara Municipal.</p>	<p><b>Metodologia de implantação:</b> Reunião do Conselho Gestor com os interessados da comunidade, IPLANFOR, BNB/Crediamigo, SEBRAE, SENAC e outros possíveis parceiros para elaboração de um projeto integrado.</p> <p>Assessoria para elaboração de modelos de gestão de resíduos sólidos, regimentos e legalização (Conselho Gestor, IPLANFOR e IES).</p> <p>Cursos de capacitação de pessoas da comunidade que possam se envolver nos processos de gestão de resíduos sólidos (parcerias com IPLANFOR, BNB/Crediamigo, SEBRAE, SENAC e outros).</p> <p>Identificação de espaço para os empreendimentos que se fizerem necessários. Responsáveis: Conselho Gestor, IPLANFOR.</p>

Fonte: Autoria própria.



### 3.4 Setores inovadores na dimensão mercado

Na dimensão mercado dos setores inovadores foram abordadas três temáticas. A descrição das propostas (políticas públicas e mecanismos) estão pautadas, a saber, no diagnóstico, nas tendências e nas oportunidades relacionadas à temática do setor. O Quadro 7 apresenta as propostas na temática empreendimentos de economia solidária (compartilhada); o Quadro 8, na temática empreendedorismo e inovação; e o Quadro 9, na temática financiamento e dívidas – *fintechs* e bancos comunitários.

Ao final, são exibidos dois quadros de resumo das propostas apresentadas nas quatro seções. O Quadro 10 apresenta o resumo dos mecanismos e o Quadro 11, o resumo das políticas públicas indicadas.

### Quadro 7 – Propostas – Empreendimentos de economia solidária (compartilhada)

Diagnóstico	Tendências	Oportunidades
<p>Há presença de apenas dois empreendimentos locais de economia solidária, porém com importante influência social e econômica para os moradores locais. Destaca-se que o Plano de Participação Comunitária e Desenvolvimento Social discorre, com mais detalhes, sobre tais empreendimentos.</p> <p>Ampla receptividade da população local relacionada à criação e ao desenvolvimento de cooperativas e associações que atuem no apoio ao desenvolvimento do comércio local e na criação de novas oportunidades de negócios, com foco na profissionalização e geração de renda para os jovens da comunidade.</p>	<p>Tendência mundial para o fortalecimento dessa “nova economia”, que é baseada em premissas constituintes mercadológicas e não mercadológicas, ampliando as suas fronteiras para compreender modelos e iniciativas que se estabelecem dentro do próprio mercado. Similarmente, práticas particulares compreendidas pela economia do compartilhamento também suscitam um olhar teórico diferenciado da natureza das relações e valores humanos (LITTLEWOOD; HOLT, 2018).</p>	<p>Possibilidade de realização de parcerias com as unidades do sistema S (SENAI, SENAC, SEBRAE) e o Banco do Nordeste (BNB) em busca de apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento dos negócios locais.</p> <p>Projeto de Apoio ao Desenvolvimento Territorial Solidário - ADTS – a iniciativa é desenvolvida pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento Econômico (SDE).</p> <p>Lançamento, pelo BNB, de uma linha do FNE para atender às necessidades de investimentos de pequenos negócios no modelo do Crediamigo.</p>
Propostas		
Políticas Públicas	Mecanismos	
<p><b>Descrição:</b> Criação de um “Fundo Garantidor de Crédito”, em parceria da Prefeitura de Fortaleza com instituições públicas e privadas, para facilitar o acesso dos empreendimentos solidários a recursos financeiros do FNE/Crediamigo.</p>	<p><b>Descrição:</b> Cursos de Formação de Empreendimentos Solidários (APÊNDICE A).</p>	
<p><b>Ações/Responsáveis:</b> Elaboração de projeto de criação de um “Fundo Garantidor de Crédito”. Responsável: IPLANFOR. Discussão das bases de contribuição dos parceiros. Responsável: IPLANFOR/BNB. Elaboração de projeto de Lei. Responsáveis: IPLANFOR/Assessoria da Câmara Municipal.</p>	<p><b>Metodologia de implantação:</b> Reunião do Conselho Gestor com os interessados e parceiros (IPLANFOR, SEBRAE, SENAC, BNB/Crediamigo), para elaboração de um projeto integrado. Assessoria para criação de modelo de gestão, regimentos e legalização (Conselho Gestor e apoio de IES). Curso de Capacitação, através de parceria com a UECE e demais instituições da área como órgãos públicos, SENAC, SENAI, BNB, dentre outras. Identificação de espaços de convivência e interação para os empreendimentos solidários. Elaboração do Projeto para BNB/Crediamigo.</p>	

Fonte: Autoria própria.

**Quadro 8 – Propostas – Empreendedorismo e inovação**

Diagnóstico	Tendências	Oportunidades
<p>41% dos respondentes do questionário aplicado na ZEIS pensam em abrir negócios e destes 72% dizem ter recursos para tanto, mas somente 27% mencionam ter experiência na área.</p> <p>Aproximadamente 38% dos respondentes do questionário nem trabalham, nem estudam.</p> <p>As principais habilidades reconhecidas pelas pessoas das ZEIS foram habilidades manuais de atendimento.</p> <p>As faixas etárias mais jovens apresentaram uma orientação empreendedora acima da média, principalmente entre 26 a 47 anos.</p> <p>Os participantes reafirmam a necessidade de ampliar a oferta de formação para os jovens de áreas periféricas, uma vez que não podem locomover-se para equipamentos distantes, por questões de segurança, e nem financiar cursos de capacitação, por questões de renda.</p>	<p>Nonaka, Toyama e Konno (2000) e Schaeffer e Eriksson (2014) encontraram a base da inovação em criação dinâmica de conhecimento através de interações dentro de um indivíduo, mas também entre indivíduos e seu ambiente. Eles apresentaram o conceito de espaço/local compartilhado que serviu de base para o conhecimento individual e coletivo.</p> <p>Estudo divulgado pela Agência Brasil (2019) mostrou que o Brasil conta com 363 incubadoras de negócios inovadores e 57 aceleradoras. O Mapeamento dos Mecanismos de Geração de Empreendimentos Inovadores também estima que, em 2017, as 3.694 empresas incubadas no Brasil foram responsáveis pela geração de 14.457 postos de trabalho e faturaram conjuntamente R\$ 551 milhões.</p>	<p>Governo do Estado conduz relevante programa de surgimento de startups no Ceará, denominado Corredores Digitais, ligado à SECITECE.</p> <p>O Governo do Estado implantou um espaço de inovação, um <i>incubawork</i>, denominado CriarCE.</p> <p>A Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) implantou um programa de formação de startups denominado CENTELHA.</p>
Propostas		
Políticas Públicas	Mecanismos	
<p><b>Descrição:</b> Criação de três programas de geração de startups na ZEIS:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Programa Corredores Digitais ZEIS.</li> <li>- CriarCE ZEIS, <i>Incubawork</i> e mentorias.</li> <li>- CENTELHA ZEIS.</li> </ul>	<p><b>Descrição:</b> Criação de espaço de estímulo à inovação na ZEIS em parceria com SECITECE, SEDET, SEBRAE, SENAC e SENAI.</p> <p>Oferta de circuito de cursos, treinamentos, incubação, aceleração, mentoria e busca de investidores e captação de recursos para startups.</p>	
<p><b>Ações/Responsáveis:</b> Reunião do Conselho Gestor da ZEIS com a SECITECE e FUNCAP. Responsável: Conselho Gestor. Elaboração do projeto com técnicos da SECITECE e FUNCAP e Inclusão de legislação específica do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP) para estes programas com a ZEIS. Responsáveis: Conselho Gestor, SECITECE e FUNCAP. Implantação do projeto pela SECITECE e FUNCAP e acompanhamento do Conselho Gestor da ZEIS. Responsáveis: SECITECE, FUNCAP e Conselho Gestor.</p>	<p><b>Metodologia de implantação:</b> Identificação de espaço já existente que poderia ser transformado no espaço para estímulo à inovação na ZEIS. Por conta da sua transversalidade na inovação, elaborar no ambiente cursos de programação e empreendedorismo e inovação, oficinas de design thinking e outras técnicas de identificação e estímulo às ideias inovadoras de startups. Construir conexão do ambiente com os programas Corredores Digitais, CriarCE e CENTELHA do Governo do Estado.</p>	

Fonte: Autoria própria.

**Quadro 9 – Propostas – Financiamento e dívidas – *Fintechs* e bancos comunitários**

Diagnóstico	Tendências	Oportunidades
<p>37,5% dos respondentes da ZEIS possuem dívidas no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) ou Serasa. Quando analisadas as duas categorias de dívida conjuntamente, 51% indicaram possuir dívidas formais ou informais; duas vezes maior do que o endividamento do consumidor brasileiro.</p> <p>Os moradores relatam que a criação de CNPJ gera a tributação de muitos impostos e dificulta o lucro de seus pequenos comércios. Este fato leva à realização de empréstimos coletivos vinculados ao CPF de pessoas que integram os grupos do Crediamigo, com o objetivo de obter um pequeno capital de investimento para os seus negócios. Essa ação, muitas vezes, gera dívidas.</p> <p>Foi destacada ainda a falta de infraestrutura local como um dos problemas que contribuem para dificuldade do acesso de clientes, não moradores da comunidade, aos seus negócios. Este fato influencia de forma negativa na divulgação dos empreendimentos, o que retarda o crescimento e a possível ascensão financeira que viabilizaria a liberação de mais créditos pelos bancos para as empresas locais, formando um ciclo de dificuldades na relação com esses bancos.</p>	<p>O hiato de financiamento das micro, pequenas e médias empresas tem sido reportado e debatido nos últimos anos como um problema a ser endereçado pelos governos nas economias desenvolvidas e emergentes (IFC, 2018; OECD, 2018; WEF, 2015). A demanda não atendida mensurada pela <i>International Finance Corporation</i> (IFC), do Grupo Banco Mundial, chegava a 5,2 trilhões de dólares nas economias em desenvolvimento, em 2017 (IFC, 2017, p. IX).</p> <p>Parte relevante das <i>fintechs</i> passa a perseguir objetivos sociais de inclusão financeira (OLIVEIRA, 2018; SIQUEIRA; DINIZ; ALBINO, 2018; SOKI, 2019).</p>	<p>A partir de 2013, com a Lei 12.865, houve a regulamentação dos novos arranjos institucionais, possibilitando a criação de contas de pagamentos, dentre outras modificações no sistema de pagamentos brasileiro.</p> <p>Em 26 de abril de 2018, foi expedida a Resolução nº 4.656, do Banco Central do Brasil, dispondo sobre as sociedades de crédito direto e a sociedade de empréstimo entre pessoas e disciplinando a realização de operações de empréstimo e financiamento entre pessoas por meio de plataforma digital, modelos jurídicos para as startups do ramo financeiro.</p>
Propostas		
Políticas Públicas	Mecanismos	
<p><b>Descrição:</b> Inclusão de linhas estratégicas de apoio a <i>fintechs</i> sociais com atuação em ZEIS nos editais de subvenção da FUNCAP, BNB e outros.</p>	<p><b>Descrição:</b> Estímulo à criação de <i>fintechs</i> de inclusão financeira na ZEIS (educação financeira, microcrédito, créditos diretos para consumo).</p>	
<p><b>Ações/Responsáveis:</b> Proposta da inclusão na FUNCAP, BNB e outras instituições de fomento a startups pelo Conselho Gestor da ZEIS. Responsável: Conselho Gestor.</p>	<p><b>Metodologia de implantação:</b> Parceria com Corredores Digitais e CriarCE para estímulo às <i>fintechs</i> de inclusão financeira.</p>	

Fonte: Autoria própria.

**Quadro 10 – Resumo das propostas de mecanismos para GTR**

	<b>Setores Tradicionais</b>	<b>Setores Inovadores/Emergentes</b>
<b>Caráter Social</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Negócio Social – Cooperativa de profissionais (bares, restaurantes e costureiras)</li> <li>• Selo: CONTRATO DA ZEIS</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Rede de Integração de Negócios</li> <li>• Criação de novas e/ou melhoria de cooperativas de catadores com uso de plataformas digitais e técnicas de Gestão</li> </ul>
<b>Caráter de Mercado</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação de empreendimentos de GE&amp;M, em parceria com SENAC <i>Reference</i> e a Nova Escola de Gastronomia e Hotelaria</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estímulo a Empreendimentos Solidários (Metodologia – <b>APÊNDICE A</b>)</li> <li>• Estímulo a Empreendimentos Inovativos (Metodologia – <b>APÊNDICE A</b>)</li> <li>• Criação de <i>Fintech</i></li> </ul>

Fonte: Autoria própria.

**Quadro 11 – Resumo das propostas de políticas públicas para GTR**

	<b>Setores Tradicionais</b>	<b>Setores Inovadores/Emergentes</b>
<b>Caráter Social</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Leis Estaduais e Municipais de incentivo à redução de tributos para empresas que contratam pessoal que mora na ZEIS.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fundo Garantidor de Crédito para Negócios Solidários Inovadores de Caráter Social.</li> </ul>
<b>Caráter de Mercado</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programa do Gov. Estado/Prefeitura de Fortaleza e Fecomércio para apoio aos negócios GE&amp;M da ZEIS.</li> <li>• Criação de Aplicativo de <i>Marketplace</i> e Delivery para os negócios GE&amp;M.</li> <li>• Fundo Garantidor de Crédito para Negócios Solidários Tradicionais e de Mercado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cursos de Empreendimentos Solidários.</li> <li>• Programas Estaduais de estímulos a startups com versão ZEIS.</li> <li>• Criação de espaço de estímulo a startups – cursos, mentorias, incubação, entre outras atividades.</li> <li>• Inclusão de linha de apoio à <i>Fintechs</i> Sociais, com atuação em ZEIS, nos editais de subvenção do BNB e FUNCAP.</li> <li>• Fundo Garantidor de Crédito para Negócios Solidários Inovadores e de Mercado.</li> </ul>

Fonte: Autoria própria.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As propostas aqui desenhadas se concentram em aspectos mais relevantes daquilo que foi possível levantar neste caderno de GTR. É importante ressaltar que a construção das propostas derivou das metodologias aplicadas no diagnóstico. Tais metodologias tiveram cunho integrativo e participativo, assim se garantiu a identificação daquilo que os sujeitos moradores das ZEIS consideravam mais relevantes e necessários no que tange à área do caderno.

Percebe-se que, para a ZEIS Lagamar, as propostas se concentram em conectar o território com a economia que se apresenta fora deste, principalmente com o restante de Fortaleza, tendo um foco maior na geração de trabalho e renda pelo empreendedorismo e pelas ações solidárias e cooperativas, sem esquecer a formação e a especialização da renda advinda pelo emprego. Percebe-se, ainda, que estas propostas terão que ter o apoio do Conselho Gestor da ZEIS e de parceiros institucionais do porte do SEBRAE, SENAC, SENAI, SINE, FIEC, IES, ONGs, BNB, entre outros.

Deve-se deixar claro que as propostas de GTR aqui apresentadas não se esgotam nelas mesmas como mecanismos dinâmicos neste processo. Elas, além dos objetivos primeiros, possuem um impacto maior na reestruturação da forma como a comunidade se coloca social, política e economicamente em relação ao restante da cidade de Fortaleza e ao resto do país e do mundo, conectando-se com esses ambientes num esforço conjunto e cooperativo de elevar o fluxo de renda para o território da ZEIS. Dessa forma, as propostas aqui apresentadas integram e se espelham também nos demais cadernos que compõem o Plano Integrado de Regularização Fundiária, principalmente os cadernos de Participação Comunitária e Urbanístico.

Nesta direção, este trabalho deixa um legado para além das propostas apresentadas, com mecanismos que poderão ajudar as referidas propostas, ao Conselho Gestor e a toda comunidade envolvida:

- a) Metodologia de Capacitação Empreendedora (**APÊNDICE A**).
- b) Plataforma de Projetos Compartilhados – Voz da ZEIS (**APÊNDICE B**).
- c) Modelos de Aproveitamento de Resíduos Sólidos que poderão ser desenvolvidos (**APÊNDICE C**).

Ademais, é importante reforçar que as propostas para serem implementadas necessitam de planos de ação. Estes devem ser traçados em conjunto com as entidades envolvidas e com os moradores da ZEIS Lagamar, detalhando a iniciativa por meio de prazos, cronograma e metas. A equipe da UECE, responsável pela elaboração dos documentos de diagnóstico e proposta, manifesta-se como possível parceira para a realização dessas ações.



## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Mapeamento mostra que Brasil tem 363 incubadoras e 57 aceleradoras. **Isto é Dinheiro**, 12 ago. 2019. Geral. Disponível em: <<https://www.istoedinheiro.com.br/mapeamento-mostra-que-brasil-tem-363-incubadoras-e-57-aceleradoras/>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

BRASIL, A. M.; SANTOS, F. **Equilíbrio ambiental e resíduos na sociedade moderna**. São Paulo: Faarte Editora Ambiental, 2004.

CHEN, G.; WANG, Z.; SUN, Y.; LIU, W.; LI, X.; QU, H.; SU, Q.; ZHANG, X.; WANG, J. Historical Review, Current Situation and Trend of Scenario Analysis Theory at Home and Abroad, **Semantic Scholar**, [s. v.], [s. n.], 2019.

CHEREPOVITSYN, A. E.; ILINOVA, A. A. Methods and tools of scenario planning in areas of natural resources management. **European Research Studies Journal**, v. 21, n. 1, 2018, 434-446.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor** (Peic), Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Maio, 2019.

EUROMONITOR. Euromonitor International, 2020. Disponível em: <<https://www.euromonitor.com/>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

GAO, L.; BRYAN, B. A.; NOLAN, M.; CONNOR, J. D.; SONG, X.; ZHAO, G. Robust global sensitivity analysis under deep uncertainty via scenario analysis. **Environmental modelling & software**, v. 76, p. 154-166, 2016.

HAMMES, V. S. **JULGAR – Percepção do Impacto Ambiental**. (Educação Ambiental para o Desenvolvimento Sustentável), vol. 4. Embrapa; São Paulo: Globo, 2004.

INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION (IFC). **Creating Markets**. Annual Report, 2017.

LITTLEWOOD, D.C.; HOLT, D. How social enterprises can contribute to the Sustainable Development Goals (SDGs) – A conceptual framework. In: APOSTOLOPOULOS, N.; AL-DAJANI, H.; HOLT, D.; JONES, P.; NEWBERY, R. (eds.). **Entrepreneurship and the Sustainable Development Goals. Contemporary Issues in Entrepreneurship Research**. Emerald, 8 ed., 2018, pp. 33-46.

MITCHELL, A.; MADILL, J.; CHREIM, S. Social enterprise dualities: implications for social marketing. **Journal of Social Marketing**, v. 6, n. 2, 2016.

MOREJON, C. F. M.; LIMA, J. F.; ROCHA, W. F.; POSSA, R. D. Proposta de Novo Modelo de Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos. In: International Workshop Advances in Cleaner Productions, 3, São Paulo, 2011. **Anais [...]** São Paulo, 2011. Disponível em: <[http://www.advancesincleanerproduction.net/third/files/sessoes/5B/6/Morejon\\_CFM%20-%20Paper%20-%205B6.pdf](http://www.advancesincleanerproduction.net/third/files/sessoes/5B/6/Morejon_CFM%20-%20Paper%20-%205B6.pdf)>. Acesso em: 20 fev. 2020.

NONAKA, I.; TOYAMA, R.; KONNO, N. SECI, Ba and leadership: a unified model of dynamic knowledge creation. **Long range planning**, v. 33, n. 1, p. 5-34, 2000.

OETTERER, M.; SAVAY-DA-SILVA, L. K.; GALVÃO, J. A. Tecnologias emergentes prolongam características do pescado in natura. **Visão agrícola**, v. 8, n. 11, p. 142-144, 2012.

OLIVEIRA, D. S. C. **Fintechs e inclusão financeira: o caso da implementação de uma plataforma digital de pagamentos em favelas do Rio de Janeiro e São Paulo**. 2018. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – Fundação Getúlio Vargas (FGV) – EASP, São Paulo, 2018. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/23940/180313DissertaçãoDSCovffsent.pdf?sequence=3&isAllowed=y>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT (OECD). **Entrepreneurship at a Glance**, 2017.

PANSERA, M.; MARTINEZ, F. Innovation for development and poverty reduction: an integrative literature review. **Journal of Management Development**, v. 36, n. 1, 2017 pp. 2-13.

PATEL, S.; MEHTA, K. Life's principles as a framework for designing successful social enterprises. **Journal of Social Entrepreneurship**, v. 2, n. 2, p. 218-230, 2011.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SANTOS, M. D. M.; COELHO, G. M.; SANTOS, D. M. D.; FELLOWS FILHO, L. Prospecção de tecnologias de futuro: métodos, técnicas e abordagens. **Parcerias estratégicas**, v. 9, n. 19, p. 189-230, 2010.

SEBRAE. **Gostar de cozinhar não é o bastante para empreender em gastronomia**. Recife: SEBRAE, 2014. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/PE/Anexos/Perfil-de-negócios-Gastronomia.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

SCHAEFFER, J. A.; ERIKSSON, Y. **Spaces for innovation**. School of Innovation, Design and Engineering, Mälardalen University, 2014.

SIQUEIRA, E.; DINIZ, E.; ALBINO, R. Fintech social: definição, categorização e ilustrações empíricas - Social fintech: definition, categorization and empirical illustration. **Association for information systems library**, 2018.

SOKI, E. A. **Mercado de crédito para MPES: falhas e fintechs**. 2019. Dissertação (Mestrado em Governança e Desenvolvimento) – Programa de Mestrado Profissional em Governança e Desenvolvimento, Escola Nacional de Administração Pública, Distrito Federal, Brasília, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4818/1/Dissertação%20-%20Erika%20Soki%20-%20versão%20final.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

TONI, G. Mercado de moda deve crescer 3,1% ao ano até 2021. **FIESP**, 23 maio 2018. Notícias. Disponível em: <<https://www.fiesp.com.br/noticias/mercado-de-moda-deve-crescer-31-ao-ano-ate-2021/>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2014.

WAKKA, W. Brasil é o segundo mercado de apps que mais cresce no mundo. **Canaltech**, 16 maio de 2019. Apps. Disponível em: <<https://canaltech.com.br/apps/brasil-e-o-segundo-mercado-de-apps-que-mais-cresce-no-mundo-139241/>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

WEGNER, D.; KOETZ, C. The influence of network governance mechanisms on the performance of small firms. **International Journal of Entrepreneurship and Small Business**, v. 27, n. 4, p. 463-479, 2016.

WORLD ECONOMIC FORUM (WEF). **The Future of FinTech: A Paradigm Shift in Small Business Finance - Reports - World Economic Forum**. 2015. Disponível em: <<http://reports.weforum.org/the-future-of-fintech-a-paradigm-shift-in-small-businessfinance-info/>>. Acesso em: 20 fev. 2020.

## GLOSSÁRIO

### A

**Aceleradoras:** empresas cujo objetivo é apoiar e investir no desenvolvimento e crescimento de startups.

**Análise de cenários:** estudo do ambiente externo.

### C

**Cartografia:** descrição sobre mapas.

**Cooperativas:** organização constituída por membros de determinado grupo econômico ou social que objetiva desempenhar, em benefício comum, determinada atividade.

**Coworking:** modelo de trabalho que se baseia no compartilhamento de espaço e recursos.

### D

**Design thinking:** abordagem utilizada para organizar o processo criativo e gerar soluções eficientes.

**Diagnóstico:** processo de análise que busca a compreensão de um fenômeno.

### E

**Economia solidária:** conjunto de atividades econômicas organizadas sob a forma de autogestão.

### F

**Fintech:** empresas que trabalham para inovar e otimizar serviços do sistema financeiro.

### G

**Grupo focal:** forma de coletar informações a partir de uma discussão em grupo.

### I

**Inovação disruptiva:** produto ou serviço que cria um novo mercado e desestabiliza os concorrentes que antes o dominavam.

**Inovação frugal:** inovação com base no processo de redução de custos e recursos não essenciais.

**Inovação social:** novas estratégias, conceitos e organizações que atendem a necessidades sociais de todos tipos.

### M

**Metodologia:** estudo dos caminhos para se chegar a um determinado fim.

**Monetização:** processo de converter algo em dinheiro.

### P

**Plataforma digital:** modelos de negócios baseados em tecnologia.

**S**

**Startup:** empresas inovadoras em cenários de incerteza.

**Survey:** levantamento estatístico de uma amostra particular da opinião pública.

**Sustentabilidade:** capacidade de sustentação ou conservação de um processo ou empresa.

**W**

**Workshop:** evento que reúne especialistas para discussões e exposições temáticas.

**Z**

**Zona de influência econômica:** bairros que compõem a ZEIS ou são adjacentes à poligonal.

## APÊNDICE A - METODOLOGIA DE CAPACITAÇÃO EMPREENDEDORA

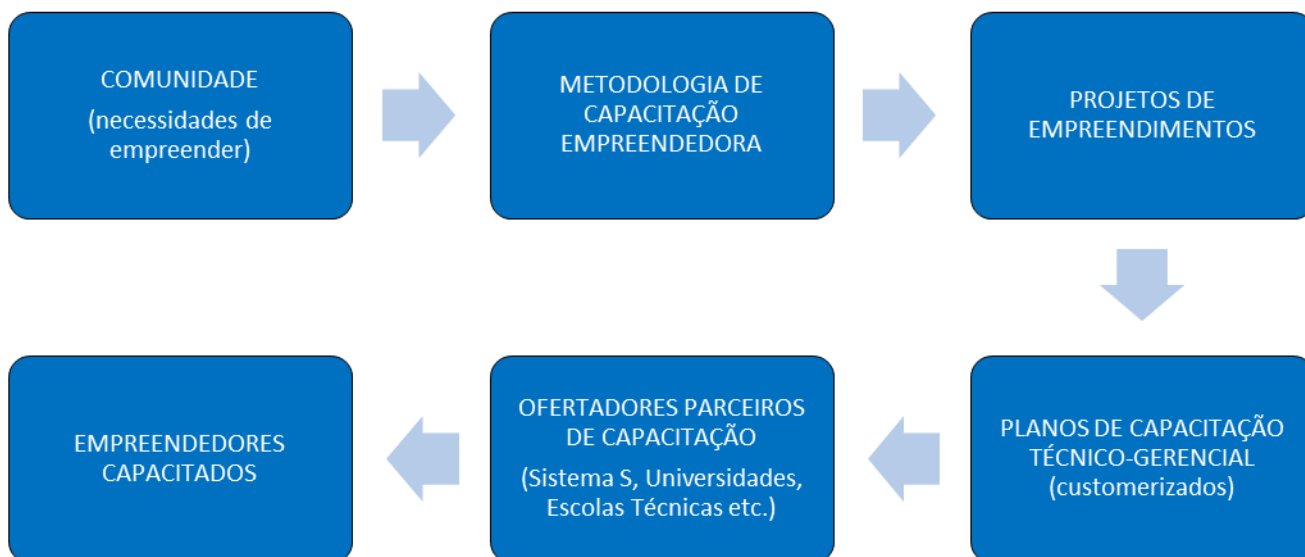
Segue proposta de inovação dos empreendimentos de economia solidária, acrescentando como metodologia, para identificar os ramos de atividades desses negócios, um Curso de Capacitação de Empreendedores em Economia Solidária, a ser realizado utilizando-se de um método já testado, que detém conteúdo diferenciado dos cursos de empreendedores oferecidos comumente por diversos órgãos. Ressalta-se que a seguinte metodologia se trata de uma proposta fornecida para ser aplicada na ZEIS e que elementos como prazos, metas e indicadores devem ser estabelecidos em um plano de ação a ser discutido em conjunto com a ZEIS, Prefeitura de Fortaleza e instituição parceira a realizar os cursos. A equipe da UECE se posiciona como uma possível parceira na execução das propostas.

Antes de descrever a Proposta de Capacitação, faz-se necessário compreender que essa metodologia tem como objetivo fazer com que os potenciais empreendedores que dela participem tenham noção dos seus próprios desejos e necessidades, entendam como sua atuação se dará no mundo do trabalho formal, pesquisem como as suas ideias se viabilizam no mercado de consumidores, na logística de fornecedores, entre outros importantes aspectos, para finalmente concluírem sobre os empreendimentos a serem formados, definindo-se ramo de negócio, mercado-alvo e recursos humanos, financeiros, logísticos e tecnológicos necessários para o seu funcionamento e viabilidade econômica e financeira.

Mais importante ainda é ter, no final da aplicação da metodologia, a exata noção de quais conhecimentos precisam ser adquiridos para a sua atuação, seja como técnico, seja como gestor, traçando, aí, sim, um Plano Individual de Capacitação, que se transformará em cursos, visitas técnicas de *benchmarking*, contatos com potenciais clientes e fornecedores, entre outros eventos.

Depois disso, as oportunidades de efetivação desses eventos de capacitação seriam buscadas entre os fornecedores já existentes no mercado, como o Sistema S, Institutos Técnicos e Universidades, além de se incluírem entre esses fornecedores empresas e especialistas que possam ser contatados na procura de conhecimento sobre experiências exitosas.

Assim, a Metodologia de Capacitação Empreendedora segue a lógica estabelecida na Figura 1, apresentada abaixo:

**Figura 1** – Visão Sistêmica da Metodologia de Capacitação Empreendedora

Fonte: Autoria própria.

## PROPOSTA DA CAPACITAÇÃO

### I. TIPO DE CAPACITAÇÃO

Formação de empreendedores e constituição de pequenas empresas, cooperativas ou associações.

### II. RESUMO

O programa de capacitação tem como objetivo a formação de empreendedores, bem como a criação de pequenas empresas, cooperativas ou associações, formadas por eles mesmos ou em parcerias com empresas já existentes — através de *joint ventures*<sup>17</sup> ou de outro tipo de aliança — as quais terão como objetivo empresarial atividades produtivas potenciais que venham a contribuir para o desenvolvimento sustentável da comunidade, representando uma efetiva inserção dos participantes no mercado de trabalho, por se tratar de oportunidades de negócios latentes e inexploradas em seus locais.

### III. JUSTIFICATIVA

A proposta aqui esboçada tem como cerne os preceitos contidos na Agenda 21, da Organização das Nações Unidas, que concretiza uma nova forma de desenvolver o mundo a partir do conceito de Desenvolvimento Sustentável, observando os seguintes princípios:

<sup>17</sup> Modelo estratégico de parceria comercial por meio de um acordo entre duas ou mais empresas, visando a uma simples colaboração até a fusão da sociedade.

- a) exploração dos recursos: respeitar a capacidade de renovação dos recursos renováveis e reduzir o desperdício de recursos não renováveis;
- b) desenvolvimento tecnológico: promover tecnologias que reduzam danos ambientais;
- c) mudança institucional: ampliar os espaços da cidadania, os quais exigem a manutenção de regimes democráticos e aperfeiçoamento das instituições;
- d) direção dos investimentos: criar mecanismos financeiros para implantação deste novo desenvolvimento.

Esse contexto, que justifica a proposta, estará reforçado por três aspectos que foram levados em consideração nesta idealização: a preocupação com o desenvolvimento local, garantindo que o efeito do processo seja absorvido pelo contexto em que se realiza; a pretensão de mostrar novos caminhos para o problema da geração de trabalho e renda, recusando-se a seguir os rumos já tradicionais e decadentes, embora de aparência mais fácil; e, finalmente, também saindo da linha usual, a construção de um caminho com princípio, meio e fim, capaz de se poder comparar a situação encontrada e a situação resultante do processo, permitindo medir a sua efetividade.

Com efeito, este programa de capacitação parte do princípio de que será possível fazer os seus participantes visualizarem novas profissões a partir do seu próprio ambiente, abrindo um leque de oportunidades para que eles possam situar suas competências individuais, a serem descobertas durante o processo. Ademais, permite que eles possam montar projetos de viabilidade econômico-financeira, em atividades produtivas, garantindo a sua participação em empreendimentos a serem criados, observando as oportunidades detectadas no local, que deverão ser pesquisadas pelos participantes do programa.

Vale ressaltar que esses empreendimentos, como se contempla no programa, poderão ser criados a partir da iniciativa própria dos jovens empreendedores, formando pequenas empresas, cooperativas ou associações, ou, ainda, serem viabilizados a partir de alianças empresariais com a iniciativa privada da cidade ou do estado - principalmente indústrias que tenham necessidades de produtos e serviços a serem identificados - ou, em outra via, com o poder público municipal que precise contratar serviços.

Como a ênfase no desenvolvimento sustentável ganha corpo em todo o mundo, já se nota uma grande preocupação das principais agências de financiamento internacionais (Banco Mundial, BID etc.) e nacionais (BNDES, BNB etc.) em criar programas especiais para incentivar os seus clientes a adotar esses cuidados, seja para o



próprio processo produtivo, seja para o seu entorno ambiental, o que, neste caso, se resolveria pela contratação de terceiros especialistas. Portanto, os projetos elaborados durante o programa de capacitação mostrarão os melhores caminhos a serem escolhidos, dentre as opções que surgirem durante o processo.

Nesse tocante, é importante que a instituição/organização que venha a promover a capacitação aqui proposta se comprometa a desenvolver gestões com as empresas privadas, o poder público e as fontes de financiamento, com o fito de garantir que, ao final do programa, possam visualizar esses caminhos, propiciando-se condições para a sustentabilidade do processo.

Dessa forma, o programa de capacitação aqui proposto parte de uma nova visão de mundo, mostrando ao participante a cidadania a ser perseguida, colocando-o diante de novos caminhos para que ele possa se inserir, como homem e trabalhador, nessa era emergente.

#### IV. OBJETIVOS

- a) Capacitar pessoas para o aproveitamento de oportunidades de negócios em suas comunidades.
- b) Desenvolver nas pessoas a consciência ambiental e os conceitos de cidadania como fator contributivo preponderante para seu desenvolvimento pessoal.
- c) Contribuir para a preservação de microecossistemas e para o desenvolvimento sustentável das localidades.
- d) Mapear as oportunidades de negócios que, preservando o meio ambiente, representem uma ampliação de possibilidades de atuação econômica para os indivíduos.

#### V. PÚBLICO ALVO

Moradores das ZEIS que tenham como sonho tornar-se empreendedores e criar empresas em suas próprias comunidades.

#### VI. PROPOSTA PEDAGÓGICA

O Programa está formatado em 2 módulos que serão descritos a seguir:

#### MÓDULO — BÁSICO

Objetivo Geral:

Desenvolver as capacidades básicas indispensáveis à capacitação profissional a partir de quatro áreas-chave, cada uma com objetivo e conteúdos específicos.

### 1. "EU" COMO PONTO DE PARTIDA

Objetivo: ajudar a pessoa a se conhecer melhor e a conduzir de forma mais consciente e autônoma o seu processo de desenvolvimento.

Conteúdo:

- Características e habilidades pessoais.
- Interesses, aptidões e potenciais.
- O Viver integrado à natureza.
- Identidade pessoal (missão, visão de futuro, valores e crenças).
- Qualidade de vida.
- Higiene e Saúde.
- Autoestima.
- Relacionamentos intra e interpessoais.

### 2. APRENDENDO A APRENDER

Objetivo: ajudar a pessoa a se tornar um aprendiz permanente.

Conteúdo:

- O processo de aprendizagem.
- Estilo pessoal de aprendizagem.
- Inteligências múltiplas.
- Inteligência Emocional.
- Criatividade.
- Estilo pessoal de comunicação (predominância sensorial).
- Dominância cerebral.
- Percepção.
- Concentração e atenção.
- Motivação.
- Como estudar melhor respeitando a forma de funcionamento do cérebro.

- Desenvolvendo habilidades duráveis: comunicação oral e escrita, raciocínio matemático, uso da intuição e da criatividade, processo de "aprender a aprender", pensamento estatístico, pensamento sistêmico (no todo).

### 3. O MUNDO EM QUE VIVEMOS

Objetivo: ajudar a pessoa a conhecer e compreender melhor sua realidade e as tendências de crescimento futuro, desenvolvendo a consciência ecológica para uma atuação mais integrada.

Conteúdo:

- Acontecimentos importantes do passado.
- O mundo atual - preocupações e esperanças.
- Tendências para o futuro.
- Temas relevantes na atualidade, como ecologia, sustentabilidade, violência, amor, sexo, casamento, drogas (além desses temas discutiremos outros que serão sugeridos pelo grupo).
- Valores éticos na modernidade.
- Cidadania plena.
- A sua localidade.

### 4. O MUNDO DO TRABALHO

Objetivo: ajudar a pessoa a conhecer e compreender melhor o mundo do trabalho e vislumbrar o seu caminho profissional.

Conteúdo:

- O significado atual do trabalho.
- Profissões atuais e futuras.
- O perfil do profissional do futuro.
- Empregabilidade.
- Ética profissional.
- Higiene e Segurança no trabalho.
- Planejamento pessoal: Plano de Desenvolvimento Individual.

- Administração do tempo.
- Trabalho em equipe.

Estão previstas ainda, para este módulo, atividades esportivas e culturais, as quais, juntamente com os conteúdos acima descritos, visarão ao desenvolvimento integral dos participantes.

## MÓDULO - ESPECÍFICO

### Objetivo Geral:

Proporcionar às pessoas conhecimentos teóricos e práticos para o desenvolvimento de habilidades específicas que possibilitem sua atuação profissional nas suas áreas de interesse. Este módulo será desenvolvido em quatro momentos, que terão objetivos e conteúdos específicos.

#### 1. CONHECIMENTO DAS OPORTUNIDADES DE NEGÓCIO NA ÁREA AMBIENTAL

Neste momento, através de um seminário a ser desenvolvido por um especialista em negócios, os participantes conhecerão as modalidades de atividades produtivas que podem ser exploradas, podendo obter esclarecimentos sobre mercados e tecnologias empregadas, portes e tipos ideais de empresas, bem como noções de custos e rentabilidade dos negócios.

#### 2. CONHECIMENTO DO MERCADO LOCAL

Esta atividade será desenvolvida através de pesquisas realizadas pelos próprios participantes no mercado local, quando serão pesquisadas oportunidades de negócios que representem uma alternativa de atuação econômica e de geração de renda.

#### 3. CAPACITAÇÃO ESPECÍFICA

Após detectadas as oportunidades de negócios, os jovens conhecerão noções empresariais, na forma especificada abaixo:

- Noções de Empreendedorismo e de formação de empresas, cooperativas e associações.

- Tecnologias de Produção (específicas para cada um dos empreendimentos escolhidos).
- Noções de Marketing e discussão sobre os mercados dos produtos escolhidos.
- Noções de Gestão Empresarial, nas áreas de Recursos Humanos, Finanças e Recursos Logísticos e Patrimoniais.

Esses conhecimentos serão repassados por especialistas na área, utilizando-se professores para o repasse do conteúdo teórico e, para apresentar uma noção mais próxima da realidade, serão utilizadas experiências práticas compartilhadas por técnicos e/ou empresários.

#### 4. VIVÊNCIA PRÁTICA

A vivência prática será orientada para elaboração de projetos empresariais dentro das atividades produtivas escolhidas pelos participantes na pesquisa de oportunidades de negócios realizada no mercado local. Esse projeto será construído pelos próprios participantes em etapas subsequentes, efetivadas paralelamente aos conhecimentos adquiridos no módulo de capacitação específica.

Essa fase será acompanhada por especialista em elaboração de projetos empresariais, através de oficinas de trabalhos práticos, além de visitas às empresas, cooperativas e associações, de forma a propiciar aos participantes um maior conhecimento da prática empresarial (forma de operação, gestão, resultados financeiros, entre outras).

Com isso, os participantes poderão prever as necessidades de investimentos financeiros necessários à implantação dos empreendimentos, seja com as inversões físicas, seja com os recursos necessários para realizar capacitações específicas para as pessoas que farão parte das novas empresas de acordo com os ofícios desempenhados por cada um.

Note-se, aqui, mais uma pretensão deste projeto. Em vez de a qualificação ser feita para empregos a serem procurados, pretende-se qualificar os jovens na criação de empreendimentos, de onde se originarão seus próprios empregos.

A partir daí, e observados os ofícios específicos de cada um, poderá ser formatado um plano de capacitação individual, permitindo que os recursos utilizados nessa qualificação possam obter a devida efetividade.

O método a ser utilizado em todo o Programa é o da Aprendizagem Participativa e Vivencial, que se baseia essencialmente nos processos do aprender a aprender, cultivando os atributos de autonomia, senso crítico, espírito de grupo, iniciativa e interdependência do participante. Ele constará de vivências, jogos, trabalho de grupo, palestras, pesquisa

de campo, conversas com profissionais de diversas áreas de atuação, atividades culturais e de lazer, e oficinas de trabalho.

O trabalho deve ser coordenado por profissionais com experiência nesse tipo de método e será operacionalizado por educadores das próprias comunidades (devidamente selecionados e capacitados) com vistas a garantir a adequação do trabalho à realidade da clientela.

## VII. PROCESSO DE SELEÇÃO

### 1 PARA OS PARTICIPANTES:

#### 1.1 Fase de Mobilização e Engajamento

Visando a apresentar o foco escolhido como tema do trabalho, além de garantir o poder de escolha e de engajamento dos participantes, será realizado um trabalho de mobilização na comunidade, conclamando sua participação em um evento de apresentação do Programa, tendo como alvo as pessoas interessadas em participar, mas visando também a participação de líderes do local. Neste evento, além dos esclarecimentos que se fizerem necessários, os participantes receberão uma cartilha contendo todas as informações sobre o Programa, bem como data e forma de inscrição.

#### 1.2 Fase de Triagem

Serão selecionadas trinta pessoas, por turma, segundo critérios de triagem acertados entre a instituição formadora e o Conselho Gestor de cada ZEIS.

### 2 PARA OS EDUCADORES LOCAIS

Serão selecionados 02 (dois) educadores em cada comunidade, que serão responsáveis por cada turma formada. A seleção será feita através de entrevista e aplicação de trabalho em grupo, segundo os critérios abaixo:

- Experiência em educação.
- Interesse no Projeto.
- Disponibilidade de tempo.

## VIII. ESPECIFICAÇÕES DO CURSO

Duração do Programa: 600 horas

Módulo Básico: 240 h

Módulo Específico: 360 h

## IX. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DOS PARTICIPANTES

A avaliação será realizada levando em consideração três olhares: do instrutor, das pessoas e do grupo, quando serão observados os seguintes pontos:

- Motivação e participação nas atividades propostas durante todo o programa.
- Realização das tarefas propostas.
- Mudanças visíveis nas pessoas durante todo o programa.
- Frequência mínima (90% da carga horária) de cada módulo.

#### X. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

O Acompanhamento e a Avaliação dos Cursos estarão voltados para os aspectos de eficiência, eficácia e efetividade. Isto significa dizer que estarão dirigidos à verificação da capacidade que tem o Programa de atender às necessidades e expectativas dos diversos públicos envolvidos.

A medida das mudanças efetivadas, em consequência do Programa, será obtida pela comparação das situações, em três momentos: antes da capacitação, logo após a capacitação e três meses após a capacitação.

Serão contemplados aspectos pessoais dos treinandos, referentes à situação socioeconômica (variações na renda, variações nas taxas de ocupação, tipos de ocupação, condições de moradia), situação emocional (autoestima, relações com as famílias, satisfação com o trabalho) e aspectos específicos do treinamento (avaliação de reação, índice de evasão, razões para evasão).

Serão registradas, além das posições dos treinandos, as impressões dos instrutores e do Conselho Gestor da ZEIS respectiva.

## APÊNDICE B - PLATAFORMA DE PROJETOS COMPARTILHADOS: “VOZ DA ZEIS”

O modelo proposto consiste na busca por soluções para a ZEIS entre seus cidadãos, empoderando-os, por meio de uma plataforma eletrônica, para captação de ideias inovadoras em seu local. O modelo prevê que essa captura será intermediada pelo Observatório da Cidade em parceria com LABZEIS (Grupo de pesquisa e trabalho do Laboratório de Gestão de Cidades da UECE) que fará a gestão da plataforma, e pelo Conselho Gestor, que fará a seleção final e o encaminhamento dos projetos mais relevantes, classificando-os segundo a importância e urgência.

Esses projetos serão incluídos no orçamento municipal para os períodos imediatamente posteriores ao da seleção realizada pela população e pelos conselhos, dando, assim, origem a uma nova formulação de um Orçamento Participativo. Na oportunidade, serão definidos quais recursos da competência da prefeitura (previstos no seu orçamento) poderão ser utilizados por cada projeto, bem como aqueles recursos que precisam ser captados em fontes a serem identificadas, processo que definirá também a prioridade da efetivação dos projetos. Essas informações serão todas disponibilizadas para os conselhos e a população por meio da plataforma, e serão atualizadas de acordo com os eventos que se forem realizando durante a concretização dos esforços para a captação e aplicação.

### i. Objetivo

Desenvolvimento e implantação de um software de interação com a comunidade e a prefeitura na definição de prioridades de projetos especiais para a ZEIS, definindo um *ranking* para servir de base para o processo decisório da gestão do município.

### ii. Modelo de funcionamento

A Figura 1 apresenta a ideia inicial de funcionamento da plataforma eletrônica.



**Figura 1 – Estruturação e instrumentalização**



Fonte: Autoria própria.

### iii. Resultados esperados

- Formular um novo modelo de Orçamento Participativo, no qual serão definidos quais recursos da competência da prefeitura poderão ser utilizados nos projetos selecionados, bem como os recursos que precisam ser captados em fontes a serem identificadas, processo que definirá também a prioridade da efetivação dos projetos. Essas informações serão todas disponibilizadas para os Conselhos e a população por meio da plataforma e serão atualizadas de acordo com os eventos que se forem realizando durante a concretização dos esforços para a captação e aplicação.

- Adotar um novo modelo de gestão, que se observa como elemento preponderante para os projetos de desenvolvimento da cidade oriundos de uma nova interação da comunidade com a prefeitura, tornando mais efetiva a realização dessas iniciativas, pois cocriadas entre as duas instâncias.

- Implantar, por meio de um software, um canal de informação e comunicação, para uso do processo decisório, contribuindo para a melhoria da gestão municipal, em especial nas ZEIS.

Foi desenvolvida uma Plataforma Eletrônica elaborada com o objetivo de fazer com que as pessoas da comunidade pudessem submeter propostas e projetos que colaborassem para o seu desenvolvimento, os quais deverão ser votados pelos moradores, obtendo, assim, o apoio necessário para serem colocados em prática por quem se interesse

em implantá-los, seja no poder público, seja na iniciativa privada, ou ainda na esfera de Organizações não governamentais interessadas em desenvolvimento de comunidades.

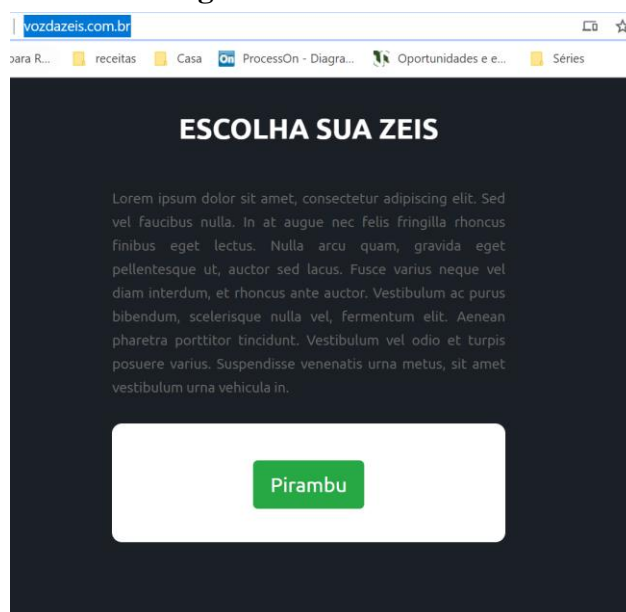
Os requisitos e funcionalidades da Plataforma foram levantados em reunião com a equipe do projeto e estão abaixo especificadas:

1. Campo de cadastro
  - a. Nome
  - b. E-mail
  - c. Endereço
  - d. Aceitação do termo de uso
2. Usuário Cadastrado
  - a. Inserir projetos/propostas que gerem ou melhorem o trabalho e renda na comunidade
    - i. Imagens
    - ii. Texto
    - iii. Endereço do local do projeto
  - b. Usuário NÃO pode editar ou apagar
  - c. Votar a favor ou contra outros projetos
  - d. Fazer comentários em outros projetos
  - e. Recebe e-mail cada vez que tiver comentário sobre seu projeto/proposta
3. Home
  - a. Exibe os projetos/propostas
  - b. Classifica os projetos/propostas por ordem do saldo de votos (positivos menos negativos)
  - c. Classifica por tipo de projeto/proposta
  - d. Mostra mapa de proposta/propostas no Maps das ZEIS (frame do google)
  - e. Campo de Login/cadastro
  - f. Campo de recuperar senha
  - g. Link para a página tipo blog
4. Página tipo blog
  - a. Página padrão tipo blog (tipo wordpress)
5. Relatórios:
  - a. Exportar para planilha cadastro completo
  - b. Exportar projetos
6. Administrador

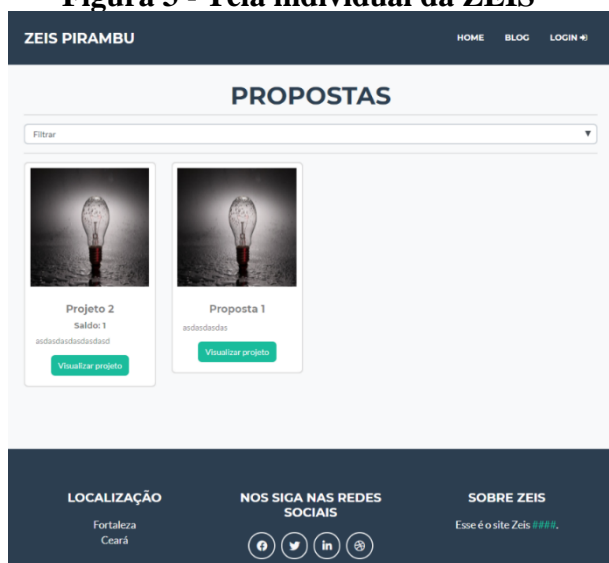
- a. Ocultar projetos
  - b. Bloquear usuários
  - c. Apagar comentários
  - d. Inserir/editar/apagar notícias no blog
7. Regras de negócio
- a. Cada pessoa só pode votar uma vez em cada proposta
  - b. Usuário recebe ranking da proposta/projeto

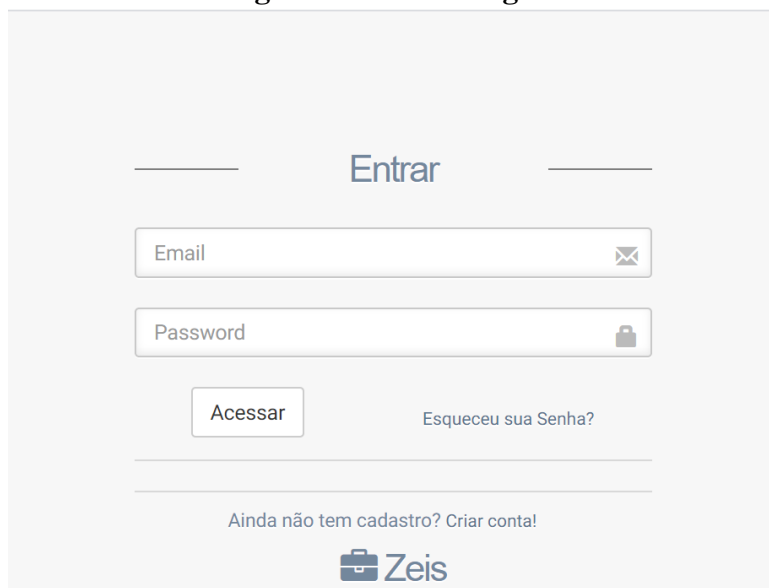
A plataforma ficou sob o domínio: <http://vozdzeis.com.br/> e encontra-se hospedada na empresa Hostinger ( <https://www.hostinger.com.br>). A seguir, seguem imagens das telas da plataforma.

**Figura 2 - Tela inicial**



**Figura 3 - Tela individual da ZEIS**



**Figura 4 - Tela de login**

The login form is centered on a light gray background. At the top, the word "Entrar" is displayed in a blue font, flanked by horizontal lines. Below this, there are two input fields: "Email" with an envelope icon and "Password" with a lock icon. A "Acessar" button is positioned below the password field, and a link "Esqueceu sua Senha?" is to its right. At the bottom, there is a link "Ainda não tem cadastro? Criar conta!" and the Zeis logo, which consists of a briefcase icon and the text "Zeis".

**Figura 5 - Tela de visualização de projetos**

The page features a dark blue header with "ZEIS PIRAMBU" on the left and "HOME BLOG LOGIN" on the right. The main content area is white. The title "PROJETO 2" is centered and underlined. Below the title is a large image of a glowing lightbulb with water droplets on it, set against a dark background. Underneath the image, the text "Descrição do Projeto" is followed by a line of placeholder text "asdasdasdasdasdasd". Below this, the text "Detalhes do Projeto" is followed by "Cidade: Fortaleza | Estado: CE", "17. Jan 2020", and "Apolaram: 1 | Não Apolaram: 0".

## Figura 6 - Tela de criação de contas

Para votar é necessário [criar uma conta!](#)

### 1 Comentários

 **MIQUEIAS RODRIGUES MESQUITA**  
January 15th, 2020 - 7:23AM  
asdasdasd

Nome  Email\*

Comentário

[Comentar](#)

## Figura 7 - Tela de cadastro de propostas

**ZEIS PIRAMBU** [HOME](#) [BLOG](#) [THIAGO BARROS ▾](#)

### CADASTRAR PROPOSTA

NOME\*

Descrição\*

CEP\*  Endereço\*  CIDADE  ESTADO

NÚMERO\*  COMPLEMENTO  BAIRRO

Classificação\*  Imagem de capa  Imagens

[Cadastrar](#)

## Figura 8 - Tela de gerenciamento de propostas

**ZEIS PIRAMBU** [HOME](#) [BLOG](#) [THIAGO BARROS ▾](#)

### MINHAS PROPOSTAS

#	Nome	Descrição	Status	Ações
Não há nada pra exibir!				

**LOCALIZAÇÃO**  
Fortaleza  
Ceará

**NOS SIGA NAS REDES SOCIAIS**  
[f](#) [t](#) [in](#) [v](#)

**SOBRE ZEIS**  
Esse é o site Zeis ####.

## **APÊNDICE C - MODELOS DE APROVEITAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS**

Modelos de aproveitamento de resíduos sólidos que poderão ser desenvolvidos na ZEIS deverão levar em conta as necessidades da comunidade, o atual modelo em vigor, que poderá ou deverá ser redimensionado e reestruturado, e as intenções da Prefeitura Municipal de Fortaleza e seus diversos órgãos que tratam do assunto.

No ano de 1998, no dia 12 de fevereiro, foi sancionada a Lei nº 9.605, que dispunha sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, adotando responsabilidades administrativas, civis e penais a pessoas jurídicas e físicas, além de culpabilidade e penas restritivas de direitos. Em 02 de agosto de 2010, foi sancionada a Lei nº 12.305, instituindo a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e alterando a Lei nº 9.605, acima citada, dispoendo sobre a gestão integrada e o gerenciamento dos resíduos sólidos (incluídos os perigosos), as responsabilidades dos geradores e do poder público e os instrumentos econômicos que possam ser aplicados. A lei se aplica tanto a pessoas físicas, quanto jurídicas, de direito público e privado, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos e as que desenvolvam ações relacionadas à gestão integrada ou ao gerenciamento de resíduos sólidos.

No âmbito estadual, foi elaborada a Lei nº 16032, de 20/06/2016, que institui a Política Estadual de Resíduos Sólidos e que dispõe sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do Poder Público e aos instrumentos econômicos que a ela se aplicam e que são válidos tanto para pessoas físicas quanto jurídicas, de direito público ou privado, responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos sólidos e as que desenvolvam ações relacionadas à gestão integrada ou ao gerenciamento de resíduos sólidos, no âmbito do Estado do Ceará.

No âmbito municipal, mais especificamente da Prefeitura de Fortaleza, em 24 de dezembro de 1999, foi sancionada a lei nº 8.408, que estabelecia normas de responsabilidade sobre a manipulação de resíduos produzidos em grande quantidade ou de naturezas específicas, estabelecendo normas, fiscalização, autuação, infrações e penalidades para produtores e operadores de resíduos sólidos, e disciplinando os serviços de coleta, armazenamento, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos.

Esta lei teve alguns de seus dispositivos alterados pela Lei Municipal nº 10.340, de 28 de abril de 2015, estabelecendo que todos os geradores seriam obrigados a elaborar, implementar e operacionalizar o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos,

submetendo-o ao órgão municipal competente. Explicitava controle e fiscalização pelos órgãos competentes da Prefeitura, definindo infração como qualquer inobservância a qualquer preceito da lei e de seu regulamento, estabelecendo penalidades e medidas administrativas, sem prejuízo de sanções penais ou civis. Em 02 de fevereiro de 2000, foi publicado o Decreto nº 10.696, regulamentando a Lei nº 8408-99.

Dentro do que foi disposto nesses instrumentos legais, tanto em nível nacional, como municipal e em decorrência de observações na cidade, pesquisas e estudos relacionados com a gestão de resíduos sólidos em Fortaleza, bem como em outros países que parte da equipe teve oportunidade de acompanhar de perto, é que achamos conveniente emitir algumas ideias que, futuramente, poderiam ser transformadas em construção de modelos que pudessem minimizar ou, quem sabe, eliminar os males causados atualmente por algumas falhas no tocante à gestão dos resíduos sólidos em Fortaleza.

Assim, passamos a abordar cada item:

**1. Modelo de aproveitamento de resíduos sólidos, com geração de trabalho e renda, observando conceitos modernos de sustentabilidade com foco no seu tripé que envolve os aspectos econômicos, ambientais, sociais e culturais.**

A Lei Federal nº 12.305 dispõe em seus PRINCÍPIOS E OBJETIVOS, Art. 6º, VIII, que são princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos, o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania. No Art. 18º, § 1o, I, dispõe que serão priorizados no acesso aos recursos da União referidos no caput os municípios que implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis constituídas por pessoas físicas de baixa renda.

No Art. 19º, XI, o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos diz dos programas e ações para a participação dos grupos interessados, em especial das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis constituídas por pessoas físicas de baixa renda, se houver, e no XII propõe o desenvolvimento de mecanismos para a criação de fontes de negócios, emprego e renda, mediante a valorização dos resíduos sólidos. Em seu Art. 36º, VI, § 1o, dispõe que, para o cumprimento do disposto nos incisos I a IV do caput, o titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos priorizará a organização e o

funcionamento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis constituídas por pessoas físicas de baixa renda, bem como sua contratação.

Já em seu CAPÍTULO V (DOS INSTRUMENTOS ECONÔMICOS), Art. 42º, o poder público poderá instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender, prioritariamente, às iniciativas de: III - implantação de infraestrutura física e aquisição de equipamentos para cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis constituídas por pessoas físicas de baixa renda.

A Lei Estadual propõe, em seu CAPÍTULO II - DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS, Art. 6º, que são princípios da Política Estadual de Resíduos Sólidos: VIII - o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania. No Art. 30, diz que fica instituída a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, a ser implementada de forma individualizada e encadeada, abrangendo os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, os consumidores e os titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, consoante as atribuições e procedimentos previstos nesta Seção: IV - incentivar a utilização de insumos de menor agressividade ao meio ambiente e de maior sustentabilidade; V - estimular o desenvolvimento de mercado, a produção e o consumo de produtos derivados de materiais reciclados e recicláveis; VI - propiciar que as atividades produtivas alcancem eficiência e sustentabilidade.

Infelizmente, na Lei Municipal, não há qualquer menção à geração de trabalho e renda ou sustentabilidade a partir do que se possa aferir algum interesse manifesto em trabalhar esses itens. No entanto, apresentamos, ao final deste documento, proposta de modelo para geração de trabalho e renda, com inclusão dos resíduos sólidos como base, com o nome de ZEISólido, que poderá ser implantado com sucesso na ZEIS, dependendo do interesse do gestor público municipal.

## **2. Modelo de gestão municipal de resíduos sólidos, com base na Lei Municipal que trata do assunto, verificando a necessidade de centralizar em apenas um órgão municipal a gestão dos resíduos.**

A gestão de resíduos sólidos é feita, em nível estadual, pela SEMA – Secretaria Estadual de Meio Ambiente e, em nível municipal, pela SEUMA – Secretaria Municipal de Urbanismo e Meio Ambiente, Secretaria Municipal e Conservação e



Serviços Públicos - SCSP e pela EMLURB - Empresa Municipal de Limpeza e Urbanização. A ideia é que possamos ter, no futuro, apenas o órgão municipal centralizando todas as ações de gestão de resíduos sólidos em cada município no Estado. Apesar da legislação estadual prever uma relação com as leis municipais, inclusive para recebimento de recursos, seria bom que em breve pudesse a gestão de resíduos ser totalmente municipalizada.

Neste sentido, está definida a municipalização dos processos de gestão de resíduos sólidos, quando a Lei Federal define o que é gerenciamento de resíduos sólidos como sendo o conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos ou com Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, exigidos na forma desta Lei. E, diz, ainda, em seu Art. 17, XII, - sobre os meios a serem utilizados para o controle e a fiscalização, no âmbito estadual, de sua implementação e operacionalização, assegurado o controle social: § 2o A elaboração e a implementação pelos Estados de planos microrregionais de resíduos sólidos, ou de planos de regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas, em consonância com o previsto no § 1o, dar-se-ão obrigatoriamente com a participação dos Municípios envolvidos e não excluem nem substituem qualquer das prerrogativas a cargo dos Municípios previstas por esta Lei.

Além disto, em sua Seção IV - Dos Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, Art. 18, diz que a elaboração de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, nos termos previstos por esta Lei, é condição para o Distrito Federal e os Municípios terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, ou para serem beneficiados por incentivos ou financiamentos de entidades federais de crédito ou fomento para tal finalidade.

A Lei Estadual define em seu Artº.11: Observadas as diretrizes e demais determinações estabelecidas nesta Lei e em seu regulamento, incumbe aos municípios:

- I - promover a integração da organização, do planejamento e execução as funções públicas de interesse comum relacionadas à gestão dos resíduos sólidos do município;
- II - controlar e fiscalizar as atividades dos geradores sujeitas a licenciamento ambiental pelo órgão municipal do SISNAMA;

III - definir o ente responsável pela regulação dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, que poderá ser exercida por entidade municipal ou delegada a qualquer entidade reguladora constituída dentro dos limites do Estado do Ceará, explicitando no ato de delegação, em qualquer das hipóteses, a forma de atuação e a abrangência das atividades a serem desempenhadas pelas partes envolvidas. Parágrafo único. A atuação do Estado do Ceará, no que tange às diretrizes impostas aos seus municípios na forma do caput, deve ser de priorizar as iniciativas de municipalidades para soluções consorciadas ou compartilhadas entre 2 (dois) ou mais municípios.

De forma direta ou indireta, dá aos municípios uma certa autonomia para lidarem com seus resíduos sólidos e fazer a sua gestão, mesmo que tendo que prestar contas aos Estados.

**3. Modelo de gestão de resíduos sólidos tendo como base instituir em prazo curto, médio ou longo, dependendo da conveniência do setor, o processo de coleta seletiva por parte de todos os geradores de resíduos, separando o resíduo orgânico do reciclável.**

A Lei nº 10.340 define o que são os grandes geradores e suas obrigações, inclusive no tocante à segregação dos resíduos que ficarão a seu encargo (Art. I, §1º), para o que deverão apresentar um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (Art.8º, V). No entanto, exclui unidades familiares e condomínios dessa obrigação, “ainda que venham a ser considerados grandes geradores” (Art. I, §4º).

O que se advoga nesta ideia para a criação de um futuro modelo é que todos os geradores de resíduos, sejam pequenos, médios ou grandes, estejam na obrigação de separar materiais orgânicos dos recicláveis, acondicionando-os corretamente e disponibilizando-os para o destino final, de maneira a gerar menos custos para a Prefeitura e menos problemas para o meio ambiente.

A Lei Federal define, em seu Art. 8º, que são instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, entre outros: II - a coleta seletiva, os sistemas de logística reversa e outras ferramentas relacionadas à implementação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos. Em seu Art.18, já mencionado neste texto, dispõe que serão priorizados recursos da união aos municípios que implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis constituídas por pessoas físicas de baixa renda. Diz, ainda, no parágrafo único do Art. 35º, que o poder público municipal pode instituir

incentivos econômicos aos consumidores que participam do sistema de coleta seletiva referido no caput, na forma de Lei Municipal. E, em seu Art. 42º, o poder público poderá instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender, prioritariamente, às iniciativas de: V - estruturação de sistemas de coleta seletiva e de logística reversa.

Com relação à Lei Estadual, vemos que, no Art. 6º, são princípios da Política Estadual de Resíduos Sólidos: XXII - fomentar a implantação do sistema de coleta seletiva nos municípios, que é um instrumento da Política Estadual de Resíduos Sólidos (Art. 8º, V). Em seu Art. 18º, § 3º, consta que serão priorizados no acesso aos recursos do Estado referidos no caput os municípios que: II - implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, constituídas por pessoas físicas de baixa renda. Em seu Art. 36º, II – estabelece o sistema de coleta seletiva, priorizando a inclusão de catadores, inclusive, responsabilizando-se pela implantação de Centros de Triagem. E, em seu Art. 43, o Poder Público Poderá instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender, prioritariamente, às iniciativas de: V - estruturação de sistemas de coleta seletiva e de logística reversa.

Infelizmente, a Lei Municipal não trata de coleta seletiva, mas refere-se ao que chama de segregação de materiais, em duas ocasiões: na definição de responsabilidades dos grandes geradores e no que alude à confecção de seu plano de gerenciamento.

#### **4. Modelo de aproveitamento de resíduos sólidos orgânicos para instalação e manutenção de biodigestores e geradores de energia, gás e material para agricultura a partir do processamento dos resíduos.**

A Lei Federal trata da compostagem no aproveitamento de resíduos apenas no artigo em que define a destinação final dos resíduos e no seu Art. 36º: No âmbito da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, cabe ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, observado, se houver, o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos: I - implantar sistema de compostagem para resíduos sólidos orgânicos e articular com os agentes econômicos e sociais formas de utilização do composto produzido.

A Lei Estadual, traz também, em seu Art.3º, VII, a compostagem como parte da definição de destinação final ambientalmente adequada e/ou produtiva. E em seu Art.36º, diz: No âmbito da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos

produtos, cabe ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, observado, se houver, o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos: I - adotar procedimentos para reaproveitar os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis provenientes dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos; (...) V - implantar sistema de compostagem para resíduos sólidos orgânicos e articular com os agentes econômicos e sociais formas de utilização do composto produzido.

Em seu Art.1º, a Lei Municipal define que os geradores são responsáveis, dentre outras obrigações, pela segregação prévia (item VI - separação dos resíduos no momento e local de sua geração, de acordo com as suas características físicas, químicas, biológicas, o seu estado físico e os riscos envolvidos) e tratamento (conjunto de processos e procedimentos que alteram as características físicas, químicas e biológicas dos resíduos e conduzem à minimização do risco à saúde pública e à qualidade do meio ambiente) dos resíduos. Em seu Art.18, apenas refere-se à compostagem dentro da definição de destinação final, em seu item XIII — destinação final ambientalmente adequada: destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes do SISNAMA, do SNVS e do SUASA, entre elas a disposição final, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos.

De qualquer forma, é muito pouco, ainda, a abordagem do tema coleta seletiva e destinação dos materiais inorgânicos, inclusive rejeitos e orgânicos a sistemas como compostagem, cujo resultado pode tão bem ser aproveitado pelas hortas comunitárias, agricultura familiar, escolas, dentre outros.

Dentro desta perspectiva, advoga-se que desde pequenos geradores, como unidades familiares de qualquer porte, até os Condomínios deveriam, se não obrigados, pelo menos conscientizados a fazerem a separação, ou segregação, de seus resíduos, conforme a Lei, utilizando biodigestores residenciais, ou de maiores dimensões no caso de escolas públicas, que serviriam para gerar insumos bem como energia para pequenas hortas comunitárias ou dentro das próprias escolas. Nas escolas, serviriam para um processo de educação ambiental dos alunos e sua inserção nas comunidades em que vivem, como atores produtivos, incentivando direta e indiretamente um processo sustentável, dentro das dimensões econômica, social, ambiental e cultural.

**5. Modelo de relacionamento para dar protagonismo à comunidade de forma que possam ser ouvidos os habitantes da ZEIS, seus representantes, seu Conselho Gestor, como forma de implantar melhorias na coleta, processamento e descarte dos resíduos sólidos gerados e instalação de equipamentos como ecopontos e suas políticas decorrentes, aí incluída a plena divulgação das ações e processos.**

A Lei Municipal não se refere diretamente à população, às comunidades, a não ser quando passa a definir o que se entende por coleta (Art. 8º, X): “Conjunto de processos e procedimentos que visa remover os resíduos (...) utilizando-se de técnicas que garantam a preservação das condições de acondicionamento e a integridade dos trabalhadores, da população e do meio ambiente”.

O que se advoga com esta ideia que pretende se transformar em um modelo de gestão de resíduos sólidos, é escutar a população e seus representantes sobre como processar melhor a coleta e o descarte dos resíduos e como fazer melhor toda a gestão de resíduos sólidos na cidade, que, de todo, ira favorecer, ao final, à população residente, nas áreas nobres ou nos bairros mais afastados e mais carentes.

**6. Modelo de gestão dos catadores de resíduos sólidos que trabalham na ZEIS com vistas a inseri-los na comunidade fazendo-os serem participantes ativos da economia local, atuarem como agentes de proteção ambiental e prover-lhes melhoria da sua condição social.**

A Lei nº 12.305, de 02.08.2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, refere-se, em vários pontos, aos catadores de resíduos como um dos vetores principais da coleta seletiva, trazendo em seu bojo várias referências aos catadores e dando-lhes grande importância e às suas associações e cooperativas.

Em seu Art. 7º, XII, define, como objetivos da PNRS, a integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos. No Art. 8º, V, define como instrumentos da PNRS, dentre outros, o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis. No Art. 15º, V, diz que a União elaborará, dentro do PNRS, metas para a eliminação e recuperação de lixões, associadas à inclusão social e à emancipação econômica de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

Já no Art. 18º, II, prevê o que é condição para os Municípios terem acesso a recursos da União, ou por ela controlados, destinados a empreendimentos e serviços

relacionados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos, implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis constituídas por pessoas físicas de baixa renda. No Art. 19º, XI, define que o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos deverá ter, como conteúdo mínimo, programas e ações para a participação dos grupos interessados, em especial das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis constituídas por pessoas físicas de baixa renda, se houver. O Art. 36º, VI aponta que cabe ao Poder Municipal, através do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, dar disposição final ambientalmente adequada aos resíduos e rejeitos oriundos dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos.

Para tanto, estipula em seu § 1º que, para o cumprimento do disposto nos incisos I a IV do caput, o titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos priorizará a organização e o funcionamento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, bem como sua contratação. No Art. 42º, III, consta que o poder público poderá instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender, prioritariamente, às iniciativas de implantação de infraestrutura física e aquisição de equipamentos para cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.

Finalmente em seu Art. 44º, II, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no âmbito de suas competências, poderão instituir normas com o objetivo de conceder incentivos fiscais, financeiros ou creditícios a projetos relacionados à responsabilidade pelo ciclo de vida dos produtos, prioritariamente em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.

No âmbito Estadual, o Plano Estadual de Resíduos Sólidos diz explicitamente que, quando existe a coleta seletiva, são casos pontuais sem nenhum impacto junto à indústria da reciclagem, a qual se sustenta na coleta informal de catadores autônomos e na reciclagem pré-consumo. Nele são anunciadas diretrizes a serem adotadas pelos municípios para que eles possam se adequar ao PNRS, dentre as quais podem ser destacadas a valorização dos catadores, a implantação da coleta seletiva e programas de conscientização acerca das responsabilidades do cidadão para com o lixo produzido.

O Plano Estadual de Resíduos Sólidos do Estado do Ceará (PERS/CE) propõe o arranjo territorial de 14 regiões para Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos, cujo objetivo é permitir ganhos de escala e promover a sustentabilidade do sistema de resíduos sólidos urbanos, por meio da formalização de consórcios, o que permitirá a implementação da coleta seletiva, com participação dos catadores. Atualmente temos, em Fortaleza, aproximadamente 300 catadores cadastrados na Prefeitura, pertencentes a quatro associações: ASCAJAN, RECICLANDO, ROSA VIRGÍNIA E SOCRELP. Outras fontes dão como certa a existência de aproximadamente 8.000 catadores trabalhando na cidade.

Na Lei Municipal, não se vê, uma única vez, a citação do nome catador ou catadores. Na verdade, ela diz que toda a coleta de resíduos sólidos será feita por empresas privadas e quem não o fizer assim sofrerá sanções. Isto não implica, no entanto, que a Prefeitura de Fortaleza não esteja adotando medidas, apesar de muito tímidas, para, pelo menos, amenizar o trabalho desumano que é realizado pelos catadores de resíduos sólidos, verdadeiros párias sociais, seres invisíveis que são responsáveis por grande parte da coleta seletiva que se faz na cidade de Fortaleza. No ano de 2019, a Prefeitura prometeu para 2020 a entrega de 90 triciclos para os catadores da cidade, hoje em número de aproximadamente 300, para facilitar seu trabalho. Consideramos muito pouco.

O que se advoga, como ideia para a construção futura de um modelo, é que o mesmo contemple alguns pontos: programas de capacitação; uma renda mínima que poderia ser, inicialmente, de 1/2 salário mínimo, mas que lhes daria um mínimo de dignidade para sobreviver com suas famílias; contato maior e valorização para que fossem inseridos convenientemente na comunidade; fazê-los atuar dentro da própria comunidade ou dentro das ZEIS, no presente caso, participando e sendo vistos pelos habitantes como parte da sua sociedade e colaboradores para a melhoria do sistema ambiental, econômico e social; fazer um trabalho junto à comunidade para receber os catadores e tratá-los como membros. Enfim, envidar ações para que, na região onde moram, ZEIS ou outras localidades, possam ser reconhecidos como cidadãos.

## **7. Modelo de participação social, relacionada à gestão de resíduos sólidos, através da criação de associações e utilização de bancos e instituições de fomento.**

É fundamental a futura definição de um modelo que leve a população a se manifestar, discutir seus problemas, apresentar suas soluções, através de reunião. A Lei Federal se manifesta a respeito da necessidade de criação de associações, principalmente

ligadas a catadores. Em seu Capítulo III, Art.8º, diz que são instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, dentre outros: II - o incentivo à criação e ao desenvolvimento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

No Art. 18º, § 1º diz que serão priorizados no acesso aos recursos da União referidos no caput os Municípios que: I - implantarem a coleta seletiva com a participação de cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda; XI – implantarem programas e ações para a participação dos grupos interessados, em especial das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, se houver. No Art. 33º, VI, quando fala sobre produtos eletroeletrônicos e seus componentes, aborda, em seu § 3º, que cabe aos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes dos produtos a que se referem os incisos II, III, V e VI ou dos produtos e embalagens a que se referem os incisos I e IV do caput e o §1º tomar todas as medidas necessárias para assegurar a implementação e operacionalização do sistema de logística reversa sob seu encargo, consoante o estabelecido neste artigo, podendo, entre outras medidas: I - atuar em parceria com cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, nos casos de que trata o § 1º. No Art. 36º, VI, § 1º, dispõe que, para o cumprimento do disposto nos incisos I a IV do caput, o titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos priorizará a organização e o funcionamento de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, bem como sua contratação.

No CAPÍTULO V - DOS INSTRUMENTOS ECONÔMICOS, Art. 42º., sustenta que o poder público poderá instituir medidas indutoras e linhas de financiamento para atender, prioritariamente, às iniciativas de: III - implantação de infraestrutura física e aquisição de equipamentos para cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda. Diz, ainda, no Art. 44º, que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no âmbito de suas competências, poderão instituir normas com o objetivo de conceder incentivos fiscais, financeiros ou creditícios, a: III - projetos relacionados à responsabilidade pelo ciclo de vida dos produtos, prioritariamente em parceria com



cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda.

Finalmente, nas DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS, Art. 50, dispõe que a inexistência do regulamento previsto no § 3º do art. 21 não obsta a atuação, nos termos desta Lei, das cooperativas ou outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.

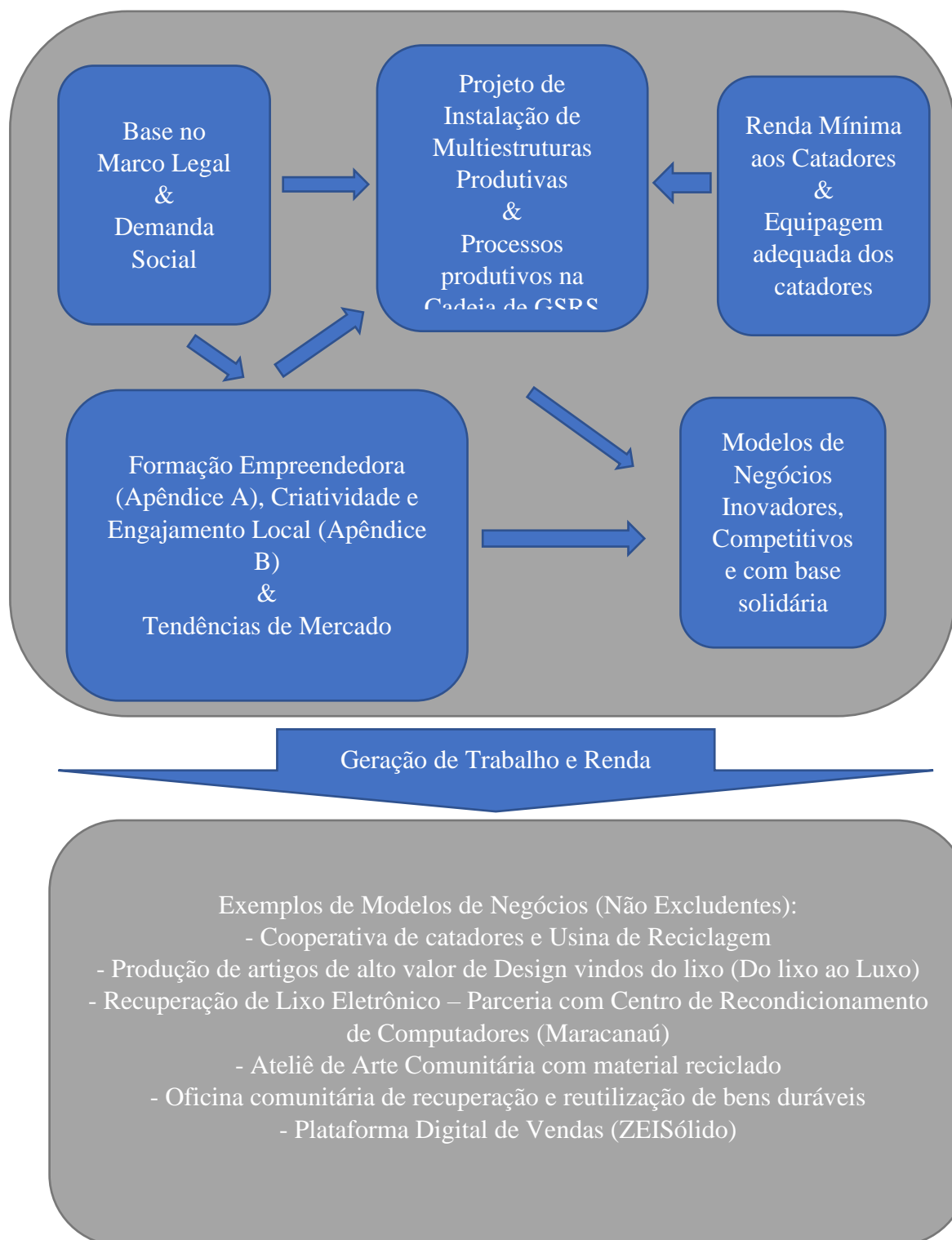
A Lei Estadual dispõe, em seu Art. 7º, que são objetivos da Política Estadual de Resíduos Sólidos: XXIV - estimular a organização, por meio de incentivos financeiros, dos catadores e catadoras em cooperativas e associações, de modo a contribuir para o seu desenvolvimento econômico e inclusão social. Em seu Art. 44º, aborda que o Estado e os municípios, no âmbito de suas competências, poderão instituir normas com o objetivo de conceder incentivos fiscais, financeiros ou creditícios, a: I - indústrias e entidades dedicadas à reutilização, ao tratamento e à reciclagem de resíduos sólidos produzidos no território do Estado do Ceará, garantindo-se prioridade na concessão de benefícios para as cooperativas e associações de catadores.

E, no Art. 65º, diz que fica instituído o Programa "Bolsa Catador", consistindo em incentivos financeiros periódicos prestados pelo Estado às cooperativas e associações de catadores com o objetivo de incentivar as atividades de reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como promover a inclusão social da categoria. No Art. 38, § 2º, lê-se que as comunidades e populações potencialmente impactadas pelos empreendimentos ou atividades que gerem ou operem com resíduos perigosos deverão ser ouvidas e sua manifestação deve ser devidamente considerada para a concessão da licença ou autorização, só podendo estas serem concedidas em desacordo com a manifestação proferida após devida motivação.

Na Lei Municipal, não se encontram menções a comunidades, cooperativas ou associações. É necessário que se atualize a Lei Municipal nº 10.340, DE 28 DE ABRIL DE 2015, para incluir em seu texto referências a comunidades, cooperativas, associações, gestão de resíduos sólidos mais voltada para catadores e população em geral, bem como ações que levem a uma maior integração e interação dos catadores com as comunidades em que vivem e instituir, dentro do ensino básico e fundamental, disciplinas que abordem temas como sustentabilidade, a partir do seu tripé que envolve as dimensões econômica, social, ambiental e cultural.

Estes modelos podem ser integrados em um Centro de Geração de Trabalho e Renda pela Gestão Solidária dos Resíduos Sólidos (GSRs) nas ZEIS, doravante denominado ZEISólido.

O ZEISólido representa a possibilidade de integração dos modelos descritos anteriormente, potencializando a geração de trabalho e renda, a partir das atividades relacionadas à gestão dos resíduos sólidos nas ZEIS, considerando a legislação vigente, a demanda pelo destino correto e sustentável dos resíduos sólidos (GSRs) pela sociedade, a solidariedade, a criatividade e geração de trabalho e renda (Figura 1).

**Figura 1 – Modelo do Centro ZEISólido**

Adiciona-se a estes princípios a criação de programa de renda mínima a catadores associados e/ou pertencentes às cooperativas, uma vez que, normalmente, os mesmos possuem renda vulnerável e desempenham papel social em substituição às

obrigações do setor público (criação de Lei Municipal de renda mínima a catadores de resíduos sólidos), além da melhoria da produtividade do trabalho dos mesmos, com financiamento às cooperativas de catadores, pelos Governos municipal ou estadual, de veículos a base de energia elétrica e sem necessidade de carteira de habilitação (lei de circulação e permissão de uso destes veículos), além da formação de condutores/catadores cadastrados.

Assim, o ZEISólido, com base no marco legal sobre gestão de resíduos sólidos no Brasil, Ceará e Município de Fortaleza, irá, juntamente com as cooperativas de catadores na ZEIS, implantar uma infraestrutura que considerará múltiplas possibilidades produtivas e, ao lado de cursos de formação empreendedora (Apêndice A), construir modelos de negócios inovadores capazes de gerar trabalho e renda. Associado a esta lógica, o ZEISólido deverá ter o apoio da geração de renda mínima dos catadores e da melhoria de seus equipamentos de trabalho, como anteriormente descrito (Figura 1).